

ANA BEATRIZ BARBOSA TURIEL DO NASCIMENTO

**ANÁLISE DA INFLUÊNCIA POLÍTICO IDEOLÓGICA EM POLÍTICA
EXTERNA NOS GOVERNOS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
E LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

Belém – Pará
2017

ANA BEATRIZ BARBOSA TURIEL DO NASCIMENTO

**ANÁLISE DA INFLUÊNCIA POLÍTICO IDEOLÓGICA EM POLÍTICA
EXTERNA NOS GOVERNOS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
E LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

Dissertação em nível de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção título de Mestra em Ciência Política.

Área de Concentração: Instituições Políticas e Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Edir Veiga

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA

Nascimento, Ana Beatriz Barbosa Turiel do

Análise da influência político ideológica em política externa nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva / Ana Beatriz Barbosa Turiel do Nascimento. - 2017.

Orientador: Edir Veiga

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Belém, 2017.

1. Ideologia – Brasil. 2. Cardoso, Fernando Henrique, 1931. 3. Silva, Luiz Inácio Lula da, 1945. 4. Brasil – Relações exteriores. 5. Brasil – Política e governo. I. Título.

CDD 22. ed. 320.50981

ANA BEATRIZ BARBOSA TURIEL DO NASCIMENTO

**ANÁLISE DA INFLUÊNCIA POLÍTICO IDEOLÓGICA EM POLÍTICA
EXTERNA NOS GOVERNOS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
E LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

Dissertação em nível de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção título de Mestra em Ciência Política pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

Aprovada em 29/06/2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Augusto da Silva Souza – Examinador Interno – PPGCP

Prof.^a Dr.^a Andréa Bittencourt Pires Chaves – Examinadora Externa – PPGSA

Julho de 2017.

Local de defesa: Sala de Aula do Programa de Pós Graduação em Ciência Política, campus da

Universidade Federal do Pará – UFPA

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Pará, em especial do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política pelo ambiente amigável, prestativo e calmo que proporcionou escrever em paz. À secretaria, com Ana, Delice, Hugo e Francisco que escutavam minhas lamúrias sobre esta dissertação. Ao corpo docente do PPGCP, responsáveis por oportunizar a janela, e hoje vislumbro um horizonte superior em minha formação acadêmica.

Ao Prof. Dr. Edir Veiga por ter aceito o desafio de me mentorar na área de relações internacionais; pela oportunidade e apoio na elaboração deste trabalho. Ao professor William Monteiro, pela super ajuda, apoio e paciência ao lhe mandar memes e consultar sobre as diretrizes da Análise de Política Externa nos momentos de desespero.

Agradeço a minha mãe Maria Silvia, heroína que me deu apoio, incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço; e nunca me negou dinheiro para comprar um lanche completo. Ao meu pai Eduardo, que apesar de todas as desavenças ideológicas, me fortaleceu e me guiou em diversos momentos, sendo para mim um bastião de força e resiliência, enxergando em mim um potencial que eu mesma nunca vi. À minha irmã Mariana por fazer piadas, roteiros de viagens imaginárias e me lembrar que viver não cabe no *Lattes*.

Ao meu namorado Oscar que aguentou meus surtos de estresse e cansaço, sempre me acalmando e me dando algo para comer e aplacar a ansiedade; além de ter salvo meus arquivos de mestrado inúmeras vezes. À minha cachorra-filha Allegra, que me mantinha escrevendo horas a fio, deitada em meu colo, não podendo levantar por pena de acordá-la, me fazendo escrever mais e mais.

Meus imensos agradecimentos às minhas amigas de longa data Vitória, Juliana, Nara, Ananda, Paola e Bianca, que me aguentaram reclamar da dissertação por quase três anos seguidos e me lembravam que nem só de academicismo vive-se a vida; a amizade que fizemos vai sempre fazer parte da minha vida. Agradeço a Mayaní, Alessandra, Ruth e Aline o companheirismo na sala de aula e em trabalhos e seminários.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

“Being a responsible adult sucks butts”

(April Ludington)

Análise Da Influência Político Ideológica Em Política Externa Nos Governos De Fernando Henrique Cardoso E Luiz Inácio Lula Da Silva

RESUMO

A dissertação tem como objetivo principal analisar se a orientação de política presidencial do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, filiado ao Partido Social Democrata Brasileiro - PSDB; ou social, como Luiz Inácio Lula da Silva, filiado ao Partido dos Trabalhadores – PT, gera influências na política externa do Brasil na forma de firmar atos internacionais com países e blocos. A questão da condução das políticas externas de um país sempre foi um problema relevante nas Relações Internacionais. Esta agenda de política externa carrega também características particulares ao criar pautas específicas que poderiam estar mais ligadas às ideologias do partido detentor da presidência ou ao alinhamento solidário, pela atuação internacional, por vocação do Brasil. Além disso, a Teoria de Análise de Política Externa permite comparar a política externa de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva para verificar as discrepâncias e similaridades em suas ações internacionais e traçar um paralelo com seus respectivos partidos políticos. Com esta análise, concluiu-se que apesar da política externa de ambos os governos apresentarem influências ideológicas, o grau de influência foi maior no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira. Partidos Políticos. Atos Internacionais. Fernando Henrique Cardoso. Luiz Inácio Lula da Silva.

Analysis of Ideological and Political Influence in Foreign Policy within the governments of Fernando Henrique Cardoso and Luiz Inacio Lula da Silva

ABSTRACT

The dissertation aims to analyze whether the presidential political guidance in the neoliberal government of Fernando Henrique Cardoso of the Partido Social Democrata Brasileiro - PSDB; or in Luiz Inácio Lula da Silva of the Partido dos Trabalhadores - PT social government, generates influences in Brazil's foreign policy, in the way of signing international acts with countries and economic blocs. The conduction of a country's foreign policy has always been a major issue in international relations, since defining the foreign policy agenda also implies particular features to create specific guidelines which could be linked to ideologies from the presidential political party or to an historical solidarity alignment by Brazil's international actions. In addition, Foreign Policy Analysis Theory allows the comparison between Fernando Henrique Cardoso and Lula's foreign policy to check the discrepancies and similarities in their international actions and draw a parallel with their respective political parties. With this analysis, we conclude that in spite of both foreign policies having ideological influences, the degree of ideological influence was greater in the government of President Fernando Henrique Cardoso.

Keywords: Brazilian Foreign Policy. Political Parties. International Acts. Fernando Henrique Cardoso. Luiz Inácio Lula da Silva.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
AEB	Associação de Comércio Exterior do Brasil
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ASEAN	<i>Association of Southeast Asian Nations</i>
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BRICS	<i>Brazil, Russia, India, China, South Africa</i>
CGCB	Coordenação Geral de Cooperação Técnica Bilateral
CGCM	Coordenação Geral de Cooperação Técnica Multilateral
CGPD	Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
CIN	Confederação Nacional da Indústria
COP	Conferência das Partes
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
EU	União Europeia
EUA	Estados Unidos da América
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i>
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FOCALAL	Fórum de Cooperação América Latina- Ásia do Leste
G-3	Grupo dos 3
G-20	Grupo dos 20
JICA	<i>Japan International Cooperation Agency</i>
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MPLA	Movimento Popular para Libertação de Angola
MRE	Ministério de Relações Exteriores
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento da África
OI	Organizações Internacionais
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PCC	Partido Comunista de Cuba
PIB	Produto Interno Bruto

PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RI	Relações Internacionais
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – <i>Continuum</i> Ideológico Direita-Esquerda	41
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Comparando duas diplomacias: Sr. Cardoso e Sr. Lula da Silva em perspectiva	88
Quadro 2: Esquema <i>Score</i>	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Acordos multilaterais firmados pelo Brasil segundo Blocos (1995 - 2010)	96
Tabela 2: Acordos bilaterais firmados pelo Brasil segundo Países (1995 - 2010)	96
Tabela 3: Parceiros Internacionais segundo governos divididos por ideologia (1995 - 2010)	97
Tabela 4: Tipos de atos internacionais firmados pelo Brasil (1995 - 2010)	97

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Tipos de Atos Internacionais do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002)	91
Gráfico 2: Tipos de Atos Internacionais do Governo Lula da Silva (2003 - 2010)	95

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1.DINÂMICAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E NO BRASIL	23
1.1 Transformações Econômicas no Sistema Internacional – do Pós-Guerra ao séc. XXI..	24
1.1.1 Diplomacia brasileira e a posição do país no cenário mundial	28
1.2 Política Externa Pragmática e Ideológica	40
2. DAS IDEOLOGIAS PARTIDÁRIAS E PERFIS ECONÔMICOS	42
2.1 Dinâmicas Política e Ideológica do Partido dos Trabalhadores	44
2.2 Dinâmicas Política e Ideológica do Partido da Social Democracia Brasileira	45
2.3 Classificação de Países-Chave no Continuum Ideológico.....	47
2.3.1 Sob o espectro da esquerda	48
2.3.2 Sob o espectro da direita	49
2.3.3 Destaque para casos sui generis	49
3. CONJUNTURA INTERNACIONAL DO GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO	51
3.1 Política Externa e Prioridades da Diplomacia	53
3.2 Influências Partidárias do PSDB.....	63
3.3 Aspectos Econômicos da Política Externa.....	64
4. CONJUNTURA DO INTERNACIONAL DO GOVERNO DE LULA DA SILVA	67
4.1 Política Externa E Prioridades Da Diplomacia.....	68
4.2 Influências Partidárias do Partido dos Trabalhadores - PT.....	82
4.3 Aspectos Econômicos Da Política Externa.....	83
5. ANÁLISES DOS ATOS INTERNACIONAIS	86
5.1 Atos Firmados No Governo Fernando Henrique Cardoso.....	89
5.2 Atos Firmados No Governo Lula da Silva.....	92
5.3 Avaliação Dos Atos Internacionais.....	97
5.4 <i>Score</i> sobre a política externa	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	107
ANEXOS.....	114

INTRODUÇÃO

A questão da condução da política externa de um país sempre foi uma questão relevante na Ciência Política e nas Relações Internacionais. O modo como um Estado se posicionará em relação a outros países, acordos mundiais e Organizações Internacionais, têm como determinantes seus interesses, seu poder de barganha, *Hard Power* que consiste no poderio militar e econômico de um país e *Soft Power*, relacionado com a cultura, diplomacia e história; e segundo a hipótese desta dissertação, a ideologia partidária presidencial do Estado.

No séc. XXI a manutenção do poder de Estado, de sua economia e desenvolvimento é um dos temas mais discutidos nas Relações Internacionais e Ciência Política, e que foram abordados por Savigny e Marsden (2011) em seu livro “*Doing Political Science and International Relations*”, explicando que devido às mudanças constantes no sistema internacional, a globalização e a emergência de organismos internacionais e blocos econômicos tornaram-se questões-chave para a análise das relações internacionais e da política internacional.

Segundo o Dicionário de Relações Internacionais (SILVA; GONÇALVES, 2010) a política externa pode ser definida como “atividade por intermédio da qual os Estados se relacionam entre si”, entretanto, este conceito estrito é muitas vezes confundido com a diplomacia. Desta forma, para diferenciar um do outro de forma clara, os autores explicam que a política externa é a estratégia da diplomacia; dito de outra forma, “a diplomacia reflete o principal meio pacífico para o exercício da política externa”. A diplomacia, descrita por Morgenthau (2003) em seu livro “Política entre as Nações”, consiste em “[...] convencer outras nações do poder o qual seu país realmente possui - ou que ele acredita (ou deseja) que as demais nações suponham que ele detém”.

Os documentos responsáveis por oficializar relações diplomáticas entre Estados e Organizações Internacionais são chamados de atos internacionais. Segundo o Itamaraty, servem para estabelecer regras concretas para a parceria em áreas específicas. Também são comumente denominados “tratados”, “convenções” ou, mesmo, “acordos”, criam compromisso jurídico entre as partes. Os atos internacionais são uma parte obrigatória da diplomacia posto que através deles são instituídos comitês de reunião para aprofundar o diálogo e o conhecimento de todos os interessados em determinado tópico. Tais atos podem, ainda, promover ações concretas ou projetos de novos acordos.

No caso do Brasil, seu papel de relevância e líder na América do Sul, foi alcançado através dos acontecimentos provenientes da II Guerra Mundial e Guerra Fria. Durante esses

conflitos, lançou uma plataforma de desenvolvimento alavancada pelo investimento de capital norte-americano e europeu, mais notadamente no período de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e mais tarde, no início dos governos militares, com o alinhamento nacional ao lado norte-americano. Tal disposição associada permitiu ao Brasil obter um papel de destaque dentro das relações internacionais, não só como base aliada na América do Sul, como também referência de parceiro comercial no sistema capitalista.

A política externa brasileira muito mudou desde então, não só seu tipo de alinhamento como também sua preferência por parceiros comerciais e prioridades e perspectivas políticas. Seu papel, porém, protagonista na América Latina e de *global traders* foi estendido para se adaptar e manter seu *status quo* dentro da nova ordem mundial multipolar. Pode-se dizer que o fator que mais contribuiu para a construção de uma identidade multilateral do Brasil foi a atuação do Itamaraty em função das mudanças políticas do sistema internacional.

Atualmente, o Brasil possui uma forte tradição diplomática forjada desde a era do Barão do Rio Branco. Para tanto, empregou esforços nacionais maciços das chancelarias para formular sua política externa de forma que os conflitos existentes entre o Brasil e outras nações, pudessem ser resolvidos por vias de negociação diplomática. Como comenta Cláudio Ribeiro,

Seja em plano bi ou multilateral, as ações externas desenvolvidas pelos Estados se realizam perante uma ampla gama de atores e organizações internacionais – sejam essas organizações governamentais ou não governamentais. Nesses termos, a política externa não deixa de ser uma política pública, responsável por representar a conformação negociada de vontades tanto do governo como do empresariado, dos trabalhadores, das organizações não-governamentais, da academia, enfim, da miríade de atores que asseguram sua vitalidade e legitimidade. Seu processo de formulação e execução, como é o caso do Brasil, tende a ser coordenado por uma burocracia altamente especializada – portanto, detentora de autoridade acerca dos temas pertinentes à arena internacional (RIBEIRO, 2006, p. 134).

Apesar desta tradição, por influência de fatores de ordem interna tais como uma crise fiscal nacional, greves trabalhistas, desastres naturais e explosão de conflitos civis, ou mediante fatores externos, tais como guerras, crises econômicas mundiais, atentados terroristas, foram surgindo diferenças na condução da política externa do Brasil quando se comparam mandatos de presidentes de linhas partidárias diferentes. Nesse caso, são notáveis as mudanças no que dizem respeito às relações econômicas e alianças internacionais com países e blocos econômicos.

A agenda diplomática desenvolvida é um exemplo de como um projeto nacional com enfoque internacional possui grande necessidade de recursos e burocracia para produzir análises da conjuntura internacional. Contudo, tal agenda carrega também características

particulares ao criar pautas específicas que visam promover interesses de grupos mais presentes em cada governo e que estariam mais ligados às ideologias do partido detentor da presidência. Desta forma, procuraremos responder a seguinte questão: há influência político-ideológico do partido presidencial na política externa com relação aos atos internacionais?

Para Mesquita (2013), a “partidarização, ideologização e política externa guiada sob preceitos ideológicos partidários, são expressões que sempre retornam nas discussões da política externa brasileira”. Isto ocorre não só pelas diferenças nas pautas defendidas dentro da política externa, como também na estratégia de obtenção dos objetivos nacionais. Certamente cada partido escolhe causas prioritárias para sua atuação nacional, seja levantando bandeiras sociais, regulamentação fiscal ou defender a promulgação de leis específicas.

Entretanto, quanto a assuntos de política externa, partidos políticos não teriam, *a priori*, tanta influência nestes assuntos. Assim, o objetivo geral desta dissertação é analisar se a orientação de política presidencial do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, filiado ao Partido Social Democrata Brasileiro - PSDB ou o governo social, como Luiz Inácio Lula da Silva filiado ao Partido dos Trabalhadores – PT, geraram influências na política externa do Brasil na forma de firmar atos internacionais com países e blocos.

Entre os objetivos específicos, também incumbe verificar se a lógica partidária apresenta viés ideológico na condução da política externa brasileira, especialmente relacionado com países de ideologia e economia específicas, mais neoliberais ou protecionistas; Também relacionaremos o perfil político-ideológico de cada presidente ao comportamento diplomático do Brasil em cada governo e pesquisaremos a relação do Brasil dos dois governos com países e blocos econômicos chave como Venezuela, Cuba, Estados Unidos, Irã, China, Índia, França, Espanha, Angola e Moçambique; Mercosul e União Europeia.

Ainda exemplificaremos os tipos mais comuns de atos internacionais em cada governo para detectar se foram influenciados por preferências partidárias ou ideológicas. Finalmente, caracterizaremos e descreveremos os principais tratados internacionais relacionados a direitos humanos, economia, tecnologia e meio ambiente que marcaram os governos Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva, doravante designados mais simples e respectivamente por ordem alfabética como Sr. Cardoso e Sr. Lula da Silva.

As hipóteses norteadoras desta dissertação baseiam-se nas alianças firmadas através de atos internacionais com diversos países durante os mandatos presidenciais e no tipo de política econômica desenvolvida por cada um, de acordo com conjunturas históricas e com

tendências de ação partidária.

Assim, na primeira hipótese, supõe-se que o ex-presidente Sr. Cardoso geriu uma política externa mais voltada para a consolidação de alianças com os EUA (Estados Unidos da América) e UE (União Europeia), com viés de relacionamento norte-sul e política econômica voltada para o mercado interno. Na segunda hipótese, considera-se que o ex-presidente Lula da Silva foi influenciado ideologicamente com atos internacionais voltados para cooperação com países de cunho socialista, com ênfase na África, Ásia e América Latina, como também uma economia nacional protecionista.

Para testar as hipóteses, serão usadas duas estratégias de pesquisa. A primeira será a realização de comparação das preferências apresentadas nos programas partidários do PSDB (Partido Social Democrático Brasileiro) e PT (Partido dos Trabalhadores) com as ações e atos internacionais realizados durante cada governo. Por sua vez, a segunda será o diagnóstico dos tratados internacionais ratificados durante ambos os governos, para verificar se os principais temas focados por cada governo e país que mais atuaram junto foram influenciados por preferências partidárias. Essa comparação deverá gerar um *score* (baseado nas principais frentes de cooperação internacional do Itamaraty para o alcance dos objetivos nacionais de desenvolvimento) de política externa que proporcionará averiguar, qual dos dois governos os atos internacionais de conteúdo negociado, trouxe mais benefícios econômicos e políticos para o Brasil.

Sobre a metodologia definida para este trabalho, mesma está enquadrada na pesquisa quali-quantitativa com a utilização da literatura acerca do tema e dados quantitativos fornecidos pelo acervo de atos internacionais do Itamaraty. Com essa índole, será possível responder a pergunta problema através do método indutivo, para, nas considerações finais, obter a hipótese proposta.

A leitura e estado da arte sobre o tema serão divididos em três partes. Na primeira delas, será abordada a contextualização do cenário nacional e internacional, com as mudanças mundiais causadas pela globalização; Em dado momento, será visto o papel da economia internacional e suas influências na política externa; Por último, adentraremos o desenvolvimento nacional e o papel das relações exteriores para a construção, assim como a manutenção do desenvolvimento nacional brasileiro. Isto será feito mediante os trabalhos de FIORI, (1997), GONÇALVES (2010), HIRST (2006), RIBEIRO, (2006), LAFER (1993), SATO (2013), ALMEIDA (1999), PECEQUILO (2008), COUTO (2010), BURGESS (2008) e DINIZ (2013).

A abordagem destas questões conjunturais nacionais e internacionais faz-se necessária pelo fato de que a partir do nível interno de decisões e do cenário nacional serão formuladas políticas internacionais dos ex-presidentes Srs. Cardoso e Lula da Silva que poderão ou não ser influenciadas também pela linha partidário-ideológica destes dirigentes.

Prosseguindo, na segunda parte da literatura, visando estudar, teorizar e comparar as ações presidenciais em seus totais, será utilizada uma teoria das relações internacionais, a Análise de Política Externa, sobre a formulação das decisões da política externa e seus vários fatores e atores. Finalmente, os fatores justapostos como organizações internacionais e sistemas econômicos. Os principais autores desta parte serão VIZENTINI (2005), VIGEVANI (2003, 2007), LAMPREIA (1998), SANTANA (2006), SILVA (2010) e CERVO (2003).

Aquela análise da Teoria de Política Externa será importante para contrapor os diversos fatores e as ações diplomáticas dos presidentes brasileiros. Esse método será aplicado para possibilitar compará-las e mesclá-las com os estudos sobre partidos políticos, para verificar a existência ou não da influência ideológica sobre as ações diplomáticas do Brasil. Juntamente com a Teoria de Política Externa, utilizaremos artigos e livros sobre os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) para enfatizar a análise de suas políticas externas e suas ações com relação a ratificação de atos internacionais.

Na terceira e última parte, será discutido o questionamento sobre a suposta existência de uma influência político-ideológico do partido presidencial como um dos possíveis fatores de mudanças nas ações do Brasil internacionalmente. Tal análise terá como base os estudos de Norberto Bobbio (1994; 1998), ROSAS (2013), Partido dos Trabalhadores (1979), Partido da Social Democracia Brasileira (1988), MESQUITA (2011) e GUIOT (2010a), os quais trazem definições atuais do que é um partido, quais suas linhas gerais (particularmente o PT e PSDB) e quais as tendências de um governo mais neoliberal ou mais social.

Esta pesquisa será importante para aprofundar os estudos na área de análise comparada de política externa, verificando discrepâncias e similaridades nas de relações internacionais do Brasil e também para complementar pesquisas já existentes sobre a diplomacia brasileira e análise da política externa dos presidentes do país.

O Brasil é um caso importante, pois não só representa um eixo de grande dimensão diplomática, como também é uma grande economia, relevante no cenário internacional. O próprio país atua como emissário de missões de paz da ONU (Organização das Nações

Unidas) e referência em cooperação internacional, principalmente na África e Ásia, por exemplo. Assim, o Brasil é um ator que depende fortemente de suas ações internacionais para manter seu status quo e relevância no sistema internacional.

No tocante a organização dos capítulos, a construção desta dissertação foi feita para apresentar ao leitor o problema e suas etapas de investigação mediante uma ordem capaz de, mediante a discussão dos resultados e teorias, seja possível nos últimos capítulos obter uma análise conclusiva. Assim, foram elaborados um diálogo autoral, uma coleta de dados e uma aplicação de teorias aos fatos, tudo de forma demonstrar uma das hipóteses apresentadas.

Após a introdução do tema e da metodologia usada para investigação, o Capítulo 1 aborda o papel das transformações dos pós-guerras e do processo de globalização na modernização da política externa e na economia mundial. Além disso, será examinada a transformação da diplomacia brasileira como referência mundial e como ela preparou-se para alcançar novos objetivos nacionais.

Prosseguindo, o Capítulo 2 aborda a definição do espectro político, a posição e a construção ideológica do Partido da Social Democracia Brasileira, assim como as suas principais características. Da mesma maneira, investigou-se o Partido dos Trabalhadores. Também, verificou-se o perfil ideológico de cada país e de cada bloco comercial presentes nos atos internacionais desta dissertação. Em seguimento, nos capítulos 3 e 4, será efetuada a análise das conjunturas que marcaram duas distintas épocas presidenciais dos governos dos Srs. Cardoso e Lula da Silva, assim como suas políticas externas. Ainda serão estudados seus principais destaques e marcos de atos internacionais nos oito anos de cada governo, assim como a relação e possível influência de seus partidos nos rumos da política externa.

Ao final, a elaboração do capítulo 5 e do *score* comparativo de política externa foi embasado nos principais eixos de ação do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, traduzidos em atos internacionais de cooperação que trouxeram benefícios explícitos para o Brasil. Estes atos ilustram os resultados obtidos ao longo de negociações, intervenções e integrações regionais em prol do desenvolvimento nacional.

1.DINÂMICAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E NO BRASIL

No mundo globalizado, nações e organizações internacionais realizam intercâmbios de informações, valores, práticas culturais e assistência humanitária, então, dessa forma, o que era antes uma questão isolada e pertencente a um único país, passou a ser compartilhado, aumentando a governança global sobre diversos temas, elevando o nível de interdependência e complexidade das relações internacionais aos quais diversos países chegaram.

Meio ambiente, saúde, fome e conflitos armados criaram grandes debates sobre como gerenciar e solucionar problemas que causam na sociedade, e a conclusão principal foi a de que a cooperação internacional e a criação de atos documentais para oficializar e propagar medidas para sanar tais questões é bem mais efetiva do que medidas nacionais isoladas, já que através do compartilhamento de técnicas e experiências, aumenta-se o alcance de objetivos satisfatórios. Ribeiro (2006, p.133) exemplifica;

Nesse contexto, tornou-se essencial aos Estados responder à nova e complexa interdependência global e promover a reformulação das tradicionais posições diante de temas e acontecimentos que, mesmo geograficamente distantes, passaram a afetar diretamente a vida nacional.

Grande parte das dinâmicas políticas internacionais são condicionadas pelas necessidades nacionais, tais como o aumento do Produto Interno Bruto - PIB, medidas contra a fome, paz entre as nações etc. Dessa forma, estão mais ou menos propensas a mudar de curso caso haja troca do líder nacional ou ocorra um evento significativo internacionalmente, como aquele havido na cidade de Nova Iorque, em 11 de setembro de 2002. Portanto, o papel da política e do posicionamento internacional de um país sobre determinadas temáticas terá impacto conforme seja percebido por outros países, em seu círculo de relações.

Por seu turno, as questões econômicas e de acumulação de capital possuem papel importante nas relações exteriores de Estados, não somente por ser objetivo maior do sistema vigente, mas também por ser uma das formas de estabilidade para as nações. Dessa forma, então, a economia torna-se um parâmetro fundamental para construir a agenda de política externa nacional, pela razão que esta influencia todos os desdobramentos decorrentes de ações econômicas, sejam políticos ou estratégicos.

Aquelas dinâmicas são precedidas pelo posicionamento do país no sistema internacional, assim como por sua tradição diplomática, um indicador de suas prováveis ações. Com esse amparo, o estudo comparativo entre governos permite analisar de forma

abrangente os fatores que levam a estas mudanças.

Temos, finalmente, que as relações diplomáticas e os atos internacionais são fenômenos intrínsecos às relações internacionais. Assim ocorre por representarem a via de comunicação e convivência entre estados, produto final de suas discussões e projetos comuns, respectivamente. Assim considerados, compreende-se ser devido a mudanças em governos, ao surgimento de novos assuntos, assim como de alteração de prioridades no sistema internacional, torna-se comum ocorrerem mudanças no relacionamento entre Estados, nas necessidades e nos objetivos que estes colocam em primeiro lugar.

1.1 Transformações Econômicas no Sistema Internacional – do Pós-Guerra ao séc. XXI

A existência de um cenário internacional contemporâneo cooperação internacional com o fim das grandes guerras mundiais só foi possível devido à presença marcante do liberalismo econômico¹ fortalecido durante a Guerra Fria, com seu ápice na entrada de ex-colônias da Ásia, África e América Latina no âmbito das nações globalizadas e importantes no contexto de interdependência, ainda que existam inegáveis assimetrias socioeconômicas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Fiori (1997) demonstra este sentimento com a passagem;

Neste sentido, não há como desconhecer a profundidade e a velocidade das transformações que vêm redesenhando o mundo desde o início dos anos setenta, como tampouco pode se desconhecer a especificidade destas transformações dentro do movimento permanente da internacionalização do Capital e do contexto mais próximo da internacionalização produtiva ocorrida depois da II Guerra Mundial (FIORI, 1997, p. 89).

Havendo participação de grande parte das nações do mundo, a nova lógica internacional globalizada² e neoliberal³, as relações entre Estados sofreram um processo de adaptação, principalmente por parte de países em desenvolvimento, a fim de tornarem-se referência em áreas primárias da economia, assim como passaram a ser parceiros comerciais

¹ Ideologia econômica baseada na organização da economia em que o maior número possível de decisões econômicas são tomadas por indivíduos e não por instituições ou organizações coletivas. Defende o livre comércio e a lei da oferta e da procura.

² Globalização é um dos processos de aprofundamento internacional da integração econômica, social, política e cultural que teria sido impulsionado pela redução de custos dos meios de transporte e comunicação dos países no final do séc. XX e início do séc. XXI.

³ Ressurgimento de ideias derivadas do liberalismo clássico. Prega liberalização econômica extensa, como as privatizações, austeridade fiscal, livre comércio e o corte de despesas do Estado a fim de reforçar o papel do setor privado na economia.

de países desenvolvidos. Para que isso acontecesse, a política externa destes países recém chegados ao processo de globalização, assim como suas práticas diplomáticas, tornaram-se um instrumento imprescindível para a discussão de benéficos acordos comerciais.

No setor econômico, os acordos de *Bretton Woods*⁴ revolucionaram os padrões e diretrizes econômicas do mundo, substituindo o padrão ouro pelo padrão indexado ao dólar (como moeda de reserva), instituindo a criação do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), extremamente necessário para os países que necessitavam se reerguer depois da Segunda Grande Guerra.

Aquela condição ocorreu mediante o estabelecimento de um plano de segurança econômica que permitira alcançar a prosperidade e promover a paz entre as nações no pós-guerra. Outra linha de ação dos acordos de *Bretton Woods* era de manter alianças com diversos países submetidos economicamente aos Estados Unidos da América. Tais ações ocorriam por intermédio de medidas de segurança econômica e de empréstimos realizados através do BIRD.

A globalização de indústrias e de serviços alcançada durante o período do pós II Guerra Mundial aumentou significativamente. Assim ocorreu devido à necessária reconstrução dos países envolvidos na guerra, pois precisavam de alimentos, matérias primas, maquinário e novos produtos de consumo, tais como roupas de materiais sintéticos, objetos de plástico de fácil descarte para estimular o consumo, e claro, os eletrodomésticos mais populares como a máquina de lavar roupas e o rádio.

Na época seguinte àquela guerra, houve um acelerado crescimento econômico conhecido como Idade de Ouro do Capitalismo ou Era de Keynes. Stephen Marglin (2000) comenta que países como França, EUA, Japão, Itália, Inglaterra e Alemanha Ocidental recuperaram-se totalmente dos danos estruturais e econômicos causados pela última guerra e tornaram-se referência na produção de tecnologia, bens de consumo duráveis, além de ocuparem postos de considerável poder econômico. Tal condição perdurou até 1970, momento no qual começaram as crises do petróleo, a queda da bolsa de Nova Iorque e a recessão econômica de 1975.

Da metade da década de 1970 até meados de 1980, o mundo sofreu um período de crises, estagnação econômica e mudanças políticas. Na América Latina, por exemplo, a

⁴Sistema Bretton Woods de gerenciamento econômico internacional que estabeleceu em julho de 1944 as regras para as relações comerciais e financeiras entre os países mais industrializados do mundo. Foi o primeiro exemplo, na história mundial, de uma ordem monetária totalmente negociada, tendo como objetivo governar as relações monetárias entre Estados independentes.

década perdida⁵ de 1980 tornou seu mercado extremamente vulnerável, afetando o crescimento do PIB e o desenvolvimento nacional, assim como decretou o final do milagre econômico brasileiro.

Para superar as perdas geradas pela crise de 1980, o Brasil recuou com políticas adotadas na fase desenvolvimentista global e como comentam Hirst e Pinheiro (1995), com a eleição de Collor o país voltou-se para a implantação de planos econômicos neoliberais. Com isso mudou sua estrutura interna de produção e serviços para alinhá-los a um modelo neoliberal, formulando uma agenda política externa afinada com a Europa e os EUA, além de moldar uma identidade mais globalizada para o Brasil que começou a deixar de lado o seu perfil de terceiro mundo.

No panorama internacional com o final da Guerra Fria, em 1992, a Rússia e suas áreas de influências aceitaram o sistema capitalista, implicando na readequação de sua economia para torná-la competitiva. Tal giro desestabilizou o modelo até então vigente gerando a crise russa de 1998 e as asiáticas de 1997. Então, na nova dinâmica internacional dos sécs. XX e XXI, os Estados relacionam-se mediante as novas tendências econômicas e políticas, além dos fluxos migratórios crescentes, os quais implicaram em políticas estatais com maior foco em direitos humanos, além de políticas de redistribuição de renda.

Com o fomento da globalização, os Estados passaram a guiar-se também por fluxos comerciais, fenômeno este que trouxe ao sistema internacional uma participação mais ativa de países em desenvolvimento como o Brasil. Direitos humanos e economia, entre outros assuntos, contribuíram significativamente para estreitar laços diplomáticos entre Estados, tornando o fenômeno da interdependência muito mais visível nos dias de hoje, não só entre países, como também no âmbito de blocos econômicos, encurtando fronteiras.

A evolução no modo de se relacionar internacionalmente foi outro fator trazido pela globalização. Em momentos anteriores, tratados bilaterais de comércio e amizade eram a base vínculos de entre países, mas décadas depois da Segunda Guerra Mundial, a multilateralidade e seus desdobramentos começavam a tomar parte da atenção da diplomacia, até se estabelecerem hoje como prática diplomática mais abrangente. Como escreve Paulo Almeida (1999),

Apenas a partir da segunda metade do século XX, e com maior vigor a partir dos anos 1960, os acordos multilaterais começaram a suplantar os

⁵A década perdida refere-se à estagnação econômica vivida pela América Latina durante a década de 1980, quando se verificou uma forte retração da produção industrial e um menor crescimento da economia como um todo.

instrumentos bilaterais enquanto mecanismos reguladores da vida econômica das nações. Inaugurados timidamente no último terço do século XIX, durante a fase do capitalismo triunfante, mas interrompidos logo depois dos desastres políticos, econômicos e sociais das duas guerras mundiais e mais particularmente pelos fenômenos da depressão e do protecionismo dos anos de 1930, os instrumentos multilaterais passaram a estar no centro da reconstrução da ordem econômica internacional, que começou a ser elaborada, sob a égide da ONU, em bases essencialmente conceituais e institucionalistas. (ALMEIDA, 1999, p. 183).

No plano econômico brasileiro dos anos de 1990 a 2000, ocorreram mudanças econômicas e sociais significativas, a começar pelas tentativas de diminuir a hiperinflação durante o governo do Sr. Collor de Melo e a instauração do Real como moeda Brasileira em 1994. A partir desta nova moeda, ocorreu um aumento de importações no Brasil, o aperfeiçoamento da indústria nacional e a instalação de fábricas de multinacionais no país, o que gerou empregos e o aumento do poder de consumo dos brasileiros.

A partir dos anos 2000, estando consolidada a moeda brasileira, o país enfrentou com estabilidade a crise do México, a crise Asiática e a crise da Rússia. A primeira década do segundo milênio foi marcada pelo gradual aumento da inflação, do aparecimento de crises econômicas mundiais e nacionais, como também o enfraquecimento do neoliberalismo e da liderança brasileira na América Latina. Assim, foi possível visualizar as grandes diferenças nas conjunturas econômicas desse período e como isso influenciou os arranjos da diplomacia brasileira.

Os vínculos econômicos internacionais estabelecidos entre as nações deixaram de ser unidimensionais, passaram a incluir dimensões éticas, políticas e sociais, subprodutos das relações econômicas de um país. Diniz (2013) colaciona a explicação de Amartya Sen sobre como o condicionamento econômico de um Estado influencia diretamente outros setores importantes da sociedade que promovem o acesso dos cidadãos a direitos e serviços, de forma que:

O crescimento econômico constitui, sem dúvida, um componente importante, pois contribui não só elevando rendas privadas, mas também possibilitando ao Estado financiar a seguridade social e a intervenção governamental ativa. Entretanto, é condição necessária, mas não suficiente. A contribuição do crescimento econômico tem que ser avaliada não apenas pelo aumento da renda, mas também e, sobretudo, pela expansão dos serviços sociais básicos que o crescimento pode viabilizar (SEN, 1999 *apud* DINIZ, 2013, p.10).

Desta forma, as relações políticas então se tornaram mais complexas para abranger os

novos conceitos e desafios da modernidade; a necessidade de formular estratégias nacionais e internacionais afim de fornecer qualidade de vida aos cidadãos e tornar um Estado economicamente estável refletiu-se no aprofundamento das relações diplomáticas, principalmente por meio de atos internacionais que estabelecem e regularizam questões comerciais, jurídicas, científicas e de direitos humanos.

Apesar dos diferentes regimes políticos no mundo e suas particularidades, o imperativo do crescimento econômico e bem-estar social em diversos países fez com que as relações diplomáticas se tornassem imprescindíveis para a obtenção dos objetivos estatais, já que a diplomacia constitui uma via de comunicação e solução de problemas de excelência e com alta taxa de sucesso, seja em negociações comerciais ou acordos relativos a questões militares, jurídicas e humanitárias.

1.1.1 Diplomacia brasileira e a posição do país no cenário mundial

O histórico da diplomacia brasileira é permeado de liderança regional, com a criação de eventos e secretarias para promover a cooperação e o comércio entre os países da América do Sul; boas relações com países na América do Norte, Europa, Ásia África e Oceania; sendo consultado sobre resolução de litígios internacionais e possuindo prestígio por sua competência diplomática em diversas instituições internacionais.

Uma das mais importantes figuras da diplomacia brasileira, o Barão do Rio Branco⁶, patrono no Itamaraty foi responsável por resolver questões fronteiriças com a Bolívia, Argentina e Guiana Francesa, moldando o mapa brasileiro do modo como ele é conhecido até hoje. O papel de Rio Branco e outros diplomatas como Alexandre de Gusmão, Oswaldo Aranha e San Tiago Dantas fez com que o Brasil ficasse conhecido como um país de alta capacidade diplomática e de neutralidade, capaz de executar o papel de árbitro em muitas disputas internacionais.

O relacionamento entre Estados, desde o fim das grandes guerras estabeleceu-se na via diplomática, o que aumentou significativamente a fluência de relações e negociações, levando países a determinar suas diretrizes diplomáticas e a formulação de suas políticas externas. Explanando sobre o tema, Celso Lafer escreve;

⁶José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco. Foi um advogado, diplomata, geógrafo e historiador brasileiro. É o patrono da diplomacia e uma das figuras mais importantes da história do Brasil.

A política externa – substância da ação diplomática – é uma política pública. É, no entanto, um tipo especial de política pública, mais qualitativa do que quantitativa, que exige como passo prévio uma análise, em cada conjuntura, tanto das demandas da sociedade nacional quanto das oportunidades oferecidas pelo momento internacional (LAFER, 1993, p.43).

A diplomacia brasileira aperfeiçoou seus principais fundamentos e vertentes ao longo de 192 anos (reconhecimento do império em 1825 a 2017), sendo uma instituição de alto nível de funcionamento em termos burocráticos que, como escreve Mesquita (2013), “a capacidade institucional do Itamaraty de perdurar como estrutura coesa, sustentando uma identidade ao longo de vários regimes e sistemas políticos nacionais são a força e o papel político e social da tradição”.

Assim, foi possível manter uma linha de desenvolvimento contínua de objetivos nacionais em acordo com a identidade nacional, pautada nos princípios de pacifismo com grande respeito aos tratados de não agressão, da amizade com o estabelecimento de relações diplomáticas com nações amigas, da preferência norte-americana, vista no alinhamento pragmático das relações estritas com os Estados Unidos durante muitos anos (principalmente no período militar) e no juridicismo, com o apreço pela igualdade jurídica entre os Estados.

Certamente, dentro das instituições brasileiras, o Ministério de Relações Exteriores - MRE, também conhecido por “Itamaraty”, apresenta-se como um dos mais importantes e imponentes órgãos do país e devido ao seu alto grau de competência, o padrão de seus funcionários exigiu ser o mais capaz. Isso visava estabelecer um padrão mínimo para ser um representante da vontade nacional, no qual “foram preferidos os bacharéis formados nos cursos jurídicos do império e os graduados em academias ou universidades estrangeiras, que mais versados se mostrarem em línguas” (SOARES, 1984 *apud* MESQUITA, 2013, p. 72).

Aquele padrão de funcionários, assim como sua formação, terminou por causar embates internos no Ministério de Relações Exteriores. De um lado havia o modo de ação do Itamaraty que pregava uma linha de continuidade e diretrizes coesas com os principais objetivos nacionais e do outro lado, existiam interesses e objetivos de partes exclusivas da sociedade brasileira, como empresários e políticos que defendiam benefícios particulares.

Daquela forma, são certos os embates políticos dentro da instituição diplomática em razão de opiniões políticas e interesses de partes do governo e da sociedade brasileira. Ocorre, porém, que tais divergências não perpassam para o nível de decisões externas do Itamaraty, sendo resolvidas e mediadas internamente conforme o que Douglas (1998) chama de “fortalecimento do projeto dominante e esquecimento do projeto corrente”.

Tais embates decorrem das diversas opiniões e posições com relação a assuntos com um viés ideológico mais visível, como por exemplo, a relação do Brasil com países como Cuba, Venezuela ou sobre o alinhamento político com certas nações. Porém, como mencionado anteriormente, tais discussões são sanadas logo em nível nacional, antes que possam influenciar medidas de política externa e prejudicar os resultados de negociações com outros países ou blocos.

Depois do período de consolidação da diplomacia e de um turbulento ciclo de governos militares, surgiu um marco importante para a diplomacia brasileira durante a redemocratização de 1988, qual foi a criação de uma nova Constituição da República que estabeleceu as diretrizes das relações internacionais com grande alinhamento das condutas sociais com direitos humanos. Observou-se pois, que

A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não-intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; concessão de asilo político. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações. (BRASIL, 1988).

Almeida (1999) escreve que esta Constituição reforçou a vocação pacifista, universalista e democrática do Brasil, com um foco integracionista da América Latina. Nesse sentido, seu conteúdo foi voltado para o fortalecimento das relações exteriores com nações que compartilhem dos mesmos ideais brasileiros e desde 1988, os ministros responsáveis pelo Ministério de Relações Exteriores têm mantido em maior ou menor escala, esforços para abarcar as diretrizes estabelecidas pela constituição.

Em suas condutas gerais, a diplomacia atual do país possui objetivos de prioridade, os quais garantem o crescimento nacional e que segundo Lessa (1998) são os seguintes: a obtenção de elementos que melhorem o crescimento econômico sejam eles de tecnologia, fontes de energia ou empréstimos; integração aos fluxos econômicos, por meio da diversificação de contatos internacionais sem se prender as relações especiais com os EUA e claro, a perseguição por uma identidade não alinhada e neutra de repressões ideológicas.

Segundo Mesquita (2013), a continuidade de valores e ideias do Itamaraty permitiu não só a revitalização de seus ideais e objetivos como também a presença de uma memória institucional. Tais bases diplomáticas foram imprescindíveis para a consolidação da posição

do Brasil no sistema internacional, especialmente como um país parâmetro de neutralidade na mediação de *affaires* diplomáticos, grande parceiro comercial fornecedor de *commodities* e polo de investimentos referência de na América do Sul.

Atualmente, a forma na qual as atuais relações exteriores do Brasil são conduzidas, são pautadas nas fortes tradições do Itamaraty, nos preceitos da constituição de 1988 e com adaptação aos novos elementos das relações internacionais e nas análises da conjuntura internacional para definir o curso de ação da diplomacia. A junção destes elementos torna o dever de formular estratégias para alcançar os objetivos da política externa brasileira mais concreto, preparado e acima de tudo, conciso, mantendo a identidade diplomática brasileira.

Apesar da existência da tradição diplomática nacional, ocorreram mudanças causadas pelos eventos internacionais das Grandes Guerras e da Guerra Fria, as quais trouxeram desafios para o modelo diplomático vigente e geraram a necessidade de aperfeiçoamento e modernização na condução da política externa. Eitii Sato (2013) faz uma breve análise sobre este fenômeno:

Pode-se dizer que dois desenvolvimentos ocorridos no segundo pós-guerra na esfera das relações internacionais foram especialmente notáveis para reforçar a importância da capacidade de discernimento para a diplomacia: a velocidade das mudanças e o acesso a quantidades crescentes de informação (SATO, 2013, p. 657).

Não só este fenômeno afetou grandes potências mundiais, como também o Brasil, tido como bastião da justa diplomacia, acarretando novas necessidades que precisavam ser supridas. Sato (2013) escreve sobre esta situação da contemporaneidade;

De um lado, a introdução de novos elementos nas relações internacionais, como o reconhecimento do destacado papel da diplomacia econômica, do multilateralismo e da diversificação de parcerias diplomáticas e, de outro, as transformações substanciais vividas na esfera doméstica da vida econômica e política de um Brasil que também buscava a modernização com crescente avidez (SATO, 2013, p. 657).

No início da década de 1990, o final da Guerra Fria implicou na reformulação das relações bilaterais, devido ao ajuste das agendas nacionais que passaram a funcionar regidos pela cooperação internacional e pelo liberalismo; com a adoção da uni polaridade americana no momento, fazendo com que o Brasil mantivesse uma relação especial e subordinada aos Estados Unidos e que fosse estabelecido um caminho para revitalizar as relações com a Europa, outro centro de poder no sistema capitalista. Sobre as medidas necessárias para se

reinsere na nova ordem, Cristina Pecequilo (2008) escreve;

O Brasil também passou a ser percebido como uma nação periférica, com opções limitadas, devendo se reinsere a partir de uma relação privilegiada com os EUA. Nacionalmente, esta postura foi mediada, mas em outros países as escolhas recaíram no completo alinhamento. O “tipo ideal” foi a Argentina de Carlos Menem, seguida de perto pelo México de Carlos Salinas, e sua prática do “Realismo Periférico” e do “Estado Normal”. Todavia, independentemente de seu comportamento mais equilibrado, o Brasil não escapou do processo de “normalização”. Para superar a “Década perdida”, a resposta escolhida foi a “década bilateral” (PECEQUILO, 2008, p. 138).

O direcionamento da política externa de acordo com os preceitos descritos acima fez com que o país mantivesse não só uma linha de relações prioritárias Norte-Sul, mas que também desenvolvesse uma agenda regional mais assídua com a América do Sul. Assim, continuou os projetos do MERCOSUL de acordo com diretrizes do Consenso de Washington durante o governo Itamar Franco para sanar os problemas econômicos e políticos gerados na gestão de Collor.

Durante o governo de Itamar Franco, o Brasil retomou suas parcerias horizontais, montando canais de relacionamento com uma diversidade maior de países, aumentando sua participação em vias multilaterais de interação como a ONU. No governo sucessor, agora com Henrique Cardoso em 1998, também houve a retomada da década bilateral com a recuperação do projeto de segurança militar nacional, abandonado durante o governo Collor. Nessa retomada, o objetivo foi de promover investimentos na área militar, aproximar-se dos EUA e países europeus, o que demonstrou adesão a práticas do pós Guerra Fria para em contrapartida receber ajuda financeira e tecnológica, além de reconhecimento internacional.

Depois de muitos litígios com os EUA na Organização Mundial do Comércio - OMC, na Organização das Nações Unidas - ONU e na Rodada do Milênio, ficou clara a fadiga de relações prioritárias e bilaterais com países de primeiro mundo. Não só o Brasil, como outros países da América Latina, sentiram tal falha em suas políticas externas alinhadas o que gerou uma crise nestes países, descrita por Pecequilo (2008):

Tal cenário variou de intensidade em cada nação, dependendo de uma outra intensidade: a da aplicação do receituário de normalização. Argentina, México, Bolívia, Equador, dentre os mais alinhados, sofreram a exacerbação de problemas sociais e econômicos, culminando em fragmentação política e rupturas institucionais. Países como o Brasil que matizaram a agenda neoliberal passaram por dificuldades (estagnação, desemprego), mas sem quebra da ordem vigente. A atualização do Plano Real em 1998/1999, as oscilações cambiais, a crise do MERCOSUL, fazem parte do processo que

levou à mudança da política externa a partir de 1999/2000 (PECEQUILO, 2008, p. 141).

Entretanto, o advento da globalização e de novas agendas do século XX e XXI desencadeou um novo processo de reflexão e mudanças dentro da dinâmica entre as necessidades nacionais e as conjunturas internacionais do Brasil. A quebra de paradigmas e necessidade de continuar com as diretrizes do Itamaraty, trouxeram dúvidas sobre o modelo de política externa vigente. Segundo Mesquita (2013), essa realidade “significava o aumento do peso das variáveis externas na agenda econômica e a redução do espaço para as escolhas nacionais, e com isso a ‘diluição entre o interno e o externo’ levava ao questionamento da hipótese de autonomia da política externa em relação à política interna”.

Assim, a diplomacia brasileira necessitou readaptar suas estratégias para lançar o país ao patamar de parceiro econômico mundial ao focar na diversificação de aliados comerciais. Com isso, distanciou-se mais da América Latina e do pensamento voltado para o terceiro mundo para estabelecer relações multilaterais e expandir a rede de alianças diplomáticas do país. Com essa visão, Ribeiro (2006) comenta sobre os novos desafios da política externa brasileira:

No caso de países como o Brasil, soma-se a essas demandas a necessidade de promover ações que façam prevalecer suas prioridades e interesses em concomitância à própria ampliação de seu grau de autonomia. A análise da política externa brasileira, portanto, apresenta-se como condição primordial para avaliação dos êxitos e equívocos resultantes de nossa interação com o sistema internacional contemporâneo (RIBEIRO, 2006, p. 134).

Com as mudanças do sistema internacional e seus impactos na diplomacia brasileira, novos conceitos e práticas foram adotadas para manter a relevância nacional no panorama externo. Assim, universalismo e autonomia foram fatores decisivos para garantir a evolução da conduta da diplomacia. O universalismo, segundo Lessa (1998), pode ser entendido como “a acumulação de certo capital de prestígio e a constituição de uma margem mínima extra de liberdade de manobra, a ser utilizada em momentos críticos”. Assim, o universalismo pode ser entendido como a prerrogativa a ações que ampliem meios de alcançar seus objetivos. O pragmatismo, por sua vez, é a objetividade e priorização de países e assuntos diversos de acordo com os objetivos nacionais.

Com a união destes dois conceitos, o Brasil construiu uma sólida capacidade de articulação e negociação com nações que agregam valores e acumulação de parceiros comerciais, culturais e em matéria de direitos humanos e jurídicos. A constante renovação do

diálogo e a aproximação política, juntamente com planos multilaterais e interações comerciais mútuas são ações afirmativas ao papel de liderança regional e égide diplomática que o Brasil possui. Práticas diplomáticas forjadas pelo universalismo, pragmatismo, valores culturais e jurídicos do Itamaraty formaram um Brasil ator global com boas credenciais, com papel de protagonista na América Latina e com vocação para mediações e adaptações no tão mutável sistema internacional.

Depois da aplicação do realinhamento e das relações bilaterais prioritárias com os EUA e com a Europa, tais estratégias da política externa trouxeram problemas para o Brasil, da quais, entre outras, perda de autonomia, perda de barganha e crises econômicas. A partir disso, diversos países da América Latina elegeram líderes de ideologia política de esquerda para tentar melhorar os aspectos negativos deixados pelos governos anteriores. O Brasil elegeu Lula da Silva, com uma linha de diplomacia pragmática e multilateral, que visava alcançar a comunidade internacional e formar alianças em diversas partes do mundo, de forma a modalizar parceiros comerciais.

Com isso, de acordo com Pecequilo (2008), desde 2003 a política externa brasileira tem adotado o uso de eixos combinados, ou seja, foca ao mesmo tempo na multilateralidade global e em relações bilaterais hemisféricas. Esta atuação da diplomacia brasileira tem favorecido o país, não só em sua presença em grandes eventos internacionais como o encontro de Davos na Suíça e as Conferências das Partes (COP) que ocorrem anualmente, mas também em sua reputação de parceiro confiável entre outras nações.

Os eixos combinados consistem em relações diplomáticas pragmáticas mantidas com países desenvolvidos e em desenvolvimento, de oeste a leste, para maximizar os ganhos políticos, comerciais e estratégicos nacionais. Sobre o eixo horizontal, Pecequilo comenta;

O eixo horizontal é representado pelas parcerias com as nações emergentes, por suas semelhanças como grandes Estados periféricos e países em desenvolvimento como Índia, China, África do Sul e a Rússia (sendo que informalmente, o Brasil, a Rússia, a Índia e a China formam o chamado bloco BRICS). A agenda é composta também pelos países menos desenvolvidos (*Less Developed Countries*) da África, Ásia e Oriente Médio, cujo poder relativo é menor do que o brasileiro. Este eixo representa a dimensão terceiro-mundista da política externa, também definida como relações Sul-Sul. Os benefícios potenciais deste eixo são econômicos, estratégicos e políticos (PECEQUILO, 2008, p 145).

Transitando da unicidade para a multipolaridade, o Brasil já não precisava manter o alinhamento com os EUA. Tal liberdade permitiu a formação de novos blocos e alianças para balancear o poder de criar redes de cooperação de acordo com o perfil brasileiro de líder na

região da América Latina e de *global trader and player*. Porém, ainda era necessário realizar a manutenção das práticas diplomáticas com tradicionais países de primeiro mundo, como é explicado a seguir:

O outro eixo que recebe atenção é o vertical, representado pelos tradicionais intercâmbios com países do Primeiro Mundo, EUA, nações da União Europeia e Japão. Tais intercâmbios correspondem a temas econômicos, estratégicos e políticos, amparados por uma clara percepção das assimetrias de poder, potenciais e obstáculos destas relações. Consideradas as três áreas de oportunidade, os EUA mantêm-se a principal e nosso mais importante parceiro individual. Avaliando com distanciamento a última década das relações bilaterais Brasil-EUA não existiram rupturas profundas. Se houve quebra, esta foi no debate doméstico e não entre interlocutores brasileiros e estadunidenses (PECEQUILO, 2008. p. 148).

A utilização dos Eixos Combinados como prática diplomática principal trouxe ao Brasil vantagens estratégicas, comerciais e políticas ao expandir as áreas de atuação da diplomacia, principalmente no que diz respeito à solidificação de relações com países da Ásia, como a China, Índia e Rússia. Sem prejudicar na manutenção de relação com países do eixo Norte – Sul. Este amadurecimento na diplomacia brasileira alavancou avanços consideráveis nos objetivos alcançados ao longo dos anos, além de trazer novamente ao Brasil o status de bastião diplomático, assim como torná-lo mais competente e preparado para enfrentar os desafios futuros.

Sobre a relação do Brasil com países da América do Sul, podemos visualizar duas posturas principais, forjadas pela integração do Cone Sul, por intermédio de tratados e relações históricas desde o período pós-colonial. Mais tarde, influenciadas pelo papel crescente do protagonismo brasileiro obtido durante os anos de alinhamento com os Estados Unidos, tais medidas foram evoluindo, sendo aplicadas tanto nos governos de Henrique Cardoso como naquele de Lula da Silva.

Ao mesmo tempo em que o país participa de zonas comerciais, trânsito de divisas, de pessoas e intercâmbio cultural, o Brasil exercia uma liderança e provocava uma pressão no continente latino de forma a restringir os objetivos de outros países da região de maneira que não interferissem nos seus. Essa dualidade de aliado/líder, é descrita por Sean W. Burges;

In short, the answer is that after 1992 Brazilian foreign policy was based on a strategy of achieving and exercising a quiet style of leadership in South America, seeking to develop and lead regional groupings as a defensive response to the new realities that rapidly followed the fall of the Berlin Wall in 1989. These regional groupings were pursued in a decidedly self-interested manner, one that was relatively benign and that explicitly left

space for the advancement of the interests of other South American states provided those interests did not contravene Brazil's core interests (BURGES, 2009, p.2).

Certamente a política externa sobre a América do Sul é um dos pontos mais significativos para a diplomacia nacional, sendo o ponto inicial por onde o Brasil começa suas investidas internacionais, pela importância que as nações vizinhas representam em nossa economia e na dinâmica política, e pelo potencial que se pode alcançar através dos acordos entre o MERCOSUL e países de outros continentes. Leandro Couto reconhece a estratégia brasileira referente ao Sul na passagem:

A América do Sul é a plataforma primeira a partir da qual o país se lança na arena internacional, tornando-se prioridade na agenda da política externa brasileira, principalmente a partir do início do século 21. De latino-americano, o Brasil redefine seu horizonte regional e a *sul-americanidade* passa a compor sua identidade internacional (COUTO, 2010, p. 23).

As iniciativas iniciais para a América do Sul eram a de integrar esta região e integrar-se a ela, para que a região estivesse em coerência geograficamente, politicamente, economicamente e socialmente. Os planos plurianuais de 1994 até 2003 continham diretrizes para concretizar os objetivos de tornar a América do Sul a região com maior predileção pelo Brasil. A iniciativa dos projetos CASA (Comunidade Sul-Americana de Nações) e UNASUL (União Sul-Americana das Nações) evidenciam a relevância desta região para o Brasil, mas também apresentam as diferenças iniciais entre a política externa do Sr. Cardoso e do Sr. Lula da Silva (COUTO, 2010).

Entretanto, houve continuidade em maior ou menor grau entre as ações dos presidentes na política externa para a América do Sul. Segundo Amado Cervo (2003), o principal aspecto de continuidade desta mudança foi a “dança de paradigmas”, onde o Estado desenvolvimentista (de 1930 a 1980) foi substituído por pelo Estado logístico durante o governo Cardoso e aperfeiçoado no governo Lula da Silva; “O estado em Lula, na perspectiva de Amado Cervo, no entanto, é tanto logístico quanto teria sido liberal na era Cardoso; “*non troppo*” (COUTO,2010). Esta diretriz contribuiu fortemente para o avanço e das relações intra-sul americanas e a integração regional frente aos novos desafios políticos e econômicos da atualidade.

Sean Burges comenta papel protagonista do Brasil na América do Sul como “hegemonia consensual”, onde o Brasil se encarrega de lançar projetos de organização econômica, política e social transnacional, de forma que o Brasil fosse respeitado e ganhasse a

aderência de outros países a este objetivo e obtivesse e trabalhasse seu status de “hegemonia” através da complacência das demais nações. Burges sintetiza tal termo;

Consensual hegemony is not about the framing of an explicit power relationship by reaching an agreement that one state will be labeled as the dominant one. Rather, it focuses on the articulation and construction of a project, in the Brazilian case, on various regional initiatives in South America (BURGES, 2008, p. 10).

Particularmente, o maior interesse do Brasil na América do Sul foi criar uma força coletiva dos países mediante plataformas de comércio como o MERCOSUL e também por respostas da região contra os novos desafios que resultam da globalização. Além deste processo econômico, a união enfrentaria o ritmo frenético de novas informações e tecnologias a fim de se manter uma região relevante e competitiva com relação ao resto do mundo.

Sean Burges já citado, ainda comenta que três pontos principais foram responsáveis por implementar a política externa de hegemonia consensual do Brasil. O primeiro foi o bom funcionamento do MERCOSUL que harmonizou as políticas de trocas entre a região; o segundo ponto foi o Grupo Rio (grupo de consulta e desenvolvimento e integração da América Latina) que diminuiu a influência estadunidense sobre a política externa destes países, sendo substituído em 2010 pela Comunidade dos Estados Latino Americanos e Caribenhos; o terceiro ponto foi a resposta negativa de países latinos nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA que trouxe maior independência econômica às nações latinas, em especial para a América do Sul.

A agenda internacional reservada para os EUA é bem marcada por fatores históricos e de períodos que foram contribuintes para o desenvolvimento das políticas externas a se seguirem. Milani (2011) comenta que durante o período de redemocratização do Brasil, as relações com os EUA tiveram como principal característica o surgimento de questões inéditas nas relações BR-EUA. Nessas questões, entre outras, medidas de proteção do meio ambiente, aplicação dos direitos humanos e novos ajustes econômicos. Sobre estes ajustes, particularmente no período de Henrique Cardoso, foram destinados a padronizar a economia brasileira segundo as diretrizes do Consenso de Washington, com fins de melhorar a captação de investimentos internacionais.

Segundo Hirst (2006), apesar do forte fluxo de divisas americanas no Brasil durante os anos 90, em 1999 a economia estadunidense desacelerou-se, diminuindo seus investimentos estrangeiros. Com isso, a economia brasileira sofreu maior exposição ao movimento comercial internacional de outras nações durante os anos 2000, sendo obrigada a forjar novas

parcerias e perdendo parte da influência americana a qual estava submetida, iniciando a maior projeção do país junto à comunidade internacional.

Quanto as relações com os EUA o foco ficou repartido em atrasar as negociações sobre a ALCA, na resolução das contendas comerciais na OMC e nos debates de segurança e securitização após o catastrófico atentado de 11 de setembro (MILANI, 2011), de modo que o Brasil, ainda um dos grandes aliados dos EUA, pudesse também estar unido e preparado na guerra contra o terror internacional.

Na era Lula da Silva, as relações Brasil-EUA, foram focadas na concordância entre os dois nos regimes internacionais, com assinatura de tratados sobre ciência, pesquisa, comércio, energia e meio ambiente. Ocorreram novas investidas em relações bilaterais com países fora do eixo americano, como China, Rússia e África do Sul; e no final do segundo mandato de Lula da Silva, o Brasil assume uma postura mais aberta ao diálogo nas relações exteriores com Cuba e Irã, países desafetos dos EUA.

Talvez um dos continentes que mais tenha reforçado suas relações com o Brasil nos últimos anos tenha sido a Ásia, mediante um diálogo voltado para a cooperação multilateral, desenvolvimento de parcerias comerciais. Estas desenvolveram-se principalmente com a China, o Japão e a Índia, inclusive com seus grandes mercados consumidores com uma captação de investimentos externos, de forma a aumentar o fluxo de relações entre o MERCOSUL e o bloco asiático *Association of Southeast Asian Nations– ASEAN*, formado por países do Sudeste Asiático, como Indonésia, Malásia, Singapura e Camboja.

As relações do Brasil e Ásia fortificaram-se principalmente no âmbito das tecnologias e pesquisas em ciência, mediante tratados de cooperação para pesquisas no campo da biodiversidade e preservação ambiental, das ciências espaciais relativas a lançamento de satélites e sistemas de monitoramento remoto. Além dessa área tecnológica, projetos internacionais na área da saúde foram implementados tanto na Índia quanto na China e o Brasil por sua vez, recebeu projetos sociais e técnicos financiados pela *Japan International Cooperation Agency– JICA*, mostrando o crescimento nas relações Brasil - Ásia iniciada nos anos 90 até hoje.

Com o continente europeu, o Brasil há muito tempo mantém relações culturais, com acordos internacionais de promoção de festivais culturais entre os signatários, intercâmbio de estudantes e pesquisas científicas em diversas áreas; além de troca de informações tecnológicas, a fim de promover o desenvolvimento de países emergentes; e o aumento das relações econômicas, particularmente desde os anos 2000 tem se mostrado o principal

parceiro econômico, sendo um dos principais destinos de exportações brasileiras em e o primeiro lugar em mercadorias importadas no Brasil. A existência de um acordo comercial entre a UE e o MERCOSUL facilita ainda mais tais relações, juntando as necessidades comerciais do Brasil com os demais países do Sul.

A parceria estratégica e estável através dos governos de Cardoso e Lula da Silva entre Brasil e EU culmina na obtenção dos interesses mútuos entre as partes, os quais são crescimento econômico, promoção de valores de direitos humanos e estabilidade política. Segundo o *EU-Brazil Summit Lisbon*, realizado em 4 de julho de 2007, o Conselho da União Europeia declarou que:

Partilhando valores e princípios comuns essenciais, a EU e o Brasil acordaram na importância de criar estratégias comuns para fazer face aos desafios globais, designadamente em matéria de paz e segurança, democracia, direitos humanos, alterações climáticas, diversidade biológica, segurança energética, desenvolvimento sustentável, luta contra a pobreza e a exclusão social e cumprimento dos acordos internacionais de não proliferação armamentista, defendendo que a melhor forma de abordar todas estas questões passa pelo multilateralismo centrado no sistema das Nações Unidas (*EU-Brazil Summit Lisbon, 4 July 2007, Joint Statement, p. 2*).

Desta forma, a continuidade da parceria entre Brasil e UE mediante acordos comerciais, culturais e tecnológicos, perseveraram ao longo do tempo, sem mudanças consideráveis entre os dois ex-presidentes citados.

As correspondências entre o Brasil e as nações africanas, conforme será visto nos capítulos 3 e 4 na análise da política externa dos presidentes do Brasil e nas listas de atos internacionais apresentadas no capítulo 5, foram pautadas na transferência de tecnologia e *know-how* de diversas áreas para países do continente africano. Entre esses projetos, a assistência em saúde e direitos humanos, iniciativas compartilhadas para o meio ambiente relativas a preservação de recursos naturais e cooperação técnica com fins de promover práticas sustentáveis e melhorar a qualidade de vida da população.

Na questão econômica dos parceiros africanos, inicialmente o Brasil foi orientado por uma política pragmática, com pouquíssima ênfase nas relações econômicas com demais nações da África, fazendo prevalecer ainda seus interesses econômicos direcionados às grandes potências da Europa, Ásia e Estados Unidos. A partir de 2002, houve um impulso nesta pauta, condicionada pelo fim do alinhamento neoliberal e pela busca da política multilateral, fortalecendo dessa forma as relações políticas, culturais e econômicas entre Brasil e o continente africano.

Entre o período de gestão de Lula da Silva, houve um aumento considerável no número de atos internacionais firmados durante seus mandatos. Essas ações foram fruto das diretrizes da política externa brasileira, as quais procuravam firmar alianças com países emergentes e diversificar seu leque de parceiros comerciais e pontos de influência no globo.

No capítulo 3, será discutida a dinâmica política-ideológica dos partidos de direita e de esquerda, no caso deste estudo o Partido Social e democrático Brasileiro - PSDB e o Partido dos Trabalhadores – PT. Nessa futura análise, serão estudados seus principais enfoques, diretrizes ideológicas, seus comportamentos econômicos e suas tendências internacionais. Também será traçado o perfil político dos países-chave e blocos econômicos deste estudo.

1.2 Política Externa Pragmática e Ideológica

Como explicado anteriormente, a política externa representa os interesses e objetivos do Estado no plano internacional e o seu modo de condução é prerrogativa do Estado. Toda política externa pode ser definida como um conjunto de decisões e ações de um determinado ator, Estado ou outros, em relação a atores externos, sendo formuladas a partir de oportunidades e demandas nacionais ou internacionais.

A política externa, como todas as outras, apresenta em maior ou menor grau as características do grupo que a desenvolve, podendo assumir um caráter pragmático, de objetividade, realismo e praticidade. Assim é para conduzir a política externa de forma responsável, para inserir o país internacionalmente e servir sobretudo aos interesses nacionais. Assim deve ocorrer independentemente das preferências que possam existir por parte dos formuladores.

Na conjuntura internacional do séc. XXI, a divisão entre capitalismo/comunismo perde sua importância e dá lugar à necessidade do desenvolvimento econômico sustentável, buscando alianças com países de posição política distinta. Assim passou a ser para ampliar sua liderança regional e sua participação mundial, além de arcar com os compromissos e responsabilidades assumidos para garantir o desenvolvimento nacional.

Existe também uma política externa ideológica que segue preferências específicas, pautadas em similaridades partidárias, com postura econômica própria ou na posição do *continuum* ideológico, como por exemplo, Cuba. Este país mantém relacionamento estreito com países bolivarianos como Venezuela e Bolívia, ainda com as influências da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS. Caso uma política externa ideológica torne-se engessada e imutável, torna-se fracaposto que não consegue lidar com as constantes alterações

no cenário internacional (CARMO, 2016).

Juliana Luiz *apud* Letícia Pinheiro (2004) escreve que, "neste momento que as fronteiras ideológicas, que de alguma forma tolhiam direta ou indiretamente o comportamento diplomático brasileiro, reduzindo seu leque de opções, foi finalmente desvinculada da política externa, que, agora calcada no pragmatismo e no realismo, abria suas portas para diversificação e intensificação das relações do Brasil com todo o mundo.

Entretanto, nas pesquisas de Lucas Mesquita (2013), o autor descreve que na gênese das propostas partidárias do Partido dos Trabalhadores e do Partido da Social Democracia Brasileira, as visões de mundo e preferências quanto à condução da política externa do Brasil divergiam muito, o que pode ser confirmado pelas pautas defendidas por cada partido. No caso do PSDB, o padrão neoliberal e aproximação de países centrais do sistema internacional era a preferência da época. Nos anos 2000, o PT possuía ideias para a política externa estavam pautadas na nova ordem mundial e na necessidade de diversificar os parceiros comerciais do Brasil. Nos capítulos seguintes serão mais aprofundadas estas discussões quanto às diretrizes de um partido e a política externa nacional.

A presença de um componente ideológico na política externa de um país levaria ao direcionamento deste em suas relações internacionais, o que não poderia ser permitido, sob o risco de deteriorar a condição nacional no sistema internacional dos países. Além disso, haveria a possibilidade de isolá-lo de potenciais parceiros com diferentes visões de mundo que contribuiriam para o desenvolvimento político, econômico e social dos seus Estados.

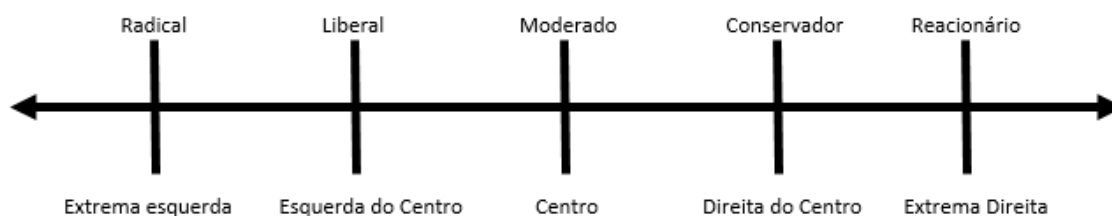
Ocorre que, na maioria das vezes em diferentes governos brasileiros, a presença de elementos pragmáticos e ideológicos é levada a efeito em um sincretismo de ações e posições referentes a diversos assuntos conforme a necessidade do país. Isso ocorre para de um lado, obter apoio de aliados e bases eleitorais e de outra banda, continuar o projeto de desenvolvimento nacional, concretizando os objetivos prioritários do país. Enfim, conduz o país em uma oscilação nem sempre benéfica aos interesses sociais.

2.DAS IDEOLOGIAS PARTIDÁRIAS E PERFIS ECONÔMICOS

A existência de partidos políticos pressupõe um sistema democrático, seja ele direto ou representativo, para que a vontade do povo seja expressa por uma escolha, uma eleição e um membro eleito da comunidade. Estes, ainda, são vinculados a partidos políticos que englobam opiniões públicas, ideologias e em alguns casos, religiões.

A disposição do *continuum* ideológico em esquerda-direita foi estabelecido nas Assembleias Gerais francesas do século XVIII, assim como depois da Revolução Francesa de 1792. Naquelas assembleias, o local habitual dos membros do legislativo, da burguesia e dos defensores dos interesses da igreja sentavam a direita do Rei, enquanto os defensores do republicanismo, liberdades civis e secularismo ficavam à esquerda deste. Na teoria política moderna, no eixo da esquerda temos o comunismo em seu extremo, socialismo mais ao meio, no centro a convergência entre políticas de esquerda e direita, políticas conservadoras à direita e no contraponto ao comunismo, a extrema direita, considerada também como fascismo. O esquema abaixo ilustra o *continuum* ideológico.

Figura 1 – *Continuum* Ideológico Direita-Esquerda



FONTE: Autorial própria

As dicotomias entre os extremos do espectro político são analisadas por Norberto Bobbio que cria as bases para compreender melhor o funcionamento destes paradigmas, seus valores, interesses e práticas nas áreas da economia, governo e sociedade, onde nesta última, os contrastes existentes fruto do pensamento diverso do ser humano, não podem simplesmente desaparecer, e extraem uma da outra a própria razão de existência.

De antemão, é importante salientar que “direita e esquerda” não são conceitos imutáveis e absolutos; nem objetos intrínsecos da política. Como todo conhecimento humano, estão sujeitos a modificações pelo tempo e valores humanos, figurando como lugares de espaço político segundo Bobbio.

Ao início de seu estudo Bobbio escreve;

Direita e Esquerda são termos antitéticos que há mais de dois séculos têm sido habitualmente empregados para designar o contraste entre as ideologias e ente movimentos em que se divide o universo, eminentemente conflitual, do pensamento e das ações políticas. Enquanto termos antitéticos, eles são, com respeito ao universo ao qual se referem, reciprocamente excludentes e conjuntamente exaustivos. São excludentes no sentido de que nenhuma doutrina ou nenhum movimento pode ser simultaneamente de direita e de esquerda (BOBBIO, 1909, p.31).

Baseado em Cofrancesco⁷, analisa o comportamento base dos homens nos opostos políticos, onde o homem de direita tem como missão manter e propagar a tradição; enquanto o homem da esquerda, luta para libertar outros das “cadeias a eles impostas pelos privilégios da raça, casta, classe, etc.”. Assim, o tradicionalismo e fascismo são enquadrados como ideologias de direita; o socialismo científico e o humanitarismo pertencem a esquerda. O liberalismo, interessadamente, fica entre os dois, pois dependendo de seu contexto, pode ser enquadrado tanto em um lado quanto outro (BOBBIO, 1995).

Sobre igualdade e autoridade, destrincha as tendências dos opostos políticos; começando pela extrema esquerda onde afirma que são simultaneamente igualitários e autoritários, citando o exemplo do jacobinismo, e podemos também encaixar Cuba neste cenário. No centro esquerda, é mais frequente vermos movimentos de cunho social liberal, com foco na igualdade e liberdades individuais. Com a centro direita, vemos movimentos libertários baseados na liberdade idêntica, comum em partidos conservadores, os quais se prendem ao ideal da igualdade jurídica. Já no caso da extrema direita temos como característica principal repressão liberdade (política, de opinião ou de mobilidade social) e com baixo nível de igualdade, como o nazismo e fascismo.

A presença do "centro" entre direita e esquerda configura uma "via alternativa" existente na política pelo esgotamento do vigor ideológico e histórico dos extremos, que através do pluralismo ocupou um espaço maior na política, distanciando mais os opostos do espectro, impedindo que se choquem, além de criar uma alternativa, o que acaba deixando partidos exclusivamente de esquerda ou de direita mais marginalizados, já que um maior número de eleitores se identificam com ideais menos radicais presentes em partidos de centro.

Como escrevem Rosas e Ferreira, os conceitos de direita e esquerda aperfeiçoados por Bobbio foram popularizados ao redor do mundo,

In fact, all around the world there seems to be a recurrent association between the left, egalitarianism and state intervention in society. By

⁷COFRANCESCO, Dino. **Destra/Sinistra. Se cadê 10 spartiacque** in *Il Secolo XIX*. 1990.

contrast, the right is invariably identified with Market liberalization and lesser state intervention. This suggests that the empirical distinction between left and right is not far from the Bobbio/Lukes criterion (ROSAS; FERREIRA, 2012, p. 9).

No Brasil, de acordo com o estudo de Figueiredo e Limongi, em 1999, a presença e coesão dos partidos no *continuum* ideológico torna verdadeira a classificação presente do partido dos trabalhadores e do partido da social democracia brasileira “o quadro que emerge da análise revela um padrão de coalizões partidárias que é coerente com a disposição dos partidos no *continuum* ideológico. Podemos falar tranquilamente em partidos de direita, de centro e de esquerda” (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999, p. 75).

2.1 Dinâmicas Política e Ideológica do Partido dos Trabalhadores

Conforme descrito acima, divergências sobre assuntos como economia, sociedade e aplicação de políticas, existem tanto entre partidos de esquerda e direita quanto dentro dos mesmos. No enfoque deste estudo, analisaremos o posicionamento do Partido dos Trabalhadores - PT, criado em 1980 a partir das reivindicações de trabalhadores do Estado de São Paulo, que terminou por agregar a classe trabalhadora de outros estados e áreas de produção. Assim, a própria documentação partidária essencial do PT (1979), dispõe que:

O PT define-se também como partido das massas populares, unindo-se ao lado dos operários, vanguarda de toda a população explorada, todos os outros trabalhadores – bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, boias-frias, profissionais liberais, estudantes etc. – que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas e por participação política (Partido dos Trabalhadores, 1979, p.7).

O PT se organizou inicialmente a partir de influências marxistas, porém também usufruiu da presença de ideologias sindicalistas, formadoras do núcleo principal e “razão de ser” do partido que não era radicalmente contra a classe burguesa. Com o tempo, tal classe foi importante para manejar a máquina burocrático-eleitoral que o PT construiu, com o aumento de sua popularidade e representação política. Com relação a sua orientação econômica, o partido segue a linha da Nova Política Econômica (NEP) que permite à economia nacional aderir as regras do mercado mantendo uma postura socialista, ou seja, visando o crescimento econômico e aplicando o capital na melhora de condições de vida da população (o que foi amplamente usado durante o governo Lula da Silva).

A participação de diferentes grupos sociais no partido permitiu organizar as

reivindicações em secretarias nacionais que defendem valores da social democracia, igualdade de gênero, distribuição de renda, direitos das minorias *etc.* Entretanto, com o surgimento de novas demandas econômicas e a pressão internacional para que o Brasil assumisse a dinâmica do comércio e políticas mundiais, o PT passou a adotar uma postura condizente com a de centro-esquerda, principalmente no governo Lula da Silva⁸.

O foco das políticas do PT estava em garantir melhoria de serviços e infraestrutura para a população, mediante o desenvolvimento e o fomento econômico, para diminuir as diferenças socioeconômicas existentes. Além disso, definiu que a política externa seria um dos meios para obter tais objetivos, além de construir uma rede internacional de cooperação, como respectivamente nas palavras de Almeida (2003) e do Jornal Extra (2007), é possível notar;

O novo governo vem atuando com muito tato e bastante realismo na frente diplomática, mas está procurando igualmente impulsionar alguns dos temas caros à antiga agenda internacional do PT, feita de algumas opções preferenciais pelas chamadas forças progressistas e contestadoras de uma ordem mundial dominada pelos países capitalistas avançados, mas temperando-as com o pragmatismo que é de se esperar de um governo estabelecido (ALMEIDA, 2003, p.88).

Nosso governo deu total prioridade para a América Latina, estimulando a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações, fortalecendo o MERCOSUL e colaborando com vizinhos como Venezuela, Bolívia, Equador, Colômbia e Haiti. A política externa de nosso governo é importante, também, pelo diálogo aberto com a África e a Ásia, pela ampliação do comércio exterior com os Estados Unidos e a Europa, pela liderança no G20 e pelo papel protagonista exercido pelo Brasil frente às grandes questões da política internacional. O Governo Lula foi firme ao condenar a invasão do Iraque, ao defender a democracia na Venezuela e enviar tropas para garantir a paz no Haiti. Nosso governo tem uma política externa comprometida com a autodeterminação dos povos e não é subserviente aos interesses do grande capital (*PT aprova tese sobre o "Brasil que queremos" com a defesa do governo Lula.* JORNAL EXTRA, 2007)

Desde sua gênese, o PT demonstrava interesse na discussão da política externa. Em seu manifesto, o partido discutia pontos sobre a luta contra a teoria de apropriação capitalista e a favor do legítimo direito dos trabalhadores de conquistarem a independência nacional. Nos anos de 1990, o PT inicia sugestões sobre novas investidas para a política externa, o relacionamento com os *BRICS* (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul) e o fortalecimento da cooperação Sul-Sul (MESQUITA, 2011).

2.2 Dinâmicas Política e Ideológica do Partido da Social Democracia Brasileira

⁸ Afim de garantir governabilidade e apoio da coligação na votação de projetos e emendas

Criado a partir da insatisfação de membros dissidentes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), como o próprio nome sugere, tem como princípio maior representar a social democracia no Brasil; oficializado em 1988. O partido mesclava visões de grupos políticos distintos; entre eles, trabalhistas, socialistas e pensadores católicos (GUIOT, 2010a).

As primeiras bandeiras levantadas pelo PSDB estavam a redução da máquina pública para diminuir os gastos burocráticos governamentais, a instituição do parlamentarismo, a economia de mercado regida pelo Estado e crescimento econômico com distribuição de renda para população (PSDB, 1988). Entretanto, o partido começou a tomar contornos neoliberais no mesmo ano de sua criação, estampados em seu programa partidário, “O PSDB recupera as críticas populares a alguns problemas do Estado (burocratismo, clientelismo, corporativismo) e elabora propostas para atacá-las, mas subordinando-as às percepções específicas das frações das classes hegemônicas” (GUIOT, 2010^a, p. 3).

Assim, segundo o PSDB, o Estado seria responsável por fornecer infraestrutura e planejar maneiras de viabilizar o padrão neoliberal da economia; enquanto na área social ele deveria apenas organizar os serviços básicos para a população, deixando o fornecimento de bens e serviços para o setor privado. Assim, com a postura apresentada pelo partido em sua gênese, e nos tempos atuais, não é possível defini-lo como sendo de esquerda ou mesmo centro - esquerda;

Em outras palavras, além de não ser social democrata pelo seu conteúdo programático não o é também porque, de fato, falta a ele a base de classe social democrata que é a classe trabalhadora: ora, o partido nunca constituiu qualquer vínculo com a classe trabalhadora e, portanto, até mesmo sua denominação “social democrata” fica comprometida (GUIOT, 2010^a, p. 8).

As políticas e projetos defendidos pelo partido apontam claramente para o viés neoliberal do Estado, seja no âmbito social, econômico-fiscal ou político. Tal posicionamento foi influente no governo do Sr. Cardoso ao colocar em prática a privatização de empresas nacionais e abertura do país às empresas estrangeiras.

Desta maneira, de acordo com o histórico do partido e sua classificação por especialistas em partidos brasileiros, como Figueiredo, Limongi e Jairo Nicolau, o posicionamento do PSDB no *continuum* ideológico se apresenta na centro direita.

Sobre opiniões e diretrizes da política internacional, o Partido da Social Democracia apresenta de forma breve em seu primeiro Manifesto, Programa e Estatuto, ideias isoladas,

sem criar um tópico exclusivo para a discussão da política exterior brasileira, apenas defendendo de forma explícita o mercado nacional com a “integração soberana do país no sistema econômico internacional” (MESQUITA, 2011, p. 116).

Analisando as ideias e preferências do PSDB sobre a política externa no governo Sr. Cardoso, Lucas Mesquita demonstra as principais medidas almejadas;

Especificamente, é nítido que a política externa do governo Sr. Cardoso foi influenciada pelas ideias do neoliberalismo, da social democracia brasileira e da globalização, os quais culminaram no *modus operandis* da política externa (...) seu programa de governo datado no mesmo momento orientou-se por uma agenda política com teor claramente liberal desregulamentação da economia, abertura econômica ao capital estrangeiro e privatização das empresas estatais. Nesse programa, a intenção declarada era a de romper com o caráter nacionalista e estatizante que caracterizava a feição do Estado brasileiro desde o governo Vargas na década de 1930 (MESQUITA, 2013, p.111).

Durante o governo Cardoso, o interesse maior era a defesa do multilateralismo com regras e instituições bem definidas, assim como a criação de uma área de livre comércio sul americana sem exclusividades, uma vez que as relações com os EUA eram prioritárias (ALMEIDA, 2004 *apud* MESQUITA, 2011). Como visto anteriormente, o objetivo econômico principal defendido pelo PSDB era a participação intensa do Brasil na economia internacional por intermédio da aplicação do neoliberalismo. Assim, a partir de reformas como a abertura da economia nacional para empresas estrangeiras, privatizações de companhias nacionais (como ocorreu com a Vale e Telebrás) e a desregulamentação do tema, foram estabelecidas as condições indispensáveis para o crescimento nacional e a “inserção inteligente” do Brasil no mundo.

Como visto, a procura por investimentos estrangeiros foi uma questão presente nas discussões do partido ao apoiar políticas de abertura ao capital internacional, eliminar as reservas de mercado e o protecionismo econômico (SAES, 2001 *apud* GUIOT, 2010b). Este objetivo foi complementado muitas vezes pela aproximação do Brasil a países desenvolvidos e mais proeminentes no sistema econômico, como EUA, China e países da União Europeia durante o governo de Cardoso.

2.3 Classificação de Países-Chave no *Continuum* Ideológico

A fim de complementar a análise de ideologias partidárias feito acima, faz-se necessário categorizar países com os quais o Brasil manteve relações durante os governos de

Cardoso e Lula da Silva, para melhor avaliar influência da hipótese da ideologia partidária na política externa do país.

A tentativa de encaixar países complexos e únicos dentro da análise política de esquerda - direita levará em consideração os seguintes quesitos: história política; caráter do governo do país durante os mandatos dos Srs. Cardoso e Lula da Silva (liberal ou conservador), levando em conta o partido do presidente ou primeiro-ministro; e particularidades que influenciaram no posicionamento político destas nações e organizações internacionais.

2.3.1 Sob o espectro da esquerda

Desde a revolução de 1959 e a instituição da república socialista em Cuba, o país possui apenas um partido, chamado de Partido Comunista de Cuba (PCC), pautado de forma estrita nas ideologias do Marxismo-leninismo, que instala o partido único, o Estado proletário, rejeita o capitalismo e a democracia burguesa, de acordo com o Estatuto do Partido Comunista de Cuba. No espectro político, Cuba está alinhado a extrema esquerda, entretanto em suas relações exteriores o país tem parcerias com governos de todas as nações das Américas, com exceção dos EUA e El Salvador. Atualmente é governado por Raul Castro, irmão de Fidel que governou até 2008.

Com seu direcionamento político formado na Revolução Comunista, a China fundamentou com base ideológica no Marxismo-Leninismo e Maoísmo, que foi modificado desde a reforma de Deng Xiaoping, promovendo a reiteração do país à relevância econômica mundial. Apesar da abertura comercial e cultural do país, a China manteve o Partido Comunista da China como único e não modificou sua estrutura política, independente do representante nacional escolhido pelo partido (Chuanzhi, 2013)

A Venezuela desde a eleição de Hugo Chávez e do atual presidente Nicolas Maduro, encontra-se sob governo de esquerda. O Partido Socialista Unido da Venezuela, do qual Chávez era presidente, possui caráter populista, é influenciado principalmente pelas ideias do Bolivarianismo, que prega o anti-imperialismo na América Latina, autossuficiência econômica e equidade social (*Encyclopædia Britannica*, 2017). Diferentemente da China e de Cuba, o país adere ao socialismo democrático, permitindo a outros partidos o direito de participar da dinâmica política.

Octavio Neto e Marina Lobo (2010) escrevem sobre a estrutura política de Angola e Moçambique; A independência de Angola no ano de 1975, teve grande contribuição das ações

do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que se tornou um partido político e instituiu sob sua sigla o presidente José Eduardo dos Santos. O MPLA foi inicialmente influenciado pelos ideais do Marxismo-Leninismo e do Comunismo, e atualmente, pela social democracia (apesar de Santos estar até hoje no poder).

A situação partidária de Moçambique é muito semelhante à de Angola, com a independência de Portugal em 1975, a Frente de Libertação de Moçambique se tornou um partido em 1977 e todos os presidentes do país eram deste partido. Desde sua criação até 1989 se guiava pela doutrina do Marxismo-Leninismo; hoje em dia se identifica com a social democracia sob o governo de Filipe Nyusi.

2.3.2 Sob o espectro da direita

Os presidentes franceses Jacques Chirac (1995 – 2007) e Nicolas Sarkozy (2007 – 2012) se elegeram sob o mesmo partido, a União do Movimento Popular (que com sua mudança de status e composição de passou a ser chamado de Republicano), classificado como centro-direita, produzindo discurso e políticas conservadoras, eurocêtricos, contra imigração; influenciadas pelo gaullismo, focado na segurança e interesses nacionais; liberalismo econômico e democracia cristã, que propõe uma política inspirada na doutrina social da igreja e nas teses de pensadores cristãos, ainda que muitas vezes, o despreendimento deste fator nas políticas do partido seja considerável (RÉPUBLICAINS, 2016)

Os Estados Unidos da América tem uma longa tradição democrática e rejeição ao socialismo e comunismo, o que reflete em suas ideologias partidárias na forte presença do liberalismo econômico. O representante do Partido Republicano, que defende o conservadorismo econômico, fiscal e social, George W. Bush governou o país de 2001 a 2009; foi sucedido por Barack Obama do Partido Democrata (ideologia de liberalismo moderno e social liberalismo) foi eleito.

2.3.3 Destaque para casos *sui generis*

A derrubada do Xá Mohammad Reza Pahlavi em 1979 e instituição de uma república islâmica no Irã levou o país a adotar um governo teocrático e com leis baseadas nos fundamentos religiosos do Alcorão (chamada de Sharia). Mahmoud Ahmadinejad foi o presidente iraniano durante 2005 a 2013, e eleito sob o partido principialista, também chamado de conservador, que prioriza leis e costumes islâmicos para governar, tornando a

posição do Irã mais afrontoso com relação aos Estados Unidos e Israel, por exemplo. Apesar disso, com aliados, o Irã tende a focar em formas de cooperação. (*Guide: How Iran is ruled, BBC, 2009*).

Como uma monarquia parlamentar, a Espanha tem seu representante do governo na figura do primeiro ministro, que de 1996 a 2004 foi Felipe González do Partido Espanhol Socialista dos Trabalhadores, classificado como centro esquerda social democracia. A partir de 2005 até 2012, José Maria Aznar, pertencendo ao Partido Popular, de centro direita, conservador e pautado nas ideias de liberalismo econômico, assumiu o cargo. (*Spain Profile, BBC, 2015*).

Na Índia, o cargo do executivo é responsável por chefiar o governo e representar o país internacionalmente pertence ao primeiro-ministro. De 1998 a 2004 Atal Bihari Vajpayee foi o primeiro-ministro, filiado ao Partido do Povo Indiano, considerado de direita, influenciado pelo liberalismo, conservadorismo e nacionalismo hindu. A partir de 2005, Manmohan Singh do partido Congresso Nacional Indiano, voltado para o social liberalismo e social democracia, assumiu o cargo. (*Election Comission of India, 2016*).

3. CONJUNTURA INTERNACIONAL DO GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Neste capítulo será levada a efeito uma análise do cenário internacional durante o período de governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Buscar-se-á aqui compreender os fatos mais marcantes do seu governo no âmbito do sistema internacional, assim como a evolução da política nacional que definiram as diretrizes da política externa durante os seus dois mandatos.

O primeiro governo Cardoso é influenciado pela queda do muro de Berlim (1989), pelas transformações advindas do fim da URSS (1990-1991), pela ascensão dos tigres asiáticos⁹ e pela nova dinâmica econômica de globalização que criou uma nova Ordem Mundial. Sobre o tema e nesta Dissertação, utilizaremos o conceito de Samuel Huntington (2003), a Ordem Uni Multipolar Híbrida, a seguir comentada:

Contemporary international politics does not fit either of these models. Instead it is a mixture or hybrid of one superpower, which is not an empire, and several major powers. It might be called a uni-multipolar system. This means two things. First, with respect to major international issues, the single superpower is usually able to veto the actions of combinations of other major powers. Second, the single superpower can resolve key international issues only in cooperation with some of the other major states (HUNTINGTON, 2003, p.8).

Em outras palavras, os EUA como superpotência posicionam-se na condição de *superpower*, podendo anular ações de blocos de outros países e manter-se como maior e único em sua magnitude no mundo devido seu poderio militar. Com isso, forma a capacidade de enfrentar diversos polos de poder econômico, tais como China, Alemanha, Japão e Reino Unido.

Sobre o modelo de apropriação econômica neoliberal, este foi desenvolvido na América Latina a partir das crises financeiras enfrentadas pelos Estados e que ocorreram em regimes políticos autoritários, tal como no Chile, ou mesmo numa fase de crescimento dos movimentos sociais e democráticos, como foi no Brasil. Assim sendo,

Um neoliberalismo que teve de enfrentar-se com uma forte burguesia nacional protegida pelo Estado e com um movimento social político de esquerda com capacidade de resistência superior ao dos outros países da

⁹ O termo “Tigres Asiáticos” é referido a quatro países da Ásia (Hong Kong, Cingapura, Coreia do Sul e Taiwan) que entre 1970 e 1990, alcançaram um acelerado desenvolvimento industrial e econômico, influenciando fortemente a economia mundial.

região. Dessa forma, o neoliberalismo avançava no Brasil com um caráter matizado, dado sua incapacidade inicial de se projetar hegemonicamente. Entretanto, a crise fiscal do Estado e a hiperinflação geraram o consenso necessário em torno da necessidade das “reformas estruturais” do Estado e da economia (SADER, 1995 *apud* SILVA, 2008, p. 333).

Portanto, por mais que as nações da América Latina tenham aderido ao neoliberalismo, cada uma delas o fez a seu modo, de acordo com os aspectos históricos da época e as necessidades do Estado. Particularmente no Brasil, a implementação do projeto neoliberal acarretou em mudanças não só na economia, como também na política externa do país. A abertura econômica e concessão de atrativos para a atração de investimentos estrangeiros foi o primeiro ponto da nova política neoliberal, que foi seguida pela organização financeira interna nacional e culminou com o lançamento do Plano Real destinado a promover a estabilidade e crescimento da economia brasileira.

Tal arranjo internacional proporcionou movimentos de globalização e regionalização, que convergiram para a abertura de novos mercados, trânsito de pessoas e de capitais, formando uma tendência integracionista, principalmente na América do Sul, por intermédio do MERCOSUL. Resumidamente, estes processos foram respostas às crises do modelo estatal keynesiano e ao enfraquecimento do socialismo no mundo (MESQUITA, 2013).

O processo de integração latino representado pelo MERCOSUL foi formado frente a tendência internacional de liberação comercial e impulso de comércios regionais, criando condições de competitividade dos países que participam do bloco e uma proteção com relação a mercadorias internacionais; como explica Mesquita,

(...) de um lado, procura-se criar estímulos internos e, de outro, os necessários meios de proteção externa, especialmente através de uma tarifa externa comum e de posições externas também comuns, o que aumenta, por certo, o poder de barganha dos países-membros face à concorrência internacional (MESQUITA, 2013, p.108).

Assim, por mais que estes processos tenham suas peculiaridades, todos foram responsáveis por alguns aspetos, entre eles fazer frente aos anacronismos da globalização (protecionismo e as assimetrias de poder na definição e aplicação das regras internacionais de comércio) e, também, estreitar as relações entre países, empresas e blocos econômicos, embora tenham gerando tensões referentes a limitação da soberania do Estado frente a interesses econômicos e interesses de outros Estados (SILVA, 2008).

As mudanças trazidas pela globalização e pela nova Ordem Mundial não foram exclusivas aos campos econômicos e políticos. No âmbito social, como explica Lampreia

(1998), ocorreu a valorização dos regimes democráticos, o fortalecimento dos direitos humanos e o surgimento de tendências de desenvolvimento sustentável. Outro aspecto foi a convergência de práticas jurídicas internacionais em prol destes aspectos, a fim de promovê-los mundialmente e trazer à tona os efeitos positivos da globalização, opondo consequências negativas da mesma.

Para o mesmo autor, em tal cenário internacional o Brasil foi um dos países que mais se beneficiaram com a globalização, um marco entre as nações emergentes e se consolidando como *global trader*. Investiu em seus interesses globais para que pudesse participar de agendas diversas e obter posições concretas sobre suas pretensões internacionais, buscou novos mercados e criou parcerias com os mais diversos países do globo. Desta forma, a política externa desenvolvida na época, fez jus ao novo protagonismo brasileiro inserido na nova ordem neoliberal.

Naquele momento, Fernando Henrique Cardoso, então ministro da Fazenda e anteriormente ministro das Relações Exteriores (1992-1993), foi uma figura central durante o governo de Itamar Franco. Participou de planos de desenvolvimento nacional e do lançamento do Plano Real para conter a hiperinflação que assolava o país. Com o sucesso do plano e o final do governo Itamar Franco, Henrique Cardoso tornou-se o novo presidente do Brasil em 1994.

Diferentemente do que foi defendido por Sr. Cardoso em seus estudos sobre a Teoria da Dependência¹⁰ e devido a toda a conjuntura econômica e política da época, seu governo adotou uma postura neoliberal, o que refletiu principalmente nas ações diplomáticas e econômicas do Brasil, refletindo isso nos acordos com seus parceiros internacionais e nos atos internacionais firmados.

3.1 Política Externa e Prioridades da Diplomacia

As diretrizes iniciais que guiaram a política externa da época de Cardoso eram pautadas na defesa da democracia; abertura econômica ao exterior, o que colocaria o Brasil numa posição de fornecedor internacional de commodities; e por fim, a estabilidade econômica nacional, a qual melhoraria a reputação brasileira perante a comunidade internacional. Sobre estas diretrizes, Santana (2006, p. 6) comenta, “a diplomacia buscou

¹⁰Teoria latino-americana desenvolvida nos anos de 1960 e 1970 sobre os processos imparciais de distribuição de riqueza mundial, a dependência estrutural de nações periféricas no capitalismo e fatores internos de cada país os quais geram a dependência; e que teve grande contribuição teórica de Fernando Henrique Cardoso.

consolidar a estabilidade econômica e a retomada do desenvolvimento de forma sustentável, por meio da abertura comercial e da atração de investimentos e tecnologias”.

Geograficamente, as áreas de maior interesse diplomático durante o primeiro mandato do Sr. Cardoso foram os países do MERCOSUL, onde o presidente enfatizou as relações econômicas intrabloco, a criação de uma zona de paz¹¹ e o fortalecimento da imagem internacional da região como um continente de grande potencial e segurança.

O comércio intrabloco apresentou um grande crescimento entre 1991 e 1997, mostrando a grande importância do bloco tanto para a região sul, como também no mundo; além de assegurar o fortalecimento político entre seus membros através da “cláusula democrática” (VIZENTINI, 2005).

O processo de consolidação política e estrutural do MERCOSUL foi um plano iniciado na época do Presidente José Sarney Costa, continuado pelo Presidente Itamar Franco e fortemente conduzido pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, mobilizando empresas nacionais, ministérios e projetos para integrar a região de forma completa, principalmente nas áreas comerciais, de infraestrutura e energética, quando o Brasil substituiu as importações de petróleo do Golfo Pérsico pela importação de gás e petróleo da Argentina e Venezuela, respectivamente, através da implementação de uma malha de gasodutos e oleodutos (VIGEVANI, 2003).

A importância da região sul e do MERCOSUL para o Brasil sintetizavam seus interesses internacionais, já que se o país possuísse influência sobre os dois através de negociações “poderia ser útil às aspirações brasileiras a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, pois daria ao Brasil o reconhecimento como potência regional” (SOARES DE LIMA, 1996, p. 152 *apud* VIGEVANI, 2003, p 45).

Apesar do progresso do MERCOSUL e da economia brasileira, além do crescimento do protagonismo do Brasil na região, a conjuntura da época trouxe dificuldades aos planos de alavancar a importância do país no nível internacional, por conta das desavenças com a Argentina e os embates pela liderança da região. No plano extra regional, os Estados Unidos e os planos para a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) minaram a centralidade brasileira na América do Sul, forçando novas estratégias para retomar o poder de barganha que o Brasil possuía com os demais países sul americanos.

Com relação aos EUA, o Brasil procurou estreitar suas relações com o país através de

¹¹Termo utilizado por Amado Luiz Cervo, ao comentar o estreitamento das relações Brasil – Argentina e o crescimento do MERCOSUL em A política exterior: de Cardoso a Lula, página 6.

sua confiabilidade internacional, ao realizar reformas econômicas e aderir a tratados de defesa militar, em especial o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP). Valorizar a parceria com os Estados Unidos seria um passo importante para o Brasil, como escrevem Vigevani, Oliveira e Cintra (2003, p. 43), “boas relações bilaterais e ‘autonomia pela integração’ com os Estados Unidos foram fatores considerados necessários para a ampliação do papel do Brasil no cenário internacional a partir do espaço sul-americano”.

A pretensão regional de Cardoso era prioridade em sua política externa e o papel dos Estados Unidos neste contexto era o de manter parcerias por todo continente americano, não excluindo qualquer possibilidade. Com isso, durante as negociações iniciais da ALCA, bloco econômico que colocaria em risco o funcionamento e autonomia do MERCOSUL e países sul americanos, o Brasil encontrava-se numa posição delicada, protelando discussões sobre a criação do bloco e ao mesmo tempo dando continuidade às relações bilaterais com os EUA.

Durante o segundo mandato de Henrique Cardoso, os Estados Unidos adotaram uma postura mais coercitiva com o Brasil em relação a ALCA, mediante constrangimentos internacionais em cúpulas e contendas na Organização Mundial do Comércio - OMC. O balanço final das relações entre os dois países foi que estas ficaram mais equilibradas, ao mesmo tempo que defensivas por parte do Brasil, que procurava acima de tudo, não perder sua influência na América do Sul para a ALCA e para os Estados Unidos.

Com Cuba, país com um histórico político delicado, o governo Cardoso procurou mediar uma reinserção do país na dinâmica internacional, criticando o embargo econômico realizado pelos EUA e defendendo a volta de Cuba para discutir assuntos regionais. O Brasil orientou Cuba a respeitar direitos humanos na prática, como também a democracia, para que o país pudesse melhorar sua imagem internacional. Bilateralmente, o Brasil realizou acordos de turismo, agricultura, saúde e intercâmbio acadêmico e profissional com Cuba (VIGEVAANI, 2003, p. 55).

O Brasil procurou melhorar suas relações com a Europa mediante as relações bilaterais e com o MERCOSUL, fez jus à sua estratégia multilateral e posição de *global trader*. Em 1995, foi firmado o Acordo Quadro Inter-Regional de Cooperação entre os Estados-Membros da União Europeia e do MERCOSUL, que abrangeu atos econômicos, comerciais e de integração entre os dois blocos. No biênio 1996-97, as negociações para novas iniciativas de cooperação foram discutidas na Conferência Ibero-Americana de Viña Del Mar, no Chile, e na VI Reunião Ministerial Grupo do Rio-União Europeia, respectivamente.

As tensões entre o MERCOSUL e a União Europeia tornaram-se mais acirradas

durante a Cimeira do Rio de Janeiro de 1999. Nesse momento as negociações entre as partes foram proteladas pelo lado europeu que esperava discutir sobre seu protecionismo na reunião da OMC que ficou conhecida como Rodada do Milênio. Essa atitude prejudicaria os países latinos que esperavam acordos benéficos com o bloco europeu. Sobre este período, Silva (2008) comenta:

A Cimeira completava, então, a desilusão dos países do MERCOSUL que, desde a sua criação até 1999, observavam as exportações da União Europeia aumentarem cerca de 330%, enquanto que as exportações dos membros do MERCOSUL não chegaram a aumentar 30%. Ao final do encontro, o presidente Fernando Henrique fez um discurso reforçando a necessidade de, em um processo de integração, resolver as assimetrias entre os países e nos países (SILVA, 2008, p.226).

Ocorreram depois entraves como a resistência de alguns países europeus em abrir suas economias para os países do MERCOSUL, decisão fruto das políticas protecionistas. O relacionamento do bloco sul-americano com a Europa foi particularmente difícil a partir de 1999, principalmente pela crise do MERCOSUL e a perda da competitividade com outros blocos econômicos.

Bilateralmente, o Brasil necessitava manter laços estreitos com a Europa, já que o continente representava um ponto estratégico para a economia, recebendo 28% das exportações brasileiras e sendo um grande investidor no país. Intensificando as relações bilaterais com países da UE era possível avançar negociações e tratados mais rapidamente do que com a utilização do multilateralismo do MERCOSUL; isso também permitia ao Brasil intentar seus próprios interesses da política externa, atraindo mais investimentos externos, expandindo sua rede comercial e apoio da UE em sua candidatura para o Conselho de Segurança da ONU (SILVA, 2008, p. 231).

Com a Espanha, as relações bilaterais possuíam um caráter estratégico, já que este país visava a América Latina como um espaço ideal para reiniciar atividades econômicas e culturais. Com ex-colônias, a Espanha reforçou o conceito de Iberoamérica, aumentando o fluxo de negociações de diversos tipos. Apesar do Brasil fazer parte da Iberoamérica, durante o governo Cardoso, as relações comerciais entre estes países não tiveram um grande fluxo, porém o Brasil se tornou o principal destino de investimentos externos espanhóis (SILVA, 2008, p 233).

Devido ao novo panorama brasileiro favorável economicamente e politicamente fruto das medidas nacionais para a atração de investimentos, a França aprofundou suas relações

com o Brasil através do Comitê Estratégico criado em 1995 para fomentar a dinâmica comercial e de investimentos entre os dois países. Cardoso visitou a França e a Guiana Francesa a fim de estreitar relações com o país e criar oportunidades futuras de cooperação bilateral. Jacques Chirac veio ao Brasil em 1997, e tal ação procurava estimular novos projetos bilaterais e multilaterais para a América do Sul.

Durante este período, as relações Brasil-França foram pautadas em questões comerciais e de investimentos, além de ser um mediador nas tentativas de aproximação entre a União Europeia e o MERCOSUL. Manter boas relações com a França significava estar um passo mais perto da abertura comercial europeia para o Brasil. Apesar do foco econômico, na época de Sr. Cardoso foram firmados acordos de cooperação técnica e científica e transferência de tecnologia, como poderá ser visto no capítulo 6.

Para as relações com a Europa, a política externa estava pautada em fortalecer suas relações com o continente estratégico do pós-guerra fria, que teria a oportunidade de prover ao Brasil tecnologia, investimentos e apoio dentro de negociações multilaterais. Outro referencial importante para o Brasil era o de que a Europa servia como uma alternativa mais suave politicamente e economicamente, ao tirar o foco dos planos estadunidenses de lançar a ALCA e talvez prejudicar o Brasil e o MERCOSUL.

Quanto a este último, apesar das relações com o bloco da União Europeia se firmarem muito lentamente e minados de desavenças, foi possível dar pequenos passos na aproximação e cooperação entre os dois. Por outro lado, quando em relações bilaterais com países europeus, o Brasil conseguiu aproveitar as oportunidades existentes firmando acordos comerciais e ganhando suporte do continente na ONU.

Silva (2008, p.231) afirma que nos anos iniciais do governo Cardoso, as relações com a Europa foram contidas e voltada para uma agenda econômica, porém no segundo mandato, questões políticas e de desenvolvimento foram adicionadas à agenda com o velho continente além de, “mostrar uma nova imagem do Brasil, com avanços no campo da democracia e com estabilidade econômica, construir uma agenda comum na defesa da multipolaridade e dos regimes internacionais”.

Além dos EUA e Europa, o Brasil procurou firmar parcerias com países asiáticos, que possuíam grandes mercados consumidores, matérias primas, tecnologia de ponta e capital disponível. Cardoso definiu a região asiática como uma prioridade na política externa, ampliando relações com a Coreia do Sul, China e países da ASEAN.

Com as dificuldades enfrentadas pelo Brasil nas relações com o Japão e com diversas

vantagens comparativas, a China se mostrou um grande parceiro comercial e um aliado estratégico no continente asiático, fortalecendo a imagem de global player brasileira.

A parceria bilateral entre os países foi firmada e fomentada principalmente no campo de aproximação política, desenvolvimento de tecnologias energéticas e para satélites. Ciência e tecnologia foram áreas de ênfase entre os dois países, o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica de 1982 começou a ter seus efeitos durante o projeto e execução de lançamento do satélite *Cbers* e durante outros projetos semelhantes (SILVA, 2008).

Em negociações internacionais em fóruns e Organizações Internacionais (OIs), o relacionamento Brasil e China estreitou-se durante o governo Cardoso, por apresentarem similaridades em matéria de economia e política externa; assim, conforme Vigevani, Oliveira e Cintra (2003, p.54), “as exportações brasileiras para a China duplicaram durante os mandatos de Sr. Cardoso (...) e Feiras de negócios de empresas brasileiras foram realizadas na China e vice-versa”.

Em 2002 a China obteve o segundo lugar como parceiro comercial do Brasil, mostrando que as intenções de ambos estavam voltadas para uma relação bilateral duradoura com foco em questões estratégicas. O aprofundamento das relações econômicas entre o Brasil e a China traria ganhos substanciais para ambos e para o fluxo econômico mundial, o que impulsionou a entrada da China na OMC.

Particularmente no âmbito da OMC, o Brasil foi favorável a entrada da China nesta organização, ajudando este país a se adaptar as regras e servindo como um consultor quando as ações da China, por conta das características em comuns entre os dois. Tal apoio permitiu ao Brasil ter acesso ao mercado chinês e a transferência de tecnologia, ganhos gigantescos se levarmos em conta os objetivos da política externa brasileira.

Em 1997, após a crise asiática, os processos de cooperação e integração regional entre o Brasil e países asiáticos apresentou vulnerabilidades e a volta de barreiras comerciais e tarifárias, que aos poucos foram contornadas pelas perspectivas de crescimento e parcerias com a América do Sul, discutidas no Fórum de Cooperação América Latina Leste Asiático (FOCALAL) de 1999 que segundo Altemani (2003)¹², configura um grande conteúdo simbólico ao procurar aprofundar as relações da Ásia com a América Latina sem a presença dos Estados Unidos.

¹²OLIVEIRA, Henrique Altemani. Perspectivas multidimensionais entre a América Latina e a Ásia. In: FUJITA, Edmundo (org). O Brasil e a Ásia no século XXI: ao encontro de novos horizontes. Brasília: IPRI, 2003 *apud* SILVA, André L. R. Do Otimismo Liberal À Globalização Assimétrica: A Política Externa Do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Apesar do interesse crescente na Índia, durante o governo Sr. Cardoso as relações com este país foram complicadas. O plano inicial da política externa era o de firmar acordos para a exportação de minérios utilizados para gerar energia nuclear e para abertura comercial e promover apoio mútuo para que os dois países se candidatassem para assentos permanentes no Conselho de Segurança da ONU. As desavenças surgiram logo depois de testes nucleares realizados pela Índia, e a denúncia destes atos por parte do Brasil, o que levou a uma dinâmica pouco aprofundada entre os dois. A relação entre os dois nesse período diferiu muito do planejado anteriormente;

(...) nos oito anos de Sr. Cardoso não se traduziram em resultados concretos, apesar do interesse manifestado. O desenvolvimento do intercâmbio foi pífio, numa demonstração das dificuldades objetivas na relação entre países em desenvolvimento, onde a não complementaridade e as dimensões da economia constroem o fortalecimento de possibilidades desejadas de cooperação” (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003, *apud* SILVA, 2008, p. 54).

Quanto a Rússia, após o final da URSS se encontrava em condições estruturais e econômicas semelhantes às do Brasil, uma circunstância que proporcionou a aproximação entre estes países. Acordos de intercâmbio comercial e tecnológico foram os primeiros atos diplomáticos, seguidos por discussões de futuras parcerias bilaterais e multilaterais, e em termos efetivos, o Brasil aumentou o volume de suas exportações de commodities para o país. Os objetivos russos e brasileiros apresentavam semelhanças principalmente por procurarem se integrar ao novo sistema capitalista e construir relações que pudessem levar ao crescimento econômico e fortalecimento institucional político.

A parceria estratégica Brasil – Rússia foi afirmada pela Declaração Conjunta sobre a Constituição da Comissão Brasileiro Russa de Alto Nível de Cooperação que procurava substanciar a relação de cooperação e desenvolver soluções conjuntas para as novas questões da dinâmica mundial. Desde 1994 o governo brasileiro fez esforços para promover um bom vínculo com a Rússia, e nos anos 2000 tais esforços foram impulsionados pelos planos de formação dos BRICS, aliando os benefícios de relações bilaterais e multilaterais com países em desenvolvimento.

O continente africano para o Brasil durante os anos 90 não representou grande interesse da diplomacia. Devido a diretriz política marcada pelo neoliberalismo, o foco da diplomacia brasileira estava em nações desenvolvidas e com potencial de investir no país. Silva (2007, p. 7) aponta que “a política africana, de certa forma, não se extinguiu, mas fez

opções seletivas, se concentrando mais ao sul do continente africano e em alguns países-chave”¹³.

Devido a crises econômicas internacionais, tanto os países africanos como o Brasil, não estavam em condições de manter um fluxo comercial crescente entre si, já que seguiam a lógica da globalização e priorizavam relações com países de primeiro mundo. Soma-se a isso as pressões internacionais do pagamento da dívida externa brasileira e o enquadramento do Estado brasileiro aos moldes neoliberais, assim, Ivo Santana aponta que

“Com a reforma do Estado, percebe-se que, do ponto de vista do comércio externo, o País se distancia da África. Conformando-se com os princípios da globalização e do livre mercado, que estimulavam a desregulamentação e a privatização, o papel do Estado vai progressivamente diminuindo” (SANTANA, 2003)

Conseqüentemente, as relações com a África foram pautadas principalmente em cooperação técnica, acordos sobre saúde e direitos humanos para melhorar a qualidade de vida de cidadãos africanos e missões de paz realizadas pela ONU em parceria com o exército brasileiro, o que aproximou culturalmente o Brasil de países como Angola e Moçambique. O principal foco da relação foi em ações sociais de combate a AIDS (Síndrome de Imunodeficiência Adquirida), treinamento de condutas e técnicos de saúde pública e práticas de direitos humanos, concretizados através de acordos internacionais e por meio da Agência Brasileira de Cooperação com os governos de cada país.

Especificamente em Angola, o governo brasileiro participou ativamente no processo de pacificação do país depois de sua guerra civil, enviando cerca de 1100 soldados através de missões de paz da ONU. O Brasil tinha a pretensão de investir no país pacificado por meio da instalação de filiais de empresas brasileiras para gerar divisas e também administrar o pagamento da dívida angolana ao Brasil. Em 1996, Fernando Henrique viajou a África e junto a ele estava uma comitiva de empresários para avaliar o potencial de negócio de Angola.

Quanto a Moçambique, as relações com este país foram realizadas sobretudo no âmbito da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa), com a ratificação de tratados na área de saúde, agricultura, direitos humanos e cooperação técnica. Em 2000, após uma crise nacional causada por enchentes, o governo brasileiro doou 5 toneladas de medicamentos emergenciais para atender a população afetada em Moçambique¹⁴.

A partir dos anos 2000, houve intensificação de relações com a África, em termos

¹³Ibid., p. 264.

¹⁴BRASIL doa cinco toneladas de remédios para Moçambique. Folha de São Paulo, São Paulo, Primeiro Caderno, p. 10, 04 mar. 2000.

econômicos e culturais, através da criação Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) em 2001 e da União Africana (UA) em 2002, a fim de propor soluções para questões recorrentes no continente, como tensões civis, fome, desenvolvimento sustentável e educação. Assim, “afirmava-se que as relações entre o Brasil e a África não deveriam ser apenas vistas do prisma comercial e de cooperação. Ressaltava-se a necessidade de ampliar os canais propriamente políticos de relacionamento” (SILVA, 2008, p. 284).

O relacionamento com o continente africano foi inicialmente marcado por interesses seletivos, onde poucos países figuravam no rol de prioridades brasileiro, os quais representavam espaços propícios a investir no Brasil e receber empresas brasileiras, como no caso de Angola. Já no final do governo Cardoso, as relações tiveram maior progresso particularmente nas áreas de cooperação e política.

A Organização Mundial do Comércio possuiu papel relevante durante os mandatos de Cardoso, visto que esta plataforma “protegeria contra abusos e lhe ofereceria recursos adequados para a resolução razoavelmente justa de conflitos que, de outra forma, seriam resolvidos pela lei do mais forte” (SILVA, 2002, p. 325 apud VIGEVANI, 2003, p. 49). Assim, a economia brasileira teria como se proteger de práticas comerciais ilícitas em suas exportações, pois sendo compostas por boa parte de commodities e sujeitas à flutuação de preços e compradores, práticas desleais com a concorrência poderiam ocorrer.

O órgão de solução de controvérsias (OSC) foi muito utilizado pelo Brasil, com casos conhecidos da época como o caso Brasil/EUA de gasolina (1996), Brasil/Canadá em companhias e peças aéreas (1996), Brasil Japão de propriedade intelectual (1996), Brasil/EUA de farmacêuticos (1996) e Brasil/EUA de algodão (2002). Com resultados positivos para o Brasil na OMC a economia entre 1995 e 2002 tornou-se estável com uma média de crescimento de 2,55% a.a.¹⁵.

A diretriz da política externa entre 1995 e 1998 era “Autonomia pela Integração”, que segundo Lampréia (1998, p.11)¹⁶ era “uma autonomia articulada com o meio internacional, no sentido de que “não somos suficientemente atrelados a nenhum centro de poder mundial para justificar uma opção excludente”; a fim de maximizar suas opções internacionais.

Um bom exemplo desta diretriz foi a adesão ao Tratado de Não - Proliferação Nuclear,

¹⁵Média calculada através das porcentagens do crescimento do PIB (1995-2002), valores retirados das tabelas do IBGE de 2015 (ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Tabelas_Completas/Tab_Compl_CNT.zi p)

¹⁶ LAMPREIA, Luiz Felipe. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 42, n. 2, p. 5-17, 1998, p. 11.

que renunciando a uma possibilidade de fazer uma bomba atômica, trouxe ao país uma credibilidade externa e maior participação e aceitação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos; além disso, a comunidade internacional depositou maior confiança no país, refletido no convite para participar do encontro do G8, na importância diplomática concedida pela ONU em missões em países lusófonos¹⁷.

Para Amado Cervo (2003), as ações da política externa de Cardoso salientaram o multilateralismo do Brasil, com ênfase nas relações regionais para fortalecer a economia e competitividade da região sul-americana; e pelo outro lado, garantir boas relações com os EUA e Europa, os maiores centros de influência econômica, que permitiriam o ingresso do Brasil em grandes mercados consumidores e possibilidades de investimento externo; aumentando a importância das exportações brasileiras como uma das estratégias para a autonomia pela integração.

Durante o segundo mandato de Cardoso (1999 – 2002), a adesão sem contestação ao neoliberalismo foi substituída por críticas à globalização assimétrica; neste período a prioridade de Sr. Cardoso estava voltada para formular uma alternativa para a crise do MERCOSUL de 1999, a qual Vizontini define como:

Sendo a principal delas a integração física da infraestrutura dos países sul-americanos, que historicamente haviam estado de costas uns para os outros e de frente para o mar. As redes de transporte, telecomunicações, energia, gasodutos e oleodutos, entre outras, seriam interligadas, gerando condições materiais para a integração das economias (VIZENTINI, 2005, p. 386).

Assim, o Brasil deu passo em direção a uma relação mais estreita com o MERCOSUL e procurando abranger também países membros da Comunidade Andina através de negociações com o bloco, para revigorar o papel de protagonista regional e poder utilizar-se dos recursos e instalações da região para gerar crescimento econômico e poder político.

Vigevani (2003) salienta que uma das práticas mais marcantes da política externa de Sr. Cardoso foi a utilização do papel de presidente para promover pautas diplomáticas e negociações bilaterais, atividade que ficou conhecida como diplomacia presidencial. Através de encontros com líderes nacionais em seus próprios países, esta estratégia trouxe, segundo Lampreia (1998, p.17) “a qualidade de sua liderança, reconhecida internacionalmente, que tem servido para ampliar a credibilidade política do País e respaldar a confiança em que (...) as diretrizes e compromissos adotados pelo governo irão concretizar-se”.

¹⁷IDEM- página 13

Desta forma, a diplomacia do Itamaraty e a diplomacia presidencial trabalharam de forma complementar para a resolução de questões da política exterior. Ambos trabalhavam para abarcar as necessidades nacionais em diversos continentes, se mostrando uma prática inovadora e que reforçava a política brasileira.

Segundo Sérgio Danese (1999, p. 29), a prática da diplomacia presidencial foi algo inédito na história da política externa, que só foi possível pela “a intensidade da agenda política externa do presidente e a ênfase dada, no discurso diplomático, à diplomacia presidencial; e “não apenas a diplomacia presidencial passou a ocupar grande parte do debate e da informação sobre a política externa, mas o próprio enfoque da política externa em geral passou a ser fortemente marcado pelo prisma da diplomacia presidencial”. Assim, a diplomacia presidencial firmou-se como um grande estratagema da política externa, que influenciou por sua vez o sucessor de Fernando Henrique, Luiz Inácio.

Em suma, a política externa do governo de Cardoso tentou ao máximo reduzir as perdas para o Brasil durante o contexto do pós-Guerra Fria e *Pax Americana*¹⁸. Do lado negativo, foi impossível frear a diminuição da participação do Brasil e da América Latina na política mundial e comercial; a economia apresentou baixos níveis de crescimento, pouca diversificação e contraiu grandes déficits na balança comercial, abalando o papel brasileiro na economia internacional e suas perspectivas de galgar uma posição favorável junto aos países mais ricos e órgãos internacionais mais importantes do sistema internacional.

Positivamente, a visão internacional sobre o Brasil foi sendo trazida para o lado positivo, ao compartilhar novos valores universais e mostrar o país como um bom árbitro para ajudar em contentadas bilaterais de terceiros, consolidar uma imagem pacifista e engajado em questões sociais, visando suas missões de paz junto a ONU em países da África e Ásia. As relações de cooperação firmadas na estratégia de autonomia pela integração trouxeram benefícios econômicos e políticos, permitindo que a economia brasileira pudesse se manter, ainda que fraca as mudanças ocorridas na época e cultivando relações com países que trariam grandes benefícios ao Brasil no futuro.

3.2 Influências Partidárias do PSDB

Como descrito no capítulo 2, o partido de Fernando Cardoso, o PSDB era inicialmente alinhado à ideologia de centro esquerda, porém alterou seu espectro político-ideológico em

¹⁸Termo latino que se refere ao período de hegemonia dos Estados Unidos da América no mundo.

1994, resultado das necessidades políticas para eleger Cardoso em 1995. Conforme Mesquita e Roma;

Esse deslocamento estaria expresso na redefinição de suas diretrizes políticas, deixando de lado o ideário social democrata para adotar um programa de governo rotulado como neoliberal. Esta guinada para a direita, com políticas mais favoráveis ao mercado, teria sido, sobretudo, o custo que o partido teve de pagar para chegar ao governo e para governar em aliança com o PFL (MESQUITA, 2013, p. 110).

Quando Sr. Cardoso foi eleito, o PSDB precisou equilibrar sua identidade partidária de social democrata e orientar suas políticas neoliberais para o país, através do controle das taxas de inflação e juros, abertura econômica ao capital estrangeiro e privatização das empresas estatais. Com a expansão do neoliberalismo na América Latina nos anos 90, outros partidos brasileiros em ambos os lados do espectro político passaram a apoiar as medidas governamentais para garantir a estabilidade monetária e crescimento econômico.

A política internacional brasileira foi formulada de acordo com a conjuntura internacional da época, com a inserção do país no mundo globalizado, seguindo uma agenda externa voltada para negociações econômicas com blocos, atração de investimentos, captação de tecnologia e relações bilaterais prioritárias com países no centro de desenvolvimento neoliberal.

Já ocupando o mais alto escalão da política nacional, o PSDB e Sr. Cardoso preservaram o posicionamento da política externa brasileira e adotaram como proposta de campanha eleitoral a preservação da política externa e das diretrizes do comércio exterior brasileiro. Em 1998, o PSDB propunha a expansão da participação em foros multilaterais e a inserção no processo de globalização, como oportunidade de “inserir mais decisivamente o Brasil nos grandes fluxos de investimentos diretos” (CARDOSO, 1998 *apud* MESQUITA, 2013, p. 117).

3.3 Aspectos Econômicos da Política Externa

Como mencionado anteriormente, o governo procurava reverter os danos causados pela inflação da década de 1980, através do tripé macroeconômico. No plano internacional, a captação de investimentos externos aproximou o Brasil de países como os EUA, Espanha e França, que também participaram da compra de empresas nacionais no período de desestatização.

Efetivamente, entre 1995 e 1999 o Brasil foi o segundo país em desenvolvimento que mais recebeu investimentos diretos externos, perdendo apenas para a China; os valores totais

em dólares chegam a 94,8 bilhões¹⁹; vale a pena ressaltar que os valores tiveram um aumento significativo a partir de 1996, quando o número de empresas privatizadas aumentava.

Seguindo a lógica neoliberal como foi explicado nas seções anteriores, o Brasil priorizava parceiros que maximizassem seu crescimento econômico. Discussões e acordos comerciais para fortalecer o MERCOSUL foram outra prioridade da política externa que refletiu nas tentativas de aproximação do bloco sul americano com o bloco europeu e asiático.

Reformas estruturais e privatizações marcaram o final do primeiro mandato de Sr. Cardoso, assim como as tentativas de captação de investimentos externos para regular a flutuação de preços e amenizar a inflação, sobre este período, Gesner sintetiza;

O aparato de política econômica do primeiro mandato foi bem sucedido no tocante à consolidação da estabilidade de preços, tendo logrado produzir deflação em alguns índices de preços ao consumidor, mas mostrou-se insustentável devido à acumulação contínua de passivos públicos e externos. O ritmo de acumulação da dívida pública e do passivo externo mostraram-se insustentáveis, caracterizando o primeiro mandato FHC como um período de estabilização com desequilíbrio. Essa "herança de FHC para FHC" restringiu o raio de ação da política econômica do segundo mandato, mesmo com a mudança do regime cambial (GESNER, 2003, p. 3).

Durante a segunda metade do governo Sr. Cardoso, as crises de 1997 a 1999 afetaram o país na forma do abrupto corte no fluxo de investimentos internos, além disso, ocorreu a desvalorização do real, prejudicando as exportações e trazendo a balança comercial para o lado deficitário. A partir destes acontecimentos, as políticas econômicas tiveram de ser modificadas a fim de promover uma recuperação dos efeitos adversos das crises.

A situação econômica mundial e as dificuldades nacionais não chegaram a afetar o Produto Interno Bruto, em 1995, quando Fernando Henrique tomou posse, o PIB era de R\$ 705,6 bilhões e quando terminou seu governo em 2001, o PIB, aumentou consideravelmente, chegando em 1,316 trilhão.²⁰

Neste aspecto, Cardoso procurou ao máximo contornar os efeitos da globalização assimétrica, os quais deixavam o Brasil em grande desvantagem, já que não possuía alta tecnologia de produção e também não agregava valor aos seus produtos, mantendo-se como fornecedor de commodities que eram sujeitas às flutuações de preços e alta competitividade com outros países em desenvolvimento; assim o comércio exterior servia unicamente ao

¹⁹CARIO; ALEXANDRE; VOIDLA (2002, p.115) *apud* UNCTAD/ONU (*apud* World Investment Report 1996, p.227/231, e 1999 p.477/478, baseado em FMI e OCDE)

²⁰Dados retirados das tabelas de contas nacionais do IBGE, disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Tabelas_Completas/Tab_Compl_CNT.zip

propósito de estabilização dos preços. Este já não mais representava uma estratégia de desenvolvimento para o país, ao invés disso, foi utilizado apenas como uma barreira contra a desregulamentação.

Cervo (2003, p.7) observa que “esse comércio sacrificou as duas funções históricas que preenchia, por um lado, a de promotor da produção interna como um todo ou de setores específicos que se pretendesse estimular e, por outro, a de promotor da formação de capital para fazer face aos serviços da dívida externa”. Tal utilização do comércio exterior levou o país a uma forte crise, a qual só foi combatida em 1999.

Conforme Cervo, apesar destas tentativas, ocorreu o aumento da dívida externa brasileira, a grande dependência de tecnologia e de empresas estrangeiras, fazendo com que as empresas privadas nacionais perdessem seu potencial de crescimento e competitividade; e as empresas estatais se tornassem sucateadas, perdendo a estabilidade e crescimento da economia nacional, além do poder do Estado sobre a economia internacional.

4. CONJUNTURA DO INTERNACIONAL DO GOVERNO DE LULA DA SILVA

No novo cenário que emergia nos primeiros anos no novo séc. XXI, o neoliberalismo foi gradualmente substituído por políticas econômicas menos radicais, sob o signo da cooperação e da universalização dos regimes políticos e econômicos liberais, porém com uma preocupação maior sobre o bem-estar da população.

Um dos pontos principais desta época, a elevação de alguns países ao nível de potência regional, como a China, Japão e Coreia do Sul na Ásia, Alemanha, Reino Unido e França na Europa e Brasil e México nas Américas. Estas novas potências rivalizavam com o poder dos EUA em maior ou menor grau, transformando o balanço de poder e o tornando verdadeiramente multipolar; desta forma, a emergência de novas potências e contextos globais “tendem a construir equilíbrios de poder de geometria variável, estabelecendo uma nova correlação de forças, refletindo reformas no sistema internacional, sobretudo em regimes e organizações multilaterais” (MESQUITA, 2013, p. 139).

As tendências de relações multilaterais foram impulsionadas pelo aumento de questões importantes como meio ambiente, saúde social e competitividade inter-regional e internacional, onde o objetivo de gerar capital e promover o desenvolvimento nacional apontavam para opções de cooperação que proporcionariam resultados satisfatórios para seus contribuintes, o que foi caracterizado pelo fortalecimento da União Europeia com a adoção do Euro em 2002.

Com novos polos de influência e poder, cada país adaptou-se de um modo as novas dinâmicas internacionais, preferencialmente estreitando relações diplomáticas com parceiros que tivessem certo grau de poder em seu contexto regional, fatores estes que tornaram-se catalisadores para a formação de alianças inéditas, como no caso do Brasil e Irã, a criação de novos blocos de cooperação como os BRICS e oportunidades de desenvolvimento em países tomados como novos polos de influência, no caso da Índia, Emirados Árabes Unidos e Catar.

Em particular na América Latina, Cristina Pecequilo escreve sobre a principal mudança ocorrida nos primeiros anos da década de 2000, que se caracterizou pelo termo “curva à esquerda”, criado por Jorge Castañeda, que pode ser explicada pela escolha de presidentes com ideologia de esquerda, como Lula da Silva no Brasil, Michelle Bachelet do Chile, Tabaré Vázquez no Uruguai e Hugo Chávez na Venezuela.

Com a exceção de Chávez, estes exemplos tiveram uma atuação mais de centro-esquerda e pragmática que visava sanar os danos sociais e econômicos causados pelo

neoliberalismo na América do Sul. Além disso, intentava reorientar os seus objetivos da política externa a fim de trazer suas relações com a sociedade internacional para a dinâmica do séc. XXI, com o objetivo de ter uma postura mais autônoma mediante novas parcerias e atos internacionais com diferentes países.

Estar ciente das transformações ocorridas no sistema internacional, assim como sobre os impactos provenientes destas mudanças, tornou-se crucial para o Brasil para subsidiar sua política externa, bem como compreender seu lugar e possibilidades na roda de poder. Naquele momento o Brasil era, e ainda é, um Estado extremamente influente em sua região, não só por seu poder econômico e sua extensão territorial, mas também por possuir estabilidade política, infraestrutura e relacionamentos positivos com seus vizinhos. Tal condição fez do Brasil uma potência regional, o que segundo Souto Maior (2003, p.41), “oferece um duplo desafio para os grandes países periféricos, tendo esses que superar os obstáculos impostos por esse sistema, assim como ao mesmo tempo tendo que promover uma ordem menos assimétrica”.

O grande desafio da política externa de Lula da Silva nesta nova fase foi a de tornar o Brasil uma das potências emergentes com crescimento econômico, estender e fortalecer as relações diplomáticas com países emergentes em situações similares ao do Brasil, além de manter um bom vínculo com países desenvolvidos que possuíssem uma parceria duradoura com o país. Dessa maneira, como explicado por Felipe Mesquita:

O Brasil nessa ordem se encontra em uma situação diplomática complexa, sendo demasiado grande para aceitar passivamente uma ordem mundial flagrantemente injusta e antidemocrática, mas não grande bastante para sobre ela influir direta e significativamente. Nesse sentido, o país tem na cooperação com países afins a única forma de responder efetivamente àqueles desafios, desenvolvendo um “bilateralismo forte” com países como China, Índia e Rússia, assim como criando com estes países frentes de atuação conjuntas em organismos multilaterais, bem como nas próprias estruturas multilaterais (MESQUITA, 2013, p.141).

Uma das primeiras medidas tomadas para a nova política externa, foi o estudo e definição do Brasil como uma nação emergente com grande potencial, que faz imprescindível a utilização de práticas diplomáticas de alta capacidade para que seus objetivos e necessidades aliados as regras internacionais da pós-globalização. A política externa do governo Lula da Silva buscou retomar o universalismo da diplomacia brasileira, princípio mais importante da tradição diplomática brasileira quanto a defesa e prática do multilateralismo nas relações internacionais.

4.1 Política Externa E Prioridades Da Diplomacia

Para que o Brasil retomasse sua condição de potência regional, capacidade estatal e seu poder de negociações era necessário reedificar as premissas do pragmatismo e da multilateralidade, que de acordo com Santana (2006, p. 9), “o Itamaraty tem buscado ampliar as relações com os parceiros estratégicos, formar novas coalizões frente às estruturas hegemônicas do sistema internacional e explorar nichos como a África e o Oriente Médio”. Desta forma, avaliar as necessidades imediatas do país e aliá-las com os benefícios das relações multilaterais poderia colocar o Brasil de volta em seu papel de potência média e influente não só na América Latina, como também a de nação emergente promissora frete ao mundo.

A estratégia diplomática dos Eixos Combinados, nomenclatura utilizada por Cristina Pecequilo (2008, p. 136), que a define como “a política do século XXI que transforma e atualiza o passado ao mesclar equilibradamente as dimensões Norte-Sul e Sul-Sul”; marcou a época do governo Lula da Silva, que permitiu ao Brasil desenvolver uma agenda internacional que se desvincilhou do alinhamento com os EUA, permitiu a retomada do poder de barganha internacional e a institucionalização de relações diplomáticas bi e multilaterais com antigos e novos parceiros, priorizando países emergentes com os quais possui semelhanças (BRICS e Mercosul), conhecido como eixo horizontal e que traz vantagens econômicas, estratégicas e políticas; e mantendo um bom relacionamento com nações desenvolvidas já conhecidas, que ainda que permeados pelas assimetrias de poder, trazem vantagens estratégicas para o Brasil, constituindo o eixo vertical.

Em sua atuação no eixo horizontal, o Brasil exerceu sua habilidade de liderança e alianças em arenas de decisão como a ONU, OMC e G-3, onde este arranjo estratégico e político permitia o aumento de seu poder de barganha no comércio, em conseguir empréstimos e investimentos junto a nações amigas como Índia, China, Rússia e África do Sul. Este esquema da diplomacia permitiu o crescimento gradual do país nas áreas do comércio, cooperação científica e a fortalecer seu status de potência média e influente na América Latina.

Quanto ao eixo vertical, uma porção importante dos esforços diplomáticos foi voltada para se desalinhar dos EUA sem hostilizá-lo, visto que a maior potência mundial possui mecanismos de constrangimentos internacionais, os quais poderiam direcionar ao Brasil e minar os objetivos da política externa. Vencidas as dificuldades iniciais, Cristina Pecequilo (2008, p. 148) escreve “[...] não existiram rupturas profundas. Se houve quebra, esta foi no debate doméstico e não entre interlocutores brasileiros e estadunidenses”, assim os EUA se

mantiveram como um dos parceiros mais importantes para o Brasil. Outros países do eixo vertical representavam oportunidades econômicas e estratégicas; Alemanha, França e Japão possibilitaram transferência de tecnologias e cooperação científica com o Brasil, além de discutir sobre investimentos externos e tratados comerciais.

A adoção dos eixos combinados na diplomacia do governo Lula da Silva promoveu a renovação do relacionamento com antigos aliados e a edificação de novos vínculos com nações relevantes no séc. XXI; tal investida diplomática também foi fundamental para o Brasil galgar espaço no novo mundo multipolarizado e tornar-se uma referência em cooperação multilateral, negociações de paz e ações humanitárias.

Não se pode negar que existem semelhanças entre a política externa de Lula da Silva e do ex-presidente General Ernesto Geisel (1974-1979). Em comum surgiram alguns traços do “pragmatismo responsável”, tendo o ex-presidente militar adotado postura de autonomia em relação a grandes potências, além de enfatizar relações mais diretas com países do sul e organizações internacionais. Diferentemente, Lula da Silva manteve relações positivas em quesitos econômicos e políticos com países desenvolvidos.

Assumindo uma postura de *global player* e *global trader*, o Brasil fortaleceu sua autonomia, priorizando compromissos com nações que trariam benefícios em curto prazo para o país. Tal postura gerou tensões com os EUA em um primeiro momento, com as políticas do governo sendo tachadas de “esquerdistas”; entretanto, o diálogo desenvolvido com o ex-presidente George Bush e depois o presidente Barack Obama, possibilitou um relacionamento estável e com maior capacidade e margem de manobra para negociar assuntos mais delicados.

Paulo Almeida descreve as diretrizes iniciais do governo Lula da Silva da seguinte forma;

A intenção proclamada do novo governo é a de assegurar uma maior presença do Brasil no mundo, garantir-lhe uma cadeira permanente na ONU e tornar sua voz ouvida nas decisões em torno dos grandes problemas da comunidade internacional. Uma busca mais afirmada da liderança regional pode também resultar do novo ativismo regional (ALMEIDA, 2004a, p. 178).

Vigevani e Cepaluni (2007, p. 283) defendem que a via de ação principal do novo governo brasileiro foi a de “autonomia pela diversificação”, uma estratégia do Brasil de “aderir aos princípios e às normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul, inclusive regionais, e de acordos com parceiros não tradicionais (China, Ásia-Pacífico, África, Europa Oriental, Oriente Médio etc.)”, já que estes países reduziriam as assimetrias nas relações

externas com países mais desenvolvidos e ricos, multiplicariam as opções de parceiros internacionais, além de aumentarem o poder de barganha brasileiro.

Entre os assuntos principais na agenda da política externa no governo Lula da Silva, além daquele de obter as metas nacionais traçadas em plano de governo, estava o objetivo de conquista de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, extensão de relações diplomáticas com a África e Oriente Médio e a participação do Brasil em missões de paz.

Relativo ao assento no Conselho de Segurança da ONU e suas chances de reivindicá-lo, constatava-se que o Brasil “necessitava estar em condições de assumir novas e maiores responsabilidades no mesmo contexto, em termos de segurança, de assistência humanitária e de cooperação ao desenvolvimento com países mais pobres” (ALMEIDA, 2004a, p. 166). Assim, o relacionamento brasileiro com outros países e órgãos internacionais, de forma multilateral, foi impulsionado também por esta premissa, somada às obrigações econômicas e sociais internacionais.

Amado Cervo também escreve que a utilização do “acumulado histórico”, que são as diretrizes principais e tradições da diplomacia brasileira, no período de 2003 – 2011 promoveu a:

Autodeterminação e não intervenção, promover o nacionalismo cooperativo e não confrontacionista, valorizar o pacifismo da política internacional, zelar pelo respeito aos estatutos jurídicos da ordem, preservar a cordialidade oficial com os vizinhos e recheiar o conjunto estratégico de ação externa com a ideologia desenvolvimentista (CERVO, 2003, p. 10).

Além do estudo da conjuntura internacional e a utilização dos Eixos Combinados, três pontos foram destacados para a diplomacia; primeiro, garantir o propósito econômico, capaz de promover os produtos nacionais e atrair investimentos externos e parceiros comerciais; sobre a diplomacia econômica, além de facilitar transações comerciais e captação de investimento com países de primeiro mundo, a obtenção de tecnologias seria necessária para renovar as indústrias nacionais e tornar os produtos brasileiros mais baratos e competitivos. Continuar a pagar dívidas externas também foi definido pelo governo, de forma que não ocorressem cortes em compromissos internacionais ou quebra de atividades planejadas na agenda de política externa.

O segundo ponto foi levar os objetivos políticos de desalinhamento e multilateralidade de forma eficaz e efetiva durante encontros e negociações internacionais; e o terceiro ponto foi agregar um programa social propositivo que pudesse ajudar países mais marginalizados do

sistema internacional. Paulo Vizontini (2005, p. 388) escreve que estes pontos eram “de um projeto amadurecido por mais de uma década, e não uma política voluntarista, e está adequada à correlação de forças existente no país e no mundo”.

As mudanças na diplomacia brasileira foram implantadas para aumentar o poder de barganha do país e ampliar sua influência no mundo, junto com o pragmatismo empregado nesta nova fase. Para alcançar os objetivos nacionais e seguir os três pontos mencionados acima, melhorar a infraestrutura do Mercosul e facilitar a integração de toda a região sul-americana foi imprescindível para lançar a liderança brasileira (VIZENTINI, 2005), também foi importante maximizar os resultados de tratados econômicos, políticos, culturais e evitar acordos ou relações que pudessem comprometer o crescimento nacional e a multilateralidade brasileira.

Além da América do Sul, o Brasil aprofundou suas relações com países da África e Ásia para estabelecer as parcerias estratégicas permitindo seu crescimento no meio internacional; o que também permitiu a interação do Mercosul com outros blocos econômicos destes continentes. Organizações Internacionais também tiveram destaque, fortalecendo a visão cosmopolita e democrática do governo brasileiro sobre a comunidade internacional.

Os planos de aumentar o poder de barganha internacional e criar vias alternativas para diplomacia brasileira, saindo do eixo alinhado aos EUA contribuiu para o aumento de peso das posições de decisões do Brasil; sobre isso, Vizontini (2005, p.390) comenta que “na prática, isto significou que o Itamaraty, em lugar de concentrar-se na tentativa de cooperação com países em relação aos quais somos secundários e a mercados grandes, mas saturados, buscou os espaços não ocupados, exercitando uma diplomacia *high profile*”.

A fim de continuar as discussões sobre as assimetrias da globalização e a centralidade mundial em comércio e investimentos, iniciadas no governo de Sr. Cardoso, a política do governo Lula da Silva desenvolveu projetos e campanhas, principalmente para o combate à pobreza e a fome, como o Fome Zero e o Bolsa Família, que tiveram grandes sucessos nacionalmente e depois inspiraram objetivos de atos internacionais firmados com países como Cuba, Venezuela, Moçambique e Angola, melhorando a infraestrutura e a qualidade de vida da população.

Outro passo importante para a continuidade da agenda multilateral e dos projetos que beneficiam países de terceiro mundo foi construção de um grupo de cooperação com a Índia e África do Sul, o chamado IBAS, ou G3, que pretendia promover estratégias de crescimento econômico dos blocos regionais e fortalecimento diplomático entre os membros; sobre isso,

Vizentini escreve,

A cooperação trilateral, a liberalização comercial recíproca e a unificação e fortalecimento de posições nos foros multilaterais. As negociações envolveram o Mercosul, a União Aduaneira da África Austral e, possivelmente, a Saarc (Área de Cooperação Regional da Ásia Meridional). Os três países manifestaram, igualmente, o desejo de atrair a Rússia e a China para o Grupo em um segundo momento, transformando-o em G-5 (VIZENTINI, 2005, p. 393).

A coordenação de políticas culturais, tecnológicas e segurança internacional foram asseguradas através da Declaração de Brasília em 2003, entretanto, por mais que canais institucionais de diálogo fossem estabelecidos, os três membros não chegaram a uma definição sobre segurança internacional, dadas as diferentes posições que defendiam. Ainda que houvesse um desentendimento, a diplomacia brasileira esperava que o G3 se tornasse um exemplo da cooperação Sul-Sul e que estimulasse mais países do Sul a aderir.

Além da atuação no IBAS, o governo de Lula da Silva formou diversas alianças econômicas paralelas, com a OMC e o G20, “um grupo de países interessados no fim dos subsídios domésticos às exportações de produtos agrícolas e em um maior acesso aos mercados norte-americano e europeu” (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007, p. 279-280). Assim, este encontro de nações constituiu uma força contínua de negociações, que mesmo sujeita a relações de poder assimétricas e dificuldade em se relacionar com os EUA e UE com seus protecionismos, provaram a relevância deste grupo.

O desenvolvimento de uma nova postura de política externa marcada pela diplomacia presidencial, criação de grupos e contatos estreitos com fortes atores internacionais e com maior ênfase na soberania do Brasil, através da assertividade e não alinhamento dos objetivos nacionais. Paulo Almeida (2004a, p.162-163) salienta que os principais pontos da política externa foram o de investir em “negociações comerciais internacionais e na busca de uma ativa coordenação política com atores relevantes da política mundial, geralmente parceiros independentes no mundo em desenvolvimento”.

Colocar o Brasil num patamar de destaque e liderança regional e de influenciador internacional sempre foi um objetivo da política externa. Enquanto para Sr. Cardoso “o eventual papel do Brasil como líder era visto como consequência da gradual proeminência econômica do país e deveria ser limitado à região, por causa da escassez de recursos (financeiros, bélicos, políticos e de quadros profissionais) disponíveis”, para o governo Lula da Silva “o papel de liderança pode ser alcançado por meio de uma ação diplomática mais

ativa e dinâmica, assim como da continuidade da defesa de temas ‘universais’” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p.301).

Inserir o Brasil no contexto de grandes lideranças faria com que as expectativas e cobranças em cima do país sobre diversos temas aumentassem, gerando incertezas e implicando um comprometimento real e grande capacidade de concentrar e utilizar todos os recursos possíveis para resolver contendas e negociações internacionais. Assim, vê-se imperativo a integração do Brasil com a América Latina e países de grande importância no sistema.

As pretensões para o reconhecimento internacional do Brasil foram percebidas de modo negativo por alguns países da América do Sul, principalmente a Venezuela e Bolívia, acusando o governo a defender uma plataforma imperialista que seria potencialmente prejudicial para o restante do cone sul.

Por conta disso, a ocorrência do gasoduto Brasil-Bolívia em 2006-2007, onde o presidente Evo Morales promoveu a invasão e nacionalização das refinarias da Petrobrás e dos hidrocarbonetos foi um marco no governo Lula. Em 2007 o governo boliviano e a Petrobrás negociaram o valor da nacionalização das refinarias, decidido em 112 milhões de dólares.²¹

Entre as estratégias usadas para alcançar destaque internacionalmente está a atuação em missões de paz para promover estabilidade internacional e a paz nacional. A missão da MINUSTAH no Haiti em 2003 com o envio de 1.200 soldados e recursos para a pacificação do país, afirmando a posição de promotor da paz internacional e que possui condições de agregar benefícios que servirão para a coletividade da comunidade internacional de uma forma mais justa.

A América do Sul teve papel relevante na política externa de Lula da Silva, dando continuidade às ações iniciadas no governo de Sr. Cardoso, como a assinatura do acordo entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações, tratados de cooperação de infraestrutura, energia, migração e economia. Após sua eleição em 2003, o presidente realizou diversas viagens pela região, iniciando diálogos com presidentes da América do Sul, além de desenvolver planos para a integração e nivelção econômica do Mercosul. O primeiro exemplo ocorreu na XXIV Cúpula do Mercosul, realizado em Assunção, onde o Brasil, junto aos outros países “anunciava compromisso na construção de instrumentos para correção das assimetrias entre as estruturas produtivas dos países e a sua integração” (LEITE, 2011, p.

²¹ Informações retiradas da notícia do jornal G1 – vide referências bibliográficas

172).

Na Cúpula de Ouro Preto, em 2004, foi estabelecido o Fundo de Convergência Estrutural e Fortalecimento das Instituições do Mercosul (FOCEM), que teve como sua primeira função financiar projetos de infraestrutura em países com menor extensão. E na Cúpula de Montevideú, em 2005, ocorreu a criação do Parlamento do Mercosul, constituído em 2006, para continuar as medidas de harmonização das legislações nacionais e fortalecer os laços políticos dos países-membros. Nos anos subsequentes, foram firmados acordos econômicos entre o Mercosul e países associados como a Colômbia, Venezuela, Peru e Equador, estreitando o relacionamento com a Comunidade Andina e fortalecendo laços comerciais e políticos na América do Sul.

No mesmo período dos acordos citados acima, as exportações brasileiras para o bloco tiveram um grande crescimento, passando de US\$ 3,3 bilhões em 2002 para cerca de US\$ 14 bilhões em 2006²² e para a América do Sul, o valor foi de US\$ 10 bilhões em 2003 para US\$ 26,6 bilhões em 2006²³. Uma parceria entre o Ministério de Relações Exteriores e empresas buscou aproximar empresários nacionais para oportunidades de exportação e importação de diversos tipos de mercadoria, dando prioridade ao mercado inter-regional. Também, conforme Patrícia Leite,

Tratava-se de iniciativa de fundo também político, que tencionava desfazer ideia de interesse brasileiro puramente mercantilista na região, e demonstrar disposição do Governo em incrementar os laços entre os países em bases mais equânimes, ao promoverem-se os produtos e serviços dos Estados sul-americanos no Brasil (LEITE, 2011, p.175).

As medidas e ações tomadas pelo Brasil para fortalecer o Mercosul e seus países membros era um projeto de política externa do governo Lula da Silva que através de integrações econômicas, culturais, infra estruturais e políticas, objetivava obter desenvolvimento humano e crescimento econômico na região, sendo o Brasil o líder e porta voz desta; com maior participação e competitividade da América do Sul na globalização, com um poder de barganha e margem de manobra elevados para pleitear seus objetivos nacionais.

Sobre a relação do Brasil com os Estados Unidos, o governo Lula da Silva a considera importante, ainda sendo um dos maiores parceiros comerciais do país, porém não é o ponto

²² Dados retirados das tabelas do site Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/component/content/article?layout=edit&id=1213>>. Acesso em: Janeiro, 2017.

²³ Dados retirados das tabelas do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/component/content/article/2-uncategorised/1173-balanca-comercial-janeiro-dezembro-2003?Itemid=101>>. Acesso em: Janeiro, 2017.

mais importante dentro do leque de objetivos diplomáticos brasileiros. Mantiveram-se “encontros presidenciais em 2002, 2003 e 2005, além de que, nos discursos, a diplomacia estadunidense elogiava o papel do Brasil como estabilizador na região da América do Sul” (LEITE, 2011, p. 169). A relação de não exclusividade imperou neste relacionamento. Existe, de modo geral, uma boa relação com os EUA, com o Brasil praticando uma política de “afirmação concreta da defesa dos interesses nacionais” (ALMEIDA, 2004a, p. 176).

Na conjuntura recente, em âmbito comercial e financeiro, o Brasil conseguiu reduzir consideravelmente a sua vulnerabilidade internacional, assim como sua dependência econômica em relação aos Estados Unidos. O Brasil pôde então desempenhar um papel central na integração e no fortalecimento da cooperação entre os países sul-americanos, na renovação institucional do MERCOSUL, além de alterar os rumos das negociações da ALCA e de painéis da OMC, como descreve Silva,

Essa postura mais autônoma por parte do Brasil foi fortalecida pela crise econômica mundial, no momento em que os Estados Unidos encontravam-se em recessão. Enquanto o resto do mundo ainda lutava para suplantá-la, o Brasil apresentou baixa vulnerabilidade. Devido a esse resultado satisfatório, o presidente Lula passou a defender com mais ênfase que as nações emergentes devem ter uma maior influência nos rumos das instituições financeiras mundiais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (SILVA, 2011, p. 4).

Nas áreas de cooperação de maior destaque entre estes países está o assunto energético, como os dois maiores produtores de etanol do mundo, os presidentes “reconheceram a convergência de interesses neste âmbito quando assinaram um acordo que estimula uma maior cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos no setor das biocombustíveis” (MUJAL, 2011, p. 72). Com o investimento brasileiro em petróleo na área do pré-sal, os EUA ficaram atentos a possibilidade de importar este produto em estado bruto, analisando o Brasil como produtor de petróleo de maior relevância, as relações ser estreitadas, beneficiando ambos.

Assim, as relações bilaterais entre o Brasil e os EUA foram marcadas pelo diálogo estratégico, afinando o tom das discussões de acordo com os interesses e capacidades de comprometimento de ambos. O governo brasileiro com sua política externa mais multilateral foi se projetando no sistema internacional da forma que considerava necessária para assegurar os planos de desenvolvimento nacional. As oscilações entre o distanciamento e aproximação com os Estados Unidos estiveram muitas vezes, ligadas ao que os EUA representavam para a política externa brasileira.

O governo Lula da Silva mostrou-se favorável às iniciativas de livre-comércio, entretanto, postergava as negociações sobre a ALCA, por acreditar que este acordo não traria muitos benefícios ao Brasil em comparação com os EUA, tentando equilibrar os diversos interesses envolvidos e dialogar sobre uma versão mais *light* do acordo; assim, em negociações bilaterais, o Brasil passou a barganhar de forma mais forte.

Seguindo as diretrizes estabelecidas no governo de Cardoso com a Europa, o Brasil continuou a manutenção de um relacionamento saudável com a Europa, com a estabilidade das relações comerciais e políticas. Nos anos iniciais do governo Lula da Silva, ocorreu uma intensificação de intercâmbios de diversas matérias, começando pela firma do ato referentes a cooperação tecnológica, realizado em 2004 e o “Acordo Quadro Inter-regional de cooperação entre a Comunidade Europeia e os seus Estados membros e o Mercado Comum do Sul e os seus Estados”, uma declaração voltada para o diálogo político entre a União Europeia e o Mercosul, assinado em 2005.

Segundo Karine Silva, este ritmo se alterou e as relações ganharam um novo impulso a partir de 2007, quando a UE propôs o lançamento de uma parceria estratégica com o Brasil, destinada a aprofundar os laços entre as duas partes, que aconteceu em Lisboa,

A ocasião marcou o nascimento da parceria e o fortalecimento do diálogo político do mais alto nível de interlocução que inclui diversos temas no domínio das relações políticas, comerciais e de cooperação técnico-financeira que apresentam uma convergência mundial, regional e bilateral. A parceria foi estruturada em torno dos seguintes temas centrais: paz, multilateralismo, alterações climáticas, energias renováveis, luta contra a pobreza, integração regional, cooperação nas áreas da ciência, tecnologia e inovação, desenvolvimento sustentável e estabilidade na América Latina (SILVA, 2007, p. 81).

Bilateralmente, o governo brasileiro manteve relações mais intensas com Portugal, França e Espanha através de encontros em fóruns multilaterais e assinaturas de atos internacionais pautados em meio ambiente, cooperação científica, técnica e tecnológica, além de acordos de direito internacional. Com outros países da União Europeia, a estabilidade e continuidade do relacionamento bilateral marcou o restante da política externa para esta parte do mundo.

Um dos relacionamentos mais polêmicos do governo Lula da Silva, a diplomacia bilateral entre Brasil e Irã foi intensificada em 2010, através de visitas presidenciais nos respectivos países, assinatura de atos comerciais e de cooperação científica. Por ter grandes recursos naturais, economia crescente e dinâmica, e ser uma potência no Oriente Médio, o Irã

figura como um parceiro importante na política externa brasileira. Entre 2002 e 2009, a corrente bilateral de comércio passou de US\$ 500 milhões para US\$ 1,24 bilhão. Em 2010, o Irã tornou-se o segundo maior comprador de carne do Brasil, ficando atrás apenas da Rússia (SILVA, 2010).

Através do início e intensificação das relações diplomáticas com o Irã, o Brasil percebeu oportunidades de ganhos em diversas áreas: seja comercial, tecnológica, científica, apoio político e influência regional no oriente médio, o que poderia abrir portas de parcerias com outros Estados na região e garantir projeção internacional do Brasil e facilitaria sua inserção em vários continentes, com destaque para a liderança que exerce na América do Sul.

O continente africano representou uma nova área de atuação intensiva durante o governo Lula da Silva, principalmente com países de língua portuguesa, construindo laços de interação econômica, social e cultural. As atividades humanitárias com a África têm muito a ver com a chamada “dívida humana” (o reconhecimento pelos séculos de tráfico, de escravidão e de exclusão interna dos “afro-brasileiros”), onde ações de transferência de técnicas agrícolas, jurídicas e de saúde foram os principais enfoques das relações diplomáticas além da economia.

Negligenciada nos anos 90, na época a África não figurava entre os principais interesses do governo Cardoso, além de não estar em condições favoráveis para aproximação com o Brasil. A partir de 2002, diversos fatores contribuíram para que o novo governo intensificasse as relações diplomáticas com o continente, como exemplos;

A estabilização política de países africanos de língua portuguesa, como Angola e Moçambique, após décadas de guerra civil, a intensificação da integração do continente, como a criação da União Africana e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), e o crescimento econômico de dezenas de países, como Namíbia, Botsuana, Nigéria e Argélia, sustentado pela elevação dos preços do petróleo e de minerais, as maiores fontes de renda de boa parte Estados (LEITE, 2011, p. 179).

A partir de 2003, viagens diplomáticas realizadas por Lula da Silva e Celso Amorim, ministro de relações exteriores iniciaram contatos mais estreitos com mais de 15 países africanos, além de abrir embaixadas e representações brasileiras nos países visitados. O tema recorrente das discussões diplomáticas foram estratégias de quitar a dívida humana com a África, levando a política externa com este continente a ter um tom muito mais social e cultural quando comparado a outros. Entre as primeiras ações pautadas nessa questão, o Brasil sediaria a II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora (II CIAD), onde Patrícia

Leite comenta esta escolha,

Justificou-se a iniciativa com base na necessidade de saldar a dívida histórica com a África e superar a herança da pobreza, discriminação e exclusão social, por meio de estudos e políticas públicas voltadas à valorização do papel da comunidade africana na formação da diversidade brasileira e ao estreitamento dos vínculos entre Brasil e o continente, dada a importância dessa comunidade no renascimento africano (LEITE, 2011, p. 181).

Na área comercial, o intercâmbio econômico entre Brasil e África apresentou forte crescimento contínuo, através de exportações de açúcar, combustíveis, minérios brutos para indústrias e gêneros alimentícios de grãos e carnes. Os valores das exportações em 2003 foram de 2.860 bilhões e em 2006 este valor chegou a 7.448 bilhões²⁴. Casos especiais como o da Nigéria e África do Sul, os maiores parceiros do Brasil no continente africano, importaram respectivamente 1.373 bilhões e 1.462 bilhões de dólares em produtos acima citados.

A criação de feiras de empreendimentos, linhas de crédito para exportação e importação além de câmaras de comércio entre o Brasil e países africanos procurava estimular o comércio e investimentos em ambos os territórios. Empresas brasileiras como a Vale e a Petrobras participaram ativamente de investimentos para a obtenção de minerais, gás, pedras preciosas e carvão em Moçambique e Angola (LEITE, 2011).

Um dos pontos mais tocantes da política externa brasileira para a África foram as práticas de cooperação técnica e cultural, que expandiam o *soft power* afirmavam a presença brasileira e sua importância no continente. As áreas de saúde, tecnologia e direitos humanos foram priorizadas e contabilizavam respectivamente 15, 19 e 7 atos bilaterais em Angola e Moçambique²⁵, países que se aproximaram do Brasil através da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, a CPLP. Patrícia Leite explica a escolha brasileira da cooperação técnica;

Além da vantagem de serem menos onerosas aos cofres públicos, as ações de cooperação técnica foram priorizadas, tendo em vista a projeção do ideal de cooperação horizontal. Não se tratava de ajuda assistencialista, mas de transferência de saber do Brasil aos países africanos, permitindo a estes desenvolverem-se em bases estáveis, autônomas e mais dignas, sem a imposição de condicionalidades [...] ao estreitar as relações com o continente africano, o país tencionava reforçar a coordenação conjunta dos países em desenvolvimento, a fim de contribuir para frente unida na multilateralização das relações internacionais (LEITE, 2011, p. 184).

²⁴Informações e valores retirados de tabelas do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/component/content/article?layout=edit&id=1213>>. Acesso em Janeiro, 2017.

²⁵Conforme atos internacionais realizados durante o governo Lula no capítulo 6 desta dissertação.

Assim, o relacionamento Brasil e África procurou ao máximo resgatar heranças culturais e sanar a dívida social histórica, o que acabou trazendo não só benefícios econômicos, como também fortalecendo a cooperação e transferência de tecnologia, solidificando a estratégia multilateral e a diversificação de seus parceiros diplomáticos.

A Ásia figurou como o principal ponto de interesse brasileiro, representada por três países distintos, os quais representavam novas oportunidades e vantagens no meio internacional. China e Índia por exemplo, nações emergentes que apresentavam muitas semelhanças políticas e econômicas com o Brasil, possuíam um grande mercado consumidor (cerca de bilhões de pessoas). As primeiras medidas de aproximação se basearam em firmar atos de cooperação tecnológica com a Índia na área de energias renováveis, formando o Comitê Conjunto de Biocombustíveis; e com a China, a parceria no projeto de monitoramento remoto com satélites através do programa Sino-Brasileiro de Recursos da Terra (CBERS).

Acordos comerciais seguiram e impulsionaram as exportações de soja, carnes e minério de ferro para a China, movimentando 73.203 bilhões em 2003, e com crescimento contínuo das relações comerciais bilaterais, chegou-se a 201.915 bilhões em 2010; a China por sua vez, exportou itens de consumo não duráveis para o Brasil, como brinquedos, eletrônicos, roupas e etc; neste quesito, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), em conjunto com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) foram contra estes acordos, alegando que a diplomacia brasileira fazia “concessões econômicas excessivas em prol de cálculos políticos frustrados, uma vez que a China não manifestou apoio explícito ao pleito do Brasil por assento no Conselho de Segurança” (LEITE, 2011, p. 192).

O relacionamento Brasil e Índia obteve mais intensidade depois dos anos 2000, devido ao contexto favorável de multilateralidade internacional e aos interesses renovados dos líderes nacionais, proporcionados pela proximidade concedida pelo IBAS, e as negociações ocorridas nos BRICS, com o aumento de atos firmados na área comercial, tecnológica e de cooperação científica, principalmente sobre a exportação de etanol e da transferência de tecnologia para sua produção (acordos de 2006) e a compra de aviões da Embraer para integrar a forças aéreas indianas.

As exportações brasileiras para a Índia eram de petróleo bruto obtido na faixa do pré-sal, cobre, soja e aviões. O ápice das transações ocorreu em 2005, quando o Brasil alcançou 1.137 bilhões US\$ em mercadorias exportadas; isso se deve não só a aproximação entre os dois países, mas também os interesses brasileiros pela região asiática como um todo.

Multilateralmente, foi também celebrado acordo básico de preferências comerciais entre o Mercosul e a Índia.

A grande questão que permeia a diplomacia bilateral entre Brasil e Índia é o equilíbrio entre a cooperação sul-sul e os objetivos nacionais de cada um, pois apesar de atuarem bem em instâncias multilaterais como a OMC, BRICS e IBAS, existem divergências políticas sobre o pleito de um assento permanente no Conselho de Segurança ONU, o embate de liderança em arenas multilaterais (ambos querem destaque) e nas parcerias com países desenvolvidos. Apesar deste ponto delicado, as alianças entre essas duas nações têm grande chance de serem marcadas pelo crescimento contínuo e complementaridade diplomática e comercial. Os recentes acordos políticos internacionais do IBAS e do BRICS reforçam essa tendência (JÚNIOR, 2011).

Na América Latina, o Brasil figura como o principal parceiro econômico e político da Rússia, com um histórico de relações que começou com a chegada da família real no Brasil, passando pela revolução russa, guerras mundiais e queda da União Soviética. Na nova conjuntura internacional, reconhecendo os processos semelhantes de inserção na nova ordem mundial, e os condicionamentos colocados pelo consenso de Washington que passaram a seguir, ambos os países viram a necessidade de se relacionar com nações em condições parecidas, como o PIB, dimensão territorial e interesses internacionais. As relações bilaterais se basearam no apoio político em instâncias multilaterais, como a ONU e OMC, suprimento de recursos por meio do comércio e interações culturais.

Um fator de destaque nas relações Brasil-Rússia durante o governo Lula da Silva foi a estratégia de política externa em não se alinhar com os polos de poder típicos como EUA e Europa, já que a Rússia tem repensado seu papel no cenário geopolítico internacional, recuperando o status de Estado forte e, aos poucos, reposicionando-se como potência importante. Esta postura permitiu a criação dos BRICS e um novo eixo de investimentos externos e parcerias comerciais, políticas e culturais.

Em 2008, num encontro entre o ministro Celso Amorim e o chanceler russo Serguei Lavrov, foram feitos planos e metas como o investimento em empresas brasileiras de alimentos para exportar para a Rússia, a divulgação da cultura brasileira e a cooperação estratégica em setores de comunicação (manutenção de satélites) energia, aeronáutica e militar. No mesmo ano, o primeiro-ministro Dmitry Medvedev, visitou o Brasil com o objetivo de fortalecer parcerias e estimular o intercâmbio comercial, demonstrando real interesse em estreitar laços com a região (NUMAIR, 2009). Com os acordos na área

comercial e a intensificação de parcerias econômicas, as exportações para a Rússia geraram em 2003 US\$ 73 bilhões e o recorde de 201 bilhões em 2010.

4.2 Influências Partidárias do Partido dos Trabalhadores - PT

Com derrotas consecutivas nas urnas e baixa aprovação entre a população na década de 1980, Lula da Silva e o PT partiram para uma estratégia nova, reformulando alguns conceitos utilizados no Partido dos Trabalhadores e suas diretrizes, de forma que

Entre 1989 e 1998, houve uma acentuada ‘desideologização’ do programa petista, acompanhada da exaltação da capacidade do partido para resolver problemas concretos da população e governar de forma responsável e com a colaboração de outras forças políticas (AMARAL, 2003 *apud* MESQUITA, 2013, p. 7).

Assim, essas mudanças no manifesto do PT sinalizaram sua flexibilidade ideológica, principalmente no posicionamento em relação ao capital internacional e aos empresários. Meneguello e Amaral (2008) explicam que essa a aliança com os empresários nacionais era necessária para a rearticulação da economia e o estabelecimento de bases sólidas para promover a estabilidade econômica, o fortalecimento do mercado nacional e o combate ao desemprego.

Paulo Almeida, diplomata de carreira, descreve essa situação como “A política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva é, provavelmente, a vertente da atividade governamental que mais reflete as antigas propostas e as posições tradicionais do Partido dos Trabalhadores”, que focou em relações multilaterais com blocos, em estreitar relações com a Ásia, África e Oriente Médio e fortalecer a cooperação entre o MERCOSUL. Sobre essas preferências, Mesquita escreve que

Pode ser explicada pelo viés ideológico-partidário, uma vez que principal característica da política de parcerias internacionais do PT é marcada pelo conceito da pluralidade e da cooperação sul-sul. O partido apoia a política do governo Lula de abertura de novas embaixadas brasileiras em capitais da África e da Ásia, como exemplo da ampliação das parcerias estratégicas, além do contato estratégico com o Oriente Médio, e a aproximação com a América Latina (PT, 2007 *apud* MESQUITA, 2013, p. 154).

Essas estratégias proporcionariam uma cooperação política mais intensa entre as nações do Sul, aumentando seu poder de barganha frente a países mais ricos, seu intercâmbio cultural e desenvolvimento econômico, além incentivar a diminuição das assimetrias entre

países, e a criação de soluções comuns para desafios sociais e ambientais atuais.

O PT alega que a preferência pela América do Sul se dá por dois motivos, o primeiro constitucional pautado no parágrafo único do art. n°4 da CF/88, que versa sobre a busca brasileira pela integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações, e secundamente por buscar uma associação com os países de seu entorno, com os quais compartilhem história, valores e possibilidades de complementação econômica, além de servir como instrumento na construção de uma sociedade pós-neoliberal (PT, 2007 *apud* MESQUITA 2008).

4.3 Aspectos Econômicos Da Política Externa

Logo após a eleição de Lula da Silva como presidente do Brasil, parte da comunidade internacional temia que gastos públicos fossem administrados de forma irresponsável e a economia se tornasse caótica no governo do PT. O FMI por exemplo, cobrava metas de superávit e de crescimento do PIB a fim de manter o Brasil “na linha”; entretanto, apesar das iniciais desconfianças, o governo da época procurou consolidar uma política considerada por alguns estudiosos como neoliberal, focada em garantir estabilidade econômica, controlar a inflação e garantir que a economia facilitasse melhorias no campo social (o presidente propôs a criação de um imposto sobre transações internacionais e sobre o comércio de armas para o financiamento de fundo mundial de combate à fome)²⁶.

Os objetivos imediatos da economia eram a de continuidade no controle da inflação e taxas de juro baseada no Sistema de Metas de Inflação²⁷, que foi feito no governo Cardoso e a promoção do crescimento do PIB através da inserção de produtos e serviços brasileiros em um ambiente internacional favorável, além de firmar parcerias com novas potências internacionais, como a China, África do Sul e Irã como novos parceiros comerciais. Além do cenário econômico favorável e de parcerias bilaterais, o Brasil maximizou ao máximo sua atuação em arenas multilaterais como a OMC, Mercosul e reuniões com o grupo do G-20.

O uso da política exterior como uma ferramenta de desenvolvimento e agregador de superávit foi constante na época, marcado pelas diversas visitas presidenciais para realizar negociações bilaterais e a participação do Brasil em fóruns econômicos, não só para discutir a

²⁶ Comentado por Carlos Santana, *Política Externa em Perspectiva: um balanço sobre a diplomacia dos presidentes Collor, Itamar, FHC e Lula*; p.13, 2006.

²⁷ Nesse sistema, retirava-se moeda de circulação pelas vias da manutenção dos juros da economia (SELIC) elevados ou em elevação, ou seja, uma política de cunho monetarista-restritiva (ROMÃO; CARMO; SANTOS, 2012, p. 7).

globalização assimétrica e seus efeitos, mas também contorná-los através de práticas econômicas de “internacionalização da economia nacional, desde a plataforma regional, Este último ponto reveste-se de importância singular, na medida em que promove o único modelo de equilíbrio de inserção no mundo da interdependência global” (CERVO, 2003, p. 10).

Acordos econômicos com o continente africano, BRICS e Mercosul trouxeram polpudas divisas internacionais, além de contribuir para o crescimento de grandes empresas como Petrobras e Vale que lucraram com parcerias e contratos de serviços. Na África, o intercâmbio econômico (valores em dólares de exportações) foi de 2.862 bilhões em 2003 para 9.261 bilhões em 2010, tendo seu maior pico em 2008 com 10.169 bilhões. Os BRICS foram o espaço onde o Brasil mais cresceu, tiveram um salto de 73.203 bilhões em 2003 para em 201.915 bilhões em 2010, com média de intensificação das exportações em cerca 1,22% ao ano. Quanto ao Mercosul, o bloco representou o principal foco das exportações brasileiras, exportando o equivalente a 73.203 bilhões no primeiro ano de governo Lula da Silva e 201.915 bilhões no final do seu segundo mandato em 2010.

Proporcionado pelo intenso comércio internacional e exportações de diversos produtos brasileiros, o crescimento econômico, medido pelo PIB atingiu a marca de 558 bilhões de dólares no final do primeiro ano do governo Lula da Silva, em 2003, uma marca positiva que se manteve até o último ano de sua gestão (2010), alcançando 2,209 trilhões de dólares²⁸. A contribuição do sucesso internacional e da balança comercial favorável influenciaram a política econômica interna do novo-desenvolvimentista voltada para a superação do abismo de diferenças econômicas e sociais entre a população brasileira e que separa o Brasil dos estados mais desenvolvidos. Preservando as medidas de combate à inflação, controle da taxa de juros e outras diretrizes de estabilização econômica do governo Sr. Cardoso, o governo Lula da Silva criou uma política econômica híbrida ao lançar ações econômicas que promoviam a equidade social e a retirada de grande parte da população da linha da pobreza. Morais e Saad-Filho escrevem sobre esta política econômica híbrida;

Inesperadamente, em parte devido a condições externas favoráveis, e em parte aproveitando com imaginação política os ‘potenciais de ganhos de produtividade’ da economia brasileira, essa política híbrida logrou um sucesso incontestável não só em termos de crescimento econômico, mas também através de uma melhoria da distribuição de renda e de uma redução da pobreza historicamente inédita (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011, p. 525).

²⁸ Dados fornecidos pelo Banco Mundial - The World Bank, na faixa de data 2003-2010. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD?end=2010&locations=BR&start=2003>>. Acesso em Fevereiro, 2017.

Com a conjuntura positiva do Brasil e o sucesso das medidas econômicas colocadas em prática o país alcançou a posição de 7^a maior economia mundial, solidificando o fluxo de captação de investimentos estrangeiros e a importância financeira do Brasil, exemplificado pela participação nas cúpulas e fóruns econômicos do mundo.

5. ANÁLISES DOS ATOS INTERNACIONAIS

Atos Internacionais, também chamados de acordos internacionais, segundo a definição do Itamaraty, são documentos pelo qual um Estado ou uma organização internacional assume obrigações e adquire direitos perante outros no âmbito do direito internacional. Estes documentos servem para estabelecer regras concretas para a parceria em áreas específicas; entre os assuntos tratados, estão critérios pelos quais turistas de um país ficam isentos de visto para viajar a outro país. Estabelecimento de entrada de produtos de um país em outro livre de impostos. Também comumente denominados “tratados”, “convenções” ou, mesmo, “acordos”, criam compromisso jurídico entre as partes.

Os atos internacionais podem servir também para firmar intenções de cooperação futura, instituindo comitês de reunião para aprofundar o diálogo e o conhecimento de todos os interessados em determinado tópico, podendo ainda promover ações concretas ou projetos de novos acordos. Esses acordos – comumente denominados “memorandos de entendimento” – criam compromisso político

No Brasil, o órgão responsável por administrar e formular os atos internacionais é o Ministério das Relações Exteriores (MRE), de administração pública federal que também tem o objetivo de orientar e promover as relações do Brasil com os demais países e pela participação brasileira em organizações internacionais. O MRE tem a função principal de executar a política externa definida pelo presidente, conforme os princípios estabelecidos no art. 4º da Constituição Federal. Vale ressaltar que a tradição diplomática brasileira é muito forte e difundida internacionalmente, de forma que o Brasil possui relações com todos os 192 países-membros da ONU.

O Artigo 49.I da Constituição Federal estabelece regras para efetivar a criação de encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, que devem ser aprovados pelo Congresso antes de entrarem em vigor. Segundo o Itamaraty, depois de aprovado, existem três etapas para que o ato internacional vigore no Brasil; o País informará seu (s) parceiro (s) de que a aprovação ocorreu e, assim, confirma seu compromisso em cumprir o acordo; seu (s) parceiro (s) também confirma (m) esse compromisso, caso ainda não tenha (m) feito isso; o Presidente da República assina Decreto que determina o cumprimento pelo Brasil do acordo (promulgação).²⁹

Os eixos principais da diplomacia brasileira, conforme o Ministério das Relações

²⁹Com base na seção sobre atos internacionais no site do Ministério de Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/perguntas-frequentes>>. Acesso em: Janeiro, 2017.

Exteriores são a diplomacia econômica, comercial e financeira; os direitos humanos e temas sociais; a diplomacia cultural; o desenvolvimento sustentável e meio ambiente; a integração regional (fortalecimento do Mercosul); mecanismos inter-regionais (IBAS, BRICS); e a promoção da ciência, tecnologia e inovação. Tais eixos definiram a escolha dos tipos de atos internacionais para serem contabilizados neste estudo, já que representam os tópicos mais comuns da política externa, seja ela bilateral ou multilateral.

O eixo de diplomacia econômica é focado na promoção de exportação, soluções para retirar barreiras aos produtos brasileiros, formular as diretrizes de acordos econômicos e na atuação do Brasil em fóruns multilaterais como a OMC e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Este eixo constitui junto com a cooperação científica e cooperação técnica, o tripé de desenvolvimento nacional por meio de ações internacionais.

Responsável pela expansão do *soft power* brasileiro, o eixo de diplomacia cultural tem entre seus objetivos promover a língua, arte e cultura brasileira através de exposições, festivais e ensino do idioma. Também é uma forma importante de aproximação entre os povos, estimulando os diálogos político e econômico, pois fomenta o entendimento mútuo e cria confiança, interesse e respeito entre as nações (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2012).

Como um dos princípios que regem as relações internacionais, além de representar o direito básico do indivíduo, o eixo de direitos humanos e temas sociais figuram entre os principais exercidos pelo Brasil, com tratados para levar práticas de saúde, educação, saneamento e igualdade racial para diversos países em desenvolvimento, abrindo a possibilidade de que direitos reconhecidos em tratados internacionais se somem aos direitos e garantias fundamentais já consagrados nestes países.

Como patrimônio mundial e principal bem da humanidade, o meio ambiente e sua preservação são discutidos extensivamente em relações bi e multilaterais, junto com análises de degradação ambiental, projetos de preservação e estudos conjuntos sobre mudanças climáticas, para citar algumas práticas de cooperação ambiental. O desenvolvimento sustentável com a promoção simultânea e equilibrada da proteção ambiental, da inclusão social e do crescimento econômico é também o foco de muitos atos internacionais firmados pelo Brasil.

Para o avanço da tecnologia nacional e a necessidade de aumentar qualidade das pesquisas nacionais, o Brasil mantém uma forte tradição em agendas de cooperação científica

com países mais cientificamente avançados e suas instituições de reconhecida renome para o intercâmbio contínuo de conhecimentos e tecnologias que promovam o avanço da ciência nacional. Do outro lado, o Brasil promove a cooperação de conhecimento científico de diversas áreas com países em desenvolvimento principalmente da África e da América do Sul.

A cooperação técnica internacional é uma parte de destaque constante na política externa brasileira, pois ela é um grande instrumento de desenvolvimento, “auxiliando um país a promover mudanças estruturais nos campos social e econômico, incluindo a atuação do Estado, por meio de ações de fortalecimento institucional” (Agência Brasileira de Cooperação, 2012). As atividades desenvolvidas através dela permitem transferir ou compartilhar técnicas, *know-how* e experiências práticas para aprimorar capacidades humanas e institucionais, de forma a melhorar a qualidade da economia e da vida de populações de modo duradouro.

Para gerir as políticas internacionais que concernem este tópico abrangente e muito frequente, foi criada em 1987 a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que integra a estrutura do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Entre seus objetivos, estão “negociar, coordenar, implementar e acompanhar os programas e projetos brasileiros de cooperação técnica, executados com base nos acordos firmados pelo Brasil com outros países e organismos internacionais”.³⁰

A fim de realizar suas atividades de modo preciso, a ABC se orienta pela política externa do MRE e pelas prioridades nacionais de desenvolvimento, definidas nos planos e programas setoriais de Governo. Existem divisões específicas para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional, sendo elas a CGPD - Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (a maior parte de atos internacionais de cooperação técnica firmados pelo Brasil são com países como Angola, Moçambique e Cuba, países que necessitam de aprimoramento técnico em diversas áreas necessárias ao desenvolvimento nacional); a CGCB - Coordenação Geral de Cooperação Técnica Bilateral; e a CGCM - Coordenação Geral de Cooperação Técnica Multilateral.

Podemos sumarizar brevemente as características diplomáticas em cada governo na tabela abaixo baseada no artigo de Paulo Almeida (2004b);

³⁰De acordo com a apresentação inicial da Agência Brasileira de Cooperação <http://www.abc.gov.br/SobreABC/Introducao>

Quadro2: Comparando duas diplomacias: Sr. Cardoso e Sr. Lula da Silva em perspectiva

Presidente/ Quesito	Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)	Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)
Ordem Internacional	Multipolaridade, estabilidade econômica, emergência de nações	Fim da Guerra Fria, neoliberalismo, ápice do poder dos Estados Unidos
Estratégias de política Externa	Eixos combinados (“ativa e altiva”), diplomacia presidencial, global <i>player</i>	Integração ao mundo globalizado, diplomacia presidencial, retomada do desenvolvimento, prioridades econômicas
Parceiros Internacionais	Forte multilateralismo, diversificação de alianças com potências médias e economias emergentes, BRICS	Multilateralismo moderado, cooperação com a África, preferência por atores centrais como EUA e Europa

Fonte: Autoria própria baseada em Paulo Almeida³¹

5.1 Atos Firmados No Governo Fernando Henrique Cardoso

Seguindo as diretrizes de governamentais de reorganização e estabilização econômica nacional, e a retomada do desenvolvimento brasileiro após os anos da década perdida, a política externa de Cardoso refletiram esse posicionamento, entretanto, como pode ser visto na tabela de atos internacionais abaixo, o governo firmou mais atos em áreas de saúde e cooperação tecnológica, técnica e científica; sendo os principais parceiros o Mercosul, Estados Unidos e Cuba.

Em 1996, a ocasião de visita presidencial à Angola, foi celebrado um acordo de Cooperação Financeira e Econômica, para a reestruturação nacional após os efeitos da guerra civil. No ano de 2000, os países firmaram um acordo em Cooperação Técnica.

Durante sua primeira visita de Estado à China, em 1995, o governo de Cardoso firmou um acordo complementar de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica. No ano de 1998, o Brasil ratificou o acordo de Cooperação Econômica, conforme a diretriz nacional de abertura de mercados. Já em 1999, a declaração bilateral de Direitos Humanos foi celebrada.

Dois acordos em matéria de Saúde foram firmados com Cuba em 1996 para atender alguns municípios. Sendo o primeiro presidente brasileiro a visitar Cuba, na época de sua visita foram celebrados dois acordos sobre Saúde, para pesquisas sobre a AIDS e saúde da

³¹ Disponível em: http://www.achegas.net/numero/dezessete/paulo_r_a_17.htm

família. No ano seguinte, 2000, um novo acordo sobre saúde foi ratificado. Em 2001, o governo Cardoso firmou um protocolo sobre Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica com o governo cubano.

Os atos internacionais com os Estados Unidos foram firmados logo o início de seu primeiro mandato, os dois primeiros em março e abril de 1995; de comércio e saúde. Em 1997 celebrou-se um acordo de direito penal bilateral, visando assistência judiciária mútua. No ano de 1998, um acordo sobre estudos do microclima da Amazônia foi ratificado. Os últimos dois atos foram firmados no ano de 2000, sobre Saúde e Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica.

Um marco para o Brasil e outros países membros do Mercosul em 1995 foi a assinatura do “Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros e o Mercosul e os seus Estados-Partes”; que reafirmava as parcerias bilaterais e possibilitava a parceria multilateral entre os membros dos dois blocos. Da parte bilateral, o Brasil celebrou dois acordos de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica com a França, um em 1996 e outro em 2001, definindo as áreas de cooperação prioritárias entre os dois. O único ato internacional com a Espanha, dentro da tipificação deste estudo firmado durante o governo Cardoso foi referente a cooperação jurídica em Direito Penal sobre transferência de presos entre os dois países.

Com um relacionamento ainda pouco aprofundado com a Índia, devido a conjuntura mundial e econômica nacional, a intensificação de relações se deu com o Brasil ratificando um tratado para a criação de uma agenda comum para o meio ambiente em 1996 e em 1998 um acordo sobre cooperação em saúde e medicina. A partir da criação dos BRICS, o relacionamento com a Índia se intensificou.

Um dos objetivos do governo Cardoso era aprofundar o relacionamento com o Mercosul, fortalecendo o relacionamento entre os países membros; o que foi refletido nos atos firmados com o bloco. Em 1995 e 1996 foram firmados tratados de cooperação técnica e assistência jurídica em direito penal; e em 1997 um acordo complementar ao acordo de direito penal. Dois acordos sobre comércio e incentivo à exportação foram celebrados. Finalmente, no último ano da presidência do Sr. Cardoso, 2001, o governo brasileiro ratificou um acordo marco de meio ambiente e outro sobre assistência jurídica.

Apenas em 2001 o governo Cardoso aprofundou o relacionamento com Moçambique, firmando dois acordos, um sobre Direitos Humanos contra a discriminação de gênero, e outro (ainda sem entrar em vigor) sobre Saúde, para a implementação de um programa contra a

Aids.

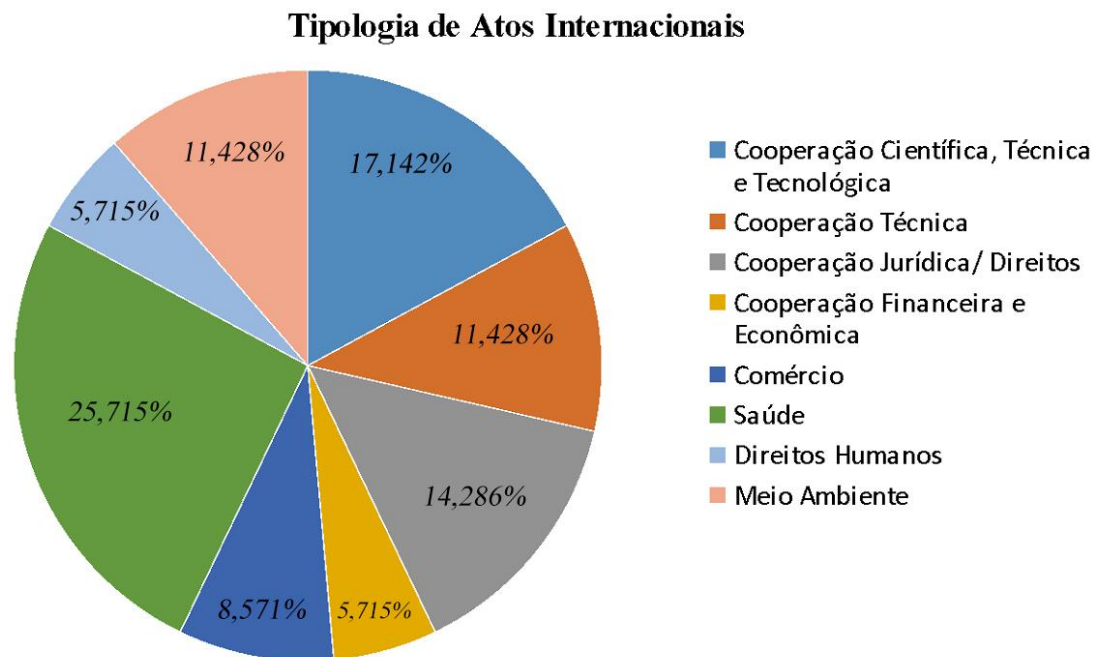
Os dois primeiros tratados com a Venezuela, na área de cooperação técnica e meio ambiente, firmados em 1995 durante a viagem presidencial para Caracas na ocasião das comemorações da data de independência da Venezuela e de reuniões bilaterais. O terceiro acordo, firmado em 1996, foi a Declaração de Brasília de caráter de cooperação técnica.

Alguns acordos firmados apresentam nitidamente o ideal neoliberal do PSDB e do governo de Cardoso, entre eles, os ratificados com a China, Mercosul e Estados Unidos sobre comércio e cooperação econômica e financeira; atos bilaterais com a República Francesa e os Estados Unidos, referentes a cooperação científica e tecnológica, mais propriamente sobre a transferência de tecnologia.

Devido a conjuntura da época, o governo do Sr. Cardoso colocou como prioridade em sua política externa a readequação das instituições nacionais de acordo com as reformas do neoliberalismo e inserção competitiva do Brasil no mundo, com a modernização dos processos de produção, além da estabilização da economia conforme *Bretton Woods* e outros acordos de diretrizes econômicas para os anos 1990/2000 a fim de atrair investimentos externos e aumentar a confiança internacional no Brasil, prejudicada pela crise da década perdida e escândalos políticos anteriores, como o impeachment de Collor.

O governo Cardoso trabalhou de forma a atender os objetivos nacionais da época através de estratégias, para tornar o Brasil, referência na América do Sul, melhorar a imagem de fornecedor de commodities de qualidade, *global player* e mostrar o país em conformidade com a nova era dos direitos humanos ratificando diversos acordos sobre e providenciando assistência internacional à países menos desenvolvidos.

Tais objetivos são visíveis nos tratados internacionais ratificados, nas áreas de cooperação científica e técnica, direitos humanos e saúde. Como foi comentado ao longo deste trabalho, a política externa do Sr. Cardoso focou em manter parceiros centrais no sistema neoliberal com poucas investidas em desenvolver relacionamentos com potências emergentes ou países não tão no centro do neoliberalismo, o que levou a uma restrição de manobras por conta de preferências ideológicas do PSDB e de determinado momento na história da política externa.

Gráfico 3: Tipos de Atos Internacionais do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002)

Fonte: Autoria Própria com base no Sistema de Atos Internacionais do Itamaraty

5.2 Atos Firmados No Governo Lula da Silva

No plano da política externa, o governo Lula da Silva priorizou relações diplomáticas com nações emergentes, a fim de diversificar o leque de parceiros internacionais e trazer vantagens políticas e econômicas para o Brasil; além de manter um bom relacionamento com grandes potências.

Os atos internacionais seriam a ferramenta para concretizar a imagem de *global player* do Brasil e formar plataformas para a expansão da exportação brasileira. Desta forma, a estratégia de eixos combinados foi posta em prática, totalizando 150 atos internacionais firmados nos oito anos do governo Lula da Silva, com 10 países e 2 blocos econômicos, focados nas áreas de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, Saúde e Cooperação Técnica.

Os atos internacionais firmados com Angola no governo Lula da Silva começam no ano de 2003 com dois tratados sobre cooperação científica e um sobre cooperação técnica, voltados para a área administrativa e profissional do país. Em 2005, mais três atos foram celebrados com Angola, um acordo complementar de cooperação e dois de direito penal sobre auxílio jurídico e transferência de condenados. Um ano depois, 2006, um acordo complementar para o Fortalecimento Da Educação Ambiental Em Angola foi ratificado.

Foram sancionados quatro tratados em 2007, um de cooperação técnica na área administrativa e três na área de saúde para a capacitação da saúde pública e combate a doenças endêmicas do país. Finalmente, em 2010 o acordo complementar de cooperação científica para pesquisa de doenças foi assinado.

Grande parceiro econômico do Brasil, a China possui um lugar de destaque na política externa, além de estar no grupo dos BRICS. Em 2004, cinco atos internacionais foram celebrados, dois sobre saúde, visando vigilância de medicamentos e práticas de medicina; um tratado de direito penal sobre assistência jurídica; um memorando sobre cooperação econômica e financeira; e um tratado de direitos humanos que ainda não entrou em vigor.

Cuba figura entre um dos principais parceiros de atos internacionais com o Brasil durante a gestão de Lula da Silva, começando em 2002, com um acordo sobre cooperação jurídica e um em matéria de saúde sobre prevenção de aids. Quatro acordos foram firmados no ano de 2003, dois sobre saúde, um de cooperação técnica e um de meio ambiente. Em 2004, mais três atos foram celebrados, sobre meio ambiente, saúde, e cooperação científica. No ano seguinte, apenas um acordo foi ratificado, sobre cooperação científica.

Em 2006, um ato sobre cooperação técnica e um sobre saúde foram acordados. A partir de 2007, a intensidade dos atos bilaterais firmados aumentou, com quatro acordos de cooperação científica e dois de saúde celebrados neste mesmo ano; mais quatro de cooperação científica em 2008; três de cooperação técnica no ano de 2009; e em 2010, três acordos sobre saúde e seis contemplando cooperação científica.

O relacionamento diplomático com os EUA foi estável durante o governo Lula da Silva, com um número considerável de atos bilaterais. O primeiro na tipologia deste trabalho foi sobre meio ambiente para estudos da biosfera amazônica, de 2006, que ainda não entrou em vigor. Em 2007, cooperação técnica em matéria de biocombustíveis. 2008 e 2010 tratados de direitos humanos para a promoção de igualdade de raça e gênero. Ainda em 2010, atos sobre cooperação técnica, cooperação econômica e financeira e um de meio ambiente.

O Brasil manteve o bloco da União Europeia como um parceiro de destaque, os tratados firmados com a UE durante o governo de Lula da Silva foram três, um acordo estabelecendo diretrizes da cooperação científica e técnica, de 2004; o I Plano de Ação Conjunta Brasil-União Europeia também sobre cooperação científica e técnica, celebrado em 2007; e o II Plano de Ação Conjunta Brasil-União Europeia firmado em, 2011.

Com a Espanha, um dos grandes parceiros do Brasil na Europa, tratados de meio ambiente e cooperação científica foram ratificados em 2005, em 2006 um tratado de auxílio

em direito penal através de cooperação jurídica, 2008 foi celebrado um acordo de cooperação científica e em 2009, um memorando de Cooperação Técnica Com Terceiros Países.

Assim como a Espanha, a França é um aliado chave para o Brasil, entretanto, o volume de atos internacionais foi pequeno. O primeiro acordo firmado era de sobre cooperação científica em 2005, seguido por um tratado de cooperação técnica firmado em 2006, ainda não vigorado; e por dois atos sobre de meio ambiente em 2008, para a biodiversidade e preservação da Amazônia.

Apesar do relacionamento com a Índia ocorrer principalmente no grupo dos BRICS por ações multilaterais, a parceria com o país também foi reforçada por atos bilaterais, um firmado em 2006, sobre a cooperação tecnológica entre ambos (ainda sem entrar em vigor) e outro assinado em 2008 no âmbito de direitos humanos para a luta contra a fome e a pobreza, visto as ações tomadas pelo Brasil neste combate surtiram efeito³², procurando realizar o mesmo na Índia.

Um relacionamento marcado por desconfianças de outros países, principalmente dos Estados Unidos; Brasil e Irã solidificaram sua parceria através de viagens presidenciais, apoio em instâncias multilaterais e tratados bilaterais. Em 2009 foram firmados três atos, dois focados em cooperação tecnológica e um para cooperação financeira e econômica. Um ano depois, foram ratificados um tratado de meio ambiente e um de cooperação científica para transformação mineral.

Figurando entre os principais focos da política externa do governo Lula da Silva, o Mercosul foi enquadrado no plano de revitalização de sua infraestrutura, integração e nivelção econômica, para corrigir as assimetrias entre as estruturas produtivas dos países-membros; aumentando sua relevância entre os países da América do Sul. Em 2002 um acordo para cooperação jurídica entre países-membros do bloco foi ratificado pelo Brasil; e no ano de 2004, quatro atos internacionais foram celebrados, dois sobre meio ambiente, um de direitos humanos para a promoção do Estado de Direito e um sobre cooperação técnica.

Um ano depois, um novo acordo de direitos humanos foi assinado, focado na promoção do mesmo em vários países do Mercosul. Em 2006 o acordo sobre comércio em moedas locais foi firmado, para facilitar as transações entre os países-membros e fomentar as trocas comerciais. 2007, dois acordos de direitos humanos e dois tratados de comércio. Em

³² Segundo o relatório da ONU "O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo 2015", que aponta que o ápice da queda foi em 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/05/fome-cai-82-no-brasil-destaca-relatorio-da-onu>>. Acesso em Fevereiro, 2017.

2008 somam-se mais dois tratados de direitos humanos e um acordo de cooperação científica para o programa marco de 2008-2012. Um ano mais tarde, em 2009, foram celebrados a criação de um fundo de cooperação científica e técnica do Mercosul e a criação de um Instituto de direitos humanos. Mais tarde, em 2010, foram acordados quatro atos internacionais com o bloco, dois para a criação de um fundo de convergência para cooperação técnica, um de cooperação científica e um de direitos humanos.

A vocação diplomática e o posicionamento de global player do Brasil o levaram a acentuar o relacionamento com Moçambique, um bom parceiro no eixo Sul-Sul. Os atos internacionais foram em sua maioria, de cunho social, para a melhoria da qualidade de vida da população.

Em 2003, foram celebrados quatro atos, dois na área de saúde, um para meio ambiente e um memorando de cooperação científica e técnica. Um ano depois, 2004, um acordo sobre cooperação científica e técnica foi firmado, além de dois protocolos sobre direitos humanos e projetos ligados a esta área; que seguiu um protocolo da mesma área em 2006. No ano de 2007 promulga-se dois acordos de saúde para nutrição, um tratado de cooperação jurídica e um acordo de meio ambiente para educação ambiental.

O ano de 2008 foi prolífico em matéria de atos internacionais, com três acordos sobre saúde, um de meio ambiente e um acordo complementar de cooperação econômica. Um ano mais tarde, celebrou-se um acordo de meio ambiente para a reativação do centro florestal de Machipanda; e três acordos de cooperação técnica. Em 2010 foram firmados cinco acordos de cooperação técnica, um acordo na área de cooperação científica e técnica, e quatro tratados em matéria de saúde.

Com a Venezuela, o Brasil firmou no ano de 2005, um memorando na área de cooperação científica e técnica. Em 2007, foram celebrados quatro acordos de saúde, para controle de resíduos e implementação de um banco de leite. 2008, o governo brasileiro firmou com o governo venezuelano um tratado de cooperação jurídica, um para saúde (ambos ainda sem entrar em vigor), um memorando para cooperação ambiental, um sobre cooperação financeira e econômica e um de cooperação técnica.

Um ano depois, 2009, negociações e assinatura de acordos referente a cooperação técnica (ainda sem entrar em vigor), um memorando para o setor comercial e uma carta de intenções para cooperação financeira. Em 2010 acordaram seis atos; um sobre cooperação científica e técnica, dois para cooperação técnica, dois memorandos referentes a saúde e um acordo de direitos humanos.

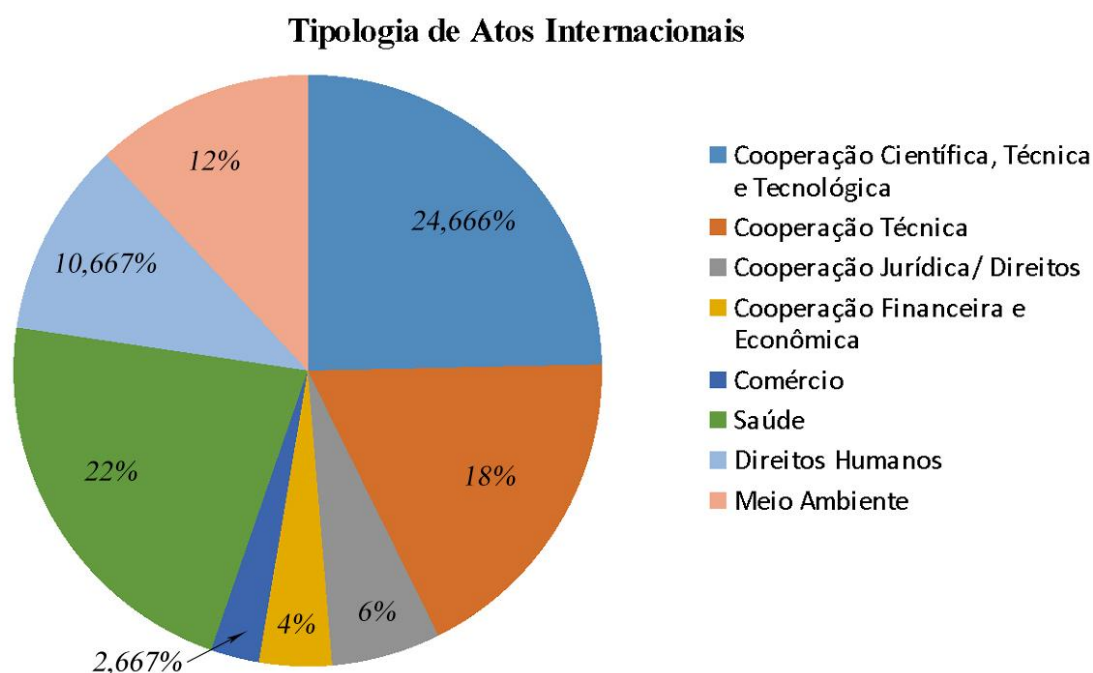
Os atos internacionais firmados durante o governo Lula da Silva seguiram fielmente o plano de política externa traçado anteriormente, tendo se beneficiado de momento de estabilidade internacional e do superávit nacional para ter a liberdade de perseguir tais objetivos.

Apesar de diversas críticas sobre o rumo da política externa do governo, as ações tomadas visavam incrementar a participação brasileira na economia e em fóruns mundiais para questões comuns às diversas nações, focando nos problemas gerados pela “globalização assimétrica” e a desigualdades econômicas e sociais.

Como descrito nos capítulos anteriores, o governo Lula da Silva destacou a importância da política externa para garantir o desenvolvimento do país, focando na reestruturação do Mercosul, na diversificação de parceiros econômicos, e o ponto que rebate muitas das críticas feitas, a manutenção de relações positivas e estreitas com União Europeia e Estados Unidos, países chave na ordem econômica; significando que não era intenção da política externa excluir países centrais do círculo de alianças internacionais do Brasil.

A política externa se tornou muito mais ativa no governo Lula da Silva, pelas viagens presidenciais realizadas, o número de tratados ratificados e sua participação em órgãos multilaterais como a OMC e a FAO, expandindo a presença do Brasil no mundo.

Gráfico 4: Tipos de Atos Internacionais do Governo Lula da Silva (2003 - 2010)



Fonte: Autoria Própria com base no Sistema de Atos Internacionais do Itamaraty

5.3 Avaliação Dos Atos Internacionais

O primeiro procedimento para comparar as duas políticas externas do Sr. Cardoso e Sr. Lula da Silva é colocar lado a lado os números de atos internacionais firmados em diferentes categorias. Para isso, foram desenvolvidas quatro tabelas, analisando as modalidades de cooperação (bilateral e multilateral), o posicionamento ideológico dos países com os quais o Brasil realizou acordos e a tipologia dos tratados mais comuns.

As modalidades de cooperação compreendem duas formas, a primeira focada em atos internacionais multilaterais, ou seja, com mais de uma parte sobre o mesmo assunto. A cooperação multilateral é importante não só para fortalecer o relacionamento do Brasil com um bloco, mas também expandir sua imagem para os outros países que fazem parte do acordo multilateral.

Na segunda modalidade, a cooperação entre o Brasil e outro Estado ocorre baseada no mútuo interesse e compromisso acerca dos objetivos do ato internacional. Estes são exclusivos as duas partes, diferente dos atos multilaterais. Deve-se ressaltar que no caso da Espanha e França, os acordos bilaterais com o Brasil não foram os mesmos da União Europeia, ou seja, não há repetição de tratados entre os três.

Tabela 1: Acordos multilaterais firmados pelo Brasil segundo Blocos (1995 - 2010)

BLOCO / GOVERNO	FHC		LULA DA SILVA	
	Frequência	%	Frequência	%
União Europeia	1	12,5	3	13,043
Mercosul	7	87,5	20	86,957
TOTAL	8	100	23	100

Fonte: Autoria própria com base do site de Atos Internacionais do Itamaraty³³

Tabela 2: Acordos bilaterais firmados pelo Brasil segundo Países (1995 - 2010)

PAÍS / GOVERNO	FHC		LULA DA SILVA	
	Frequência	%	Frequência	%
Angola	2	7,407	31	24,410
China	3	11,111	8	6,300
Cuba	6	22,222	34	26,772
Espanha	1	3,704	5	3,937
Estados Unidos	6	22,222	7	5,511
França	2	7,407	4	3,150

³³http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_mul

Índia	2	7,407	2	1,574
Irã	0	0	5	3,937
Moçambique	2	7,407	31	24,410
Venezuela	3	11,111	19	14,960
TOTAL	27	100%	127	100%

Fonte: Autoria própria com base do site de Atos Internacionais do Itamaraty³⁴

Sobre os aspectos ideológicos, ambos os governos realizaram atos internacionais com o mesmo número de países no espectro político da esquerda e da direita. A única exceção presente foi no caso do Irã, de posição *sui generis* no espectro político, o qual intensificou relações de cooperação a partir do governo Lula, que seguia a estratégia dos Eixos Combinados, como explicado anteriormente.

Vemos assim, que a continuidade da política externa e os objetivos nacionais foram mantidos, independentemente do número de países e suas preferências político-ideológicas.

Tabela 3: Parceiros Internacionais segundo governos divididos por ideologia (1995 - 2010)

GOVERNO /ESPECTRO	FHC		LULA DA SILVA	
	Frequência	%	Frequência	%
Países governados por partidos de esquerda	5	55,56	5	50,00
Países governados por partidos de direita	2	22,22	2	20,00
Países com governos de ideologia alternadas ⁽¹⁾	2	22,22	3	30,00
TOTAL	9	100	10	100

Fonte: Autoria própria com base do site de Atos Internacionais do Itamaraty

NOTA (1):

A tipologia de atos internacionais, como mencionado no início deste capítulo, foram definidas com base nos principais focos do Itamaraty, essenciais para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Não só o país recebe assistência internacional por meio de atos de transferência de tecnologia e técnicas diversas, mas o Brasil também fornece meios de cooperação para países em desenvolvimento na América Latina e África.

Tabela 4: Tipos de atos internacionais firmados pelo Brasil (1995 - 2010)

TIPO / GOVERNO	CARDOSO		LULA DA SILVA	
	Frequência	%	Frequência	%
Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	6	17,142	37	24,666
Cooperação Técnica	4	11,428	27	18,000
Cooperação Jurídica/ Direitos	5	14,286	9	6,000

³⁴http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil

Cooperação Financeira e Econômica	2	5,715	6	4,000
Comércio	3	8,571	4	2,667
Direitos Humanos	2	5,715	16	10,667
Meio Ambiente	4	11,428	18	12,000
Saúde	9	25,715	33	22,000
TOTAL	35	100	150	100

Fonte: Autoria própria com base do site de Atos Internacionais do Itamaraty

Com base nos dados acima, podemos ver a discrepância entre os atos internacionais firmados no governo do Sr. Cardoso e do Sr. Lula da Silva em questão do número total de atos firmados e os tipos mais comuns que atos que cada política externa contemplou, onde no caso da política do Sr. Cardoso foram sobre saúde, cooperação científica e cooperação jurídica. Enquanto na política externa do Sr. Lula da Silva, os atos internacionais mais comuns foram sobre cooperação científica, saúde e cooperação técnica.

5.4 Score sobre a política externa

O *score* para comparação entre a abrangência dos atos internacionais e se baseia nas nos seguintes critérios de cooperação internacional que trouxeram benefícios explícitos para o Brasil: tecnologia e informações científicas; cooperação técnica e *know-how*; comércio e desenvolvimento econômico; proteção ao meio ambiente; e difusão de práticas de direitos humanos, que também devem contemplar os seus parceiros. A definição dos critérios foi feita a partir dos esforços governamentais para o alcance dos objetivos nacionais para o desenvolvimento, e dos tipos predominantes de atos firmados e ambos os governos.

O nível 5 de pontuação, o mais alto, corresponde a atos internacionais firmados que contemplam todos os critérios acima, com pelo menos um exemplo presente nos oito anos de governo. Nos níveis decrescentes, são contemplados respectivamente quatro, três, dois e um dos critérios apresentados acima. O exemplo dos tratados correspondentes será apresentado junto ao seu número de identificação nos anexos A - atos internacionais dos governos Cardoso e B - atos internacionais do governo Lula da Silva. O esquema abaixo ilustra os níveis de forma visual

Quadro 2: Esquema *Score*

Como política pública Tecnologia- Comércio - Técnica - Direitos Humanos - Meio Ambiente	Nível 5
Como ações pontuais Tecnologia- Comércio - Técnica - Direitos Humanos - Meio Ambiente	Nível 4
Comércio - Meio Ambiente- Direitos Humanos – Tecnologia	Nível 3
Comércio - Meio Ambiente - Tecnologia	Nível 2
Comércio - Meio Ambiente	Nível 1

Fonte: Autoria Própria

O governo do Sr. Cardoso realizou um acordo em matéria de cooperação técnica com a China (2), o qual garantiu o intercâmbio de especialistas de diversas áreas para o fomento da cooperação bilateral. Em direitos humanos, com a Moçambique (2) se comprometeu a dar assistência em direitos das mulheres. Firmou com os Estados Unidos (6) e com o Mercosul (3 e 4) acordos para impulsionar o comércio exterior. No critério de meio ambiente, tratados com o Mercosul (1) e a Índia (2) visavam o desenvolvimento sustentável. Um único acordo referente a transferência e cooperação tecnológica e de informações científicas foi realizado, com a França (1), em áreas prioritárias.

Os atos internacionais mencionados acima, através dos critérios propostos mostram que a política externa do governo Cardoso obteve o nível 4 no *score*. Apesar de contar com todos os critérios do *score*, a política externa de Cardoso efetuou os atos internacionais como ações eventuais, verificado por seu reduzido número. O foco do governo não era criar novas pontes de cooperação com nações fora do eixo Norte-Sul, mas sim enquadrar o Brasil nas normas neoliberais e reformar a economia nacional, investindo em acordos comerciais com grandes potências conforme visto no capítulo 4.

O governo Lula da Silva na área de direitos humanos firmou atos com Moçambique (24), Estados Unidos (4 e 5) e Mercosul (3), entre outros. Ratificou acordos de meio ambiente com diversos países, entre eles Cuba (29) e Estados Unidos (2). Celebrou acordos comerciais com a Venezuela (7), Mercosul (11 e 13) e Irã (4). Na área de tecnologia e informações científicas, acordos realizados com o Irã (2), França (4) e Espanha (2) garantiram a transferência de tecnologia e informação em diferentes campos da ciência. Quanto a

cooperação técnica, com a Espanha (1), Estados Unidos (3 e 6) e Mercosul (16). Cobrindo todos os critérios deste score, a política externa em atos internacionais do governo Lula da Silva atingiu o nível 5, e considerando que a política externa do governo Lula da Silva efetivou os atos internacionais em grande quantidade, tratando-os como um instrumento de política pública para o desenvolvimento nacional, afirmamos que obteve o *score* 5.

Vemos que os atos firmados foram importantes e vantajosos para o desenvolvimento nacional em cada conjuntura, atendo-se às capacidades de manobras diplomáticas que o Brasil detinha. Já quando se olha para o aspecto quantitativo e o caráter afirmativo da política externa, a discrepância entre os dois torna-se grande.

Estas diferenças a respeito dos atos internacionais estão ligadas diretamente às estratégias da diplomacia eleitas por cada presidente; uma política externa voltada para adequar o Brasil às “regras do jogo” neoliberais, atrair investimentos estrangeiros através das reformas nacionais na economia e instituições financeiras. Como Mesquita (2013) discute, as influências do PSDB são visíveis nos atos internacionais sobre comércio, aproximação com Estados Unidos e com o Mercosul, plataforma econômica do Brasil nesta época, além de poucos atos internacionais com países da África, Índia e a inexistência de aproximação com o Oriente Médio.

A qualidade e importância dos atos internacionais foi a mesma, porém devido a fatores anteriormente citados, como conjuntura internacional e margem de manobra diplomática, o volume ratificado pelo governo Lula da Silva trouxe mais benefícios e ganhos para uma gama de setores nacionais; confirmando os escritos de Almeida (1999, 2003, 2004), Vigevani (2003) e, de quem por necessidades nacionais e atuação multilateral, o governo Lula da Silva foi mais pragmático ao selecionar parceiros estratégicos dentro da diretriz de eixos combinados da diplomacia, além de dividir suas áreas de atuação de forma igualitária, de acordo com as diretrizes do Itamaraty.

Outro ponto favorável da política externa foram os investimentos em infraestrutura, cooperação técnica e saúde feitos em países em desenvolvimento como Moçambique, Venezuela e Cuba, que permitiram melhorar as condições nacionais para criar mercados consumidores de produtos brasileiros de itens como remédios, materiais de construção e peças industriais, beneficiando empresas nacionais e o crescimento da economia. Uma das causas que afirmamos o melhor desempenho da política externa do governo Lula da Silva foi a lutar por fazer do Brasil um global *player*, que estivesse integrado às demandas internacionais e se mantivesse relevante nas mais diferentes arenas decisórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como analisado ao longo desta dissertação, os governos de Henrique Cardoso e Lula da Silva apresentaram aspectos próprios em suas políticas externas, de forma a orientar os seus objetivos mais importantes, assim como as estratégias prioritárias a serem seguidas. Tais características configuraram em cada governo um grau de politização da política externa, justificada por fatores internos e internacionais.

O papel ativo do cargo presidencial na política externa começou com Henrique Cardoso, mediante discussões presenciais sobre atos internacionais com presidentes de outras nações, assim como pela participação em fóruns multilaterais. Lula da Silva continuou com o método de diplomacia presidencial e aprofundou temas, viagens e participações em discussões bi e multilaterais, em encontros com os grupos dos BRICS e MERCOSUL, assim como na ONU. Esta nova faceta do exercício do cargo presidencial fez com que cada ex-presidente buscase colocar em prática os itens mais imediatos, de acordo com as orientações de sua plataforma governamental.

A teoria de análise de política externa pautada em Vizentini (2005), Vigenvani (2003, 2007), Lampréia (1998), Santana (2006), Silva (2010), Cervo (2003) e Pecequilo (2008), foram deveras importantes para demonstrar o comportamento e as diretrizes da política externa de Cardoso e Lula da Silva frente às condições econômicas e políticas da época. Além disso, possibilitaram relacionarmos esta investigação com os seus programas partidários e com as ideias políticas sobre relações exteriores dos partidos do PSDB e do PT. Ponto comum em ambos os governos foi a explícita influência do partido presidencial na política externa.

Ainda de acordo com a análise de política externa, desta vez aliada à lista de atos internacionais ratificados nos governos Cardoso e Lula da Silva e seus resultados *descore*, verificou-se que além de realizar acordos tecnológicos e comerciais de forma mais recorrente com países-chave da economia internacional, as questões não prioritárias, como saúde e direitos humanos, foram tratados com países em desenvolvimento.

O foco dos governos em questão, por parte da diplomacia presidencial, foi apontado em temas econômicos e de adequação institucional. Também, sobre a pergunta problema, “Há influência político-ideológico do partido presidencial na política externa com relação aos atos internacionais?” conseguimos respondê-la no sentido que sim, houve influência político-ideológica, porém em menor grau na política externa do governo de Lula da Silva, enquanto aquela foi mais acentuada na política externa do governo de Henrique Cardoso.

Apesar da existência de prioridades e diferenças no programa de política externa dos ex-presidentes em estudo, um quesito foi fundamental para determinar a presença de influências ideológicas em seus resultados: o cálculo racional das ações realizadas em ambos mandatos, neste caso, sobre os atos internacionais firmados e que deviam trazer ganhos econômicos e tecnológicos para aumentar a participação brasileira no mundo. Com isso, haveria fomento à expansão da rede de comércio e da diversidade dos parceiros econômicos, capaz de favorecer a transferência de conhecimentos industriais e de *know-how* para o país, além de difundir o *soft power* do Brasil.

Um dos achados mais importantes deste trabalho foi baseado nas definições partidárias analisadas no capítulo 3 e nos estudos de política externa nos capítulos 4 e 5. Nesse conjunto, constatou-se que a raiz dos programas partidários do PT e do PSDB sobre as relações do Brasil com o mundo, influenciou os projetos iniciais de política externa dos dois governos. Essa influência ocorreu como maneira de pré-determinar seus focos e ações logo no prelúdio de seus mandatos, como por exemplo, adequando o Brasil às normas econômicas do liberalismo no caso do governo Cardoso e diversificando os parceiros comerciais do país no caso do governo Lula da Silva.

Outro ponto analisado e que demonstrou em acordo com a hipótese desta dissertação, foi aquele que ao aliar a conjuntura da época de recuperação das crises financeiras com a necessidade de inserir o Brasil na nova ordem mundial, o governo de Cardoso apresentou uma postura mais ideológica e fiel às convicções do PSDB. Isso ocorreu quando deu preferência a países centrais da economia mundial, de maneira a transformar o MERCOSUL em uma plataforma para impulsionar a imagem do Brasil no mundo e adequar-se às normas institucionais internacionais, tal como explicado no capítulo 4.

Sustentada pela teoria de Norberto Bobbio sobre o posicionamento político da direita e da esquerda, os comportamentos das políticas externas de Henrique Cardoso e Lula da Silva apresentaram as características de seus respectivos partidos no que diz respeito à “o homem de direita tem como missão manter e propagar a tradição, enquanto o homem da esquerda, luta para libertar outros das ‘cadeias’ a eles impostas pelos privilégios da raça, casta, classe, etc.”

Na prática, vemos como o governo Cardoso montou instituições nacionais e realizou suas ações de política exterior baseadas em reproduzir as diretrizes do neoliberalismo enquanto adequava o Brasil às normas deste sistema econômico. A política externa de Lula da Silva por sua vez, buscou formar relações com países fora do eixo econômico, promovendo o

Brasil como um exemplo na redução da fome e da pobreza como um grande defensor dos direitos humanos.

As ações brasileiras em países da África, da Ásia e de alguns países da América do Sul foram focadas nas áreas de cooperação, meio ambiente e direitos humanos. Com o MERCOSUL, EUA e China, foram mais comuns acordos de comércio. Além disso, houve busca por normatização perante potências neoliberais para atração de investimentos externos realizadas através de negociações e discussões bilaterais.

Dos países-chave deste estudo, o pequeno número de atos internacionais ratificados nos oito anos de governo Henrique Cardoso, até mesmo com países núcleo da ordem mundial internacional, demonstrou que a política externa de seu governo priorizou reformas nacionais e ações voltadas a modernizar o Brasil. Também incentivou o país a buscar seu lugar entre as nações emergentes mediante as doutrinas neoliberais e as diretrizes políticas e econômicas de nações centrais desse mesmo sistema.

Conforme os pontos apresentados e comentados anteriormente, foi possível inferir que o governo Cardoso apresentou influências ideológicas de cunho neoliberal nos aspectos econômico e político, tanto no programa partidário do PSDB quanto na atuação da sua política governamental externa. Também, permitiu dizer que as ações de política externa do governo Henrique Cardoso foram condicionadas em um primeiro momento pela conjuntura internacional vigente e, em momento posterior, pelas estratégias e preferências do partido presidencial para com os parceiros e instituições internacionais.

Contrariando o pensamento de Juliana Luiz e Letícia Pinheiro (2004), consegue-se mostrar como a presença e a influência dos partidos políticos manifestam-se de forma bastante clara e cada vez mais comum nas relações internacionais do Brasil. Os partidos analisados não tomam o controle integral destas relações, mas criam focos de ação primária, o que confirma o pensamento de Mesquita (2013) da existência de uma crescente tendência de interesse e união dos partidos em assuntos de política externa.

Os atos internacionais ilustram as diferentes estratégias de política externa empregadas nos objetivos desejados, assim como os constrangimentos internacionais envolvidos das questões. A busca por estabilização econômica nacional, modernização das instituições brasileiras e o relacionamento estreito com países centrais do neoliberalismo marcou o governo Cardoso e sua baixa diversidade de atos ratificados e parceiros internacionais. Por sua vez o governo Lula da Silva demonstrou maior margem de manobra para seguir aplicar a diplomacia dos eixos combinados e elevar o Brasil a um patamar de importância mundial.

Conforme verificado na pontuação *descore*, ambos ex-presidentes atingiram a pontuação máxima nos critérios de atos internacionais, o que confirmou que suas políticas externas trouxeram benefícios para o país. Neste quesito qualitativo, admitiu-se a conformidade com o plano de desenvolvimento nacional de cada um dos governos, no que não podemos deixar de ressaltar que o número de atos ratificados durante o governo Lula da Silva representou um aumento de 327% a mais daqueles do governo Henrique Cardoso. Isso mostra a faceta de *global trader and player* assumida pelo Brasil, assim como suas pretensões de estabelecer-se como ator relevante no sistema internacional por meio de sua diversificação de parceiros e atuação em diversas frentes diplomáticas.

A primeira insegurança internacional quanto ao governo Lula da Silva era que a política externa brasileira e as diretrizes nacionais fossem modificadas radicalmente, adotando um caráter altamente ideológico de esquerda, rompendo compromissos como o pagamento da dívida externa, eliminando a relação de proximidade com a Europa e os EUA. Entretanto, viu-se que a diplomacia de eixos combinados, contendo traços do pragmatismo responsável, manteve renovação do relacionamento com antigos aliados e a edificação de novos vínculos com nações relevantes da conjuntura da época.

Paulo Almeida escreve brevemente sobre a comparação entre a política externa dos governos,

No plano mais geral, FHC manteve uma abordagem tradicional da diplomacia e a via como tendo um papel acessório no processo de desenvolvimento. Lula, por sua vez, deseja promover uma política externa criativa (definida como “ativa e ativa” por seu chanceler), e acredita que ela tem um papel substantivo na conformação de um “projeto nacional”. FHC entretinha um diálogo com outros líderes mundiais, buscando um melhor ambiente cooperativo para o desenvolvimento do Brasil. Lula, de seu lado, busca exercer uma liderança regional e internacional para mudar substantivamente e trazer justiça ao mundo, bem como implantar uma “nova geografia comercial (ALMEIDA, 2004a, p. 169-170).

Na nova dinâmica político-institucional brasileira observamos uma crescente tendência na presença de partidos políticos e demais setores da sociedade inseridos nas discussões de política externa. Esse achado tornou este fenômeno um objeto de estudos futuros para compreender a dinâmica dos diversos *stakeholders* da nova política externa brasileira, como já havia comentado Mesquita (2013).

Também, conforme visto neste estudo, as conjunturas nacionais e internacionais tiveram um grande papel na definição da política externa brasileira, segundo os achados de Gonçalves, Fiori e Pecequilo, como discutido no capítulo 2. Entretanto, somente isso não foi

suficiente para determinar o rumo da diplomacia nacional. Com base nas definições de Norberto Bobbio, os achados de Mesquita sobre as preferências internacionais PSDB e do PT e o que foi descoberto por este estudo, constatou-se ter ocorrido influência partidária na diplomacia, tanto no governo de Henrique Cardoso, como naquele de Lula da Silva.

Uma questão importante para ainda salientar-se é que o governo Cardoso foi bem mais fiel ao programa neoliberal com preferências expostas pelo PSDB e alinhando o Brasil com determina dos países. Tal condição pode ser interpretada como um governo influenciado em alto grau pela ideologia partidária.

O governo Lula da Silva é compreendido num *status* menos radical, como explicado por Almeida, Vigevani e Pecequilo, mediante a continuidade de bons relacionamentos com diversas linhas ideológicas. Desta maneira, foi mantida uma diretriz diplomática que permitisse dialogar com qualquer nação, independentemente de sua posição ideológica. Com isso, o governo Lula da Silva usufruiu um grau menor de influência partidária em relação a seu antecessor.

Ao final deste estudo, percebeu-se que a inserção e importância brasileira no mundo globalizado cresceram de forma acentuada mediante acordos comerciais bilaterais, presença em fóruns multilaterais e a continuidade no papel de *global player*. Nesse sentido, as políticas externas dos próximos governos pós Cardoso-Lula, deverão ser pragmáticas e condizentes com a conjuntura da época futura, para que utilizando as margens de manobra disponíveis, alcance os objetivos nacionais para o desenvolvimento do Brasil.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Introdução**. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/SobreABC/Introducao>>. Acesso em Fevereiro, 2017.

ALMEIDA, Paulo R. **A política internacional do Partido dos Trabalhadores: da fundação à diplomacia do governo Lula**. Rev. Sociol. Polit. no.20 Curitiba, 2003.

ALMEIDA, Paulo R. **Um exercício comparativo de política externa: FHC e Lula em perspectiva**. 2004b. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/dezessete/paulo_r_a_17.htm>. Acesso em Fevereiro, 2017.

ALMEIDA, Paulo R. **Uma Política Externa Engajada: a diplomacia do governo Lula**. Rev. Bras. Polít. Int.47 (1): 162-184 [2004a]

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O Estudo das Relações Internacionais do Brasil**. São Paulo: Unimarco Editora, 1999.

AMORIM, Octavio; LOBO, Marina. **Between Constitutional Diffusion and Local Politics: Semi-Presidentialism in Portuguese-Speaking Countries**. APSA 2010 Annual Meeting Paper (2010). Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=1644026>> Acesso em Fevereiro, 2017

British Broadcasting Corporatation. Guide: How Iran is ruled. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/middle_east/8051750.stm> Acesso em Dezembro, 2016.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html>. Acesso em Fevereiro, 2017.

BURGES, Sean W. **Brazilian foreign policy after the Cold War**. University Press of Florida, 2009.

BURGES, Sean W. **Consensual Hegemony: Theorizing Brazilian Foreign Policy after the Cold War**. SAGE Publications, 2008, Vol 22(1): 65–84.

CARIO, Silvio; ALEXANDRE, Arlete; VOIDLA, Tânia. **Investimento Direto Externo Na Economia Brasileira Nos Anos 90: Significado, Alcance E Consequências Ao Desenvolvimento**. Universidade Federal de Santa Catarina. Textos de Economia. v.7, n.1 p.103-136.

CARMO, Gessica. **Ideologia e política externa: caminhos cruzados**. Núcleo de Estudos e Análises de Relações Internacionais. 2016. Disponível em: <<http://neai-unesp.org/ideologia-e-politica-externa-caminhos-cruzados-por-gessica-carmo/>>. Acesso em: Fevereiro, 2017.

CERVO, Amado Luiz. **A política exterior: de Cardoso a Lula**. Rev. Bras. Polít. Int.46 (1): 5-11 [2003]

CHUANZHI, Wang. **Democratic Centralism: The Core Mechanism in China's Political System.** Vol.5 No.4 October 1, 2013. Disponível em: <http://english.qsttheory.cn/politics/201311/t20131113_290377.htm> Acesso em: Fevereiro, 2017.

CONGRESSO NACIONAL do PT. **Resoluções do 3º Congresso Partido dos Trabalhadores.** Porto Alegre: Partido dos Trabalhadores, 2007. P. 34. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/uploads/Resolucoesdo3oCongressodoPT.pdf>>. Acesso em: Fevereiro, 2017.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. **EU-Brazil Summit Lisbon, 4 July 2007.** Brussels, nº 11531/07 (Presse 162). Disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/er/95167.pdf>. Acesso em: Fevereiro, 2017.

COUTO, Leandro F. **Política externa brasileira para a América do Sul: As diferenças entre Cardoso e Lula.** Civitas, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 23-44, jan.-abr. 2010

DANESE, Sérgio França. **Diplomacia Presidencial.** Ed. Topbooks. Rio de Janeiro, 1999.

DINIZ, Eli. **Desenvolvimento e Estado Desenvolvimentista: Tensões e Desafios da Construção de um Novo Modelo para o Brasil do Século XXI.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 21, n. 47, p. 09-20, set. 2013

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam?.** São Paulo: EDUSP, 1998

ELECTION COMMISSION OF INDIA. **Constitution Of The Indian National Congress.** New Delhi, 2007. Disponível em: <http://eci.nic.in/eci_main/mis-Political_Parties/Constitution_of_Political_Parties/ConstitutionOfINC.pdf> Acesso em Dezembro, 2016

ELECTION COMMISSION OF INDIA. **Constitution and Rules Bharatiya Janata Party.** New Delhi, 2004 <http://eci.nic.in/eci_main/mis-Political_Parties/Constitution_of_Political_Parties/Constitution_of_Bharatiya%20Janata%20Party.pdf> Acesso em Dezembro, 2016

ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA (Jennifer L. McCoy, John D. Martz and Others). **Government of Venezuela.** Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/Venezuela/Services>> Acesso em: Março 2016

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional** — 2ª ed. — Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

FIORI, José Luis. **Globalização, Hegemonia e Império.** 1997. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/globalizacao-hegemonia-e-imperio-jose-luis-fiori.html>>. Acesso em: Fevereiro, 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Brasil doa cinco toneladas de remédios para Moçambique.** São Paulo, Primeiro Caderno, p. 10, 04 mar. 2000.

GESNER; Frederico Turolla Oliveira. **Política econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas.** Tempo soc. vol.15 no.2 São Paulo Nov. 2003 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200008>. Acesso em: Fevereiro, 2017.

GONÇALVES, Reinaldo. **Economia política internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GUIOT, André. **A construção da ideologia neoliberal no PSDB (1988-1994).** XVI Encontro Nacional da ANPUH-RIO – Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro, 2010a.

GUIOT, André. **Sociedade Civil e Burguesia - O PSDB numa Abordagem Gramsciana (1988-2002).** Niterói. Seminário Internacional "Gramsci e os Movimentos Populares", 2010b

HIRST, Mônica; PINHEIRO, Letícia. **A Política Externa do Brasil em dois tempos.** Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 38, no. 1, 1995

HUNTINGTON, Samuel P. **America In The World.** The Hedgehog Review / Spring 03. Disponível em: <<http://www.iasc-culture.org/THR/archives/America/5.1CHuntington.pdf>>. Acesso em: Fevereiro, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas Nacionais Trimestrais.** Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Tabelas_Completas/Tab_Comp_CNT.zip>. Acesso em: Fevereiro, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Taxa De Crescimento Do Produto Interno Bruto.** Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Tabelas_Completas/Tab_Comp_CNT.zip>. Acesso em: Fevereiro, 2017.

JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY. **Maps of JICA Major Projects.** April 1, 2016. Disponível em: <https://libportal.jica.go.jp/fmi/xsl/library/Data/PlanInOperation-e/SouthAmerica/309_Brazil-e.pdf>. Acesso em: Fevereiro, 2017.

JORNAL EXTRA. **PT aprova tese sobre o "Brasil que queremos" com a defesa do governo Lula,** 31 de agosto de 2007. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/pt-aprova-tese-sobre-brasil-que-queremos-com-defesa-do-governo-lula-706298.html>> Acesso em: Fevereiro, 2017.

JORNAL G1. **Conheça, passo a passo, a história da Petrobras na Bolívia,** 09 de maio de 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL33446-9356,00.html> Acesso em Março 2017.

JÚNIOR, Edson José N. **Relações entre Brasil e Índia: resgate histórico e potencialidades estratégicas atuais.** Revista InterAção. v. 2, n. 2 (2011). Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/12711>>. Acesso em: Fevereiro, 2017.

LAFER, Celso. **Política externa brasileira: três momentos.** São Paulo: Konrad Adenauer-Stiftung, 1993

LAMPREIA, Luiz Felipe. **A política externa do governo FHC: continuidade e renovação.** Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, v. 42, n. 2, p. 5-17, 1998.

LEITE, Patrícia S. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de Política Externa: Os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula Da Silva.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. P. 162 – 198.

LESSA, Antônio Carlos. **A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais.** Rev. bras. polít. int. vol.41 no.spe Brasília 1998

LOPES, Bárbara. **O Primeiro Mandato de FHC (1995-1998): a Dialética do Desenvolvimento na Nova Ordem.** In: IGEPRI News, 2011. Disponível em: <<http://igepri.org/news/2011/08/o-primeiro-mandato-de-fhc-1995-1999-a-dialetica-do-desenvolvimento-na-nova-ordem/>>. Acesso em: Fevereiro, 2017.

LUIZ, Juliana Ramos. **A política externa do regime militar: entre o ranço ideológico e a atuação pragmática.** 3º Encontro Nacional ABRI 2011. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000200040&script=sci_arttext>. Acesso em: Fevereiro, 2017.

MARGLIN, Stephen A. **Keynes Without Nominal Rigidities.** Harvard Institute of Economic Research Paper No. 1907. 2000. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=250790> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.250790>>. Acesso em: Fevereiro, 2017.

MENEGUELLO, Rachel; AMARAL, Oswaldo. **Ainda novidade: uma revisão das transformações do Partido dos Trabalhadores no Brasil.** Brazilian Studies Programme, University of Oxford. Occasional Paper. 2008

MESQUITA, Lucas Ribeiro. **Itamaraty, Partidos Políticos e Política Externa Brasileira: Institucionalização de Projetos Partidários nos Governos FHC e Lula.** Campinas, 2013. 266f. Dissertação de Mestrado (Ciência Política)

MESQUITA, Lucas Ribeiro. **Partidarização da política externa brasileira: uma proposta para a participação partidária na política externa.** 3º Encontro Nacional ABRI 2011

MILANI, Carlos R. S. **A Importância das Relações Brasil – Estados Unidos na Política Externa Brasileira.** Número 6 IPEA, Abr./Jun. 2011

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Balança Comercial por País e Blocos – 2006.** Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/component/content/article?layout=edit&id=1213>. Acesso em: Fevereiro, 2017.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Balança Comercial Janeiro a Dezembro 2003.** Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/component/content/article/2-uncategorised/1173-balanca-comercial-janeiro-dezembro-2003?Itemid=101>. Acesso em: Fevereiro, 2017.

MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES. **Perguntas Frequentes.** Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/perguntas-frequentes>>. Acesso em: Fevereiro, 2017.

MORAIS, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo. **Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula.** Revista de Economia Política 31 (4), 2011.

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações.** São Paulo: Universidade de Brasília, 2003.

MUJAL, Eusébio; González, Alejandro. **A relação Estados Unidos-Brasil – perspectivas para uma parceria.** Revista Relações Internacionais (R:I) n.29 Lisboa mar. 2011. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992011000100005

NUMAIR, Eliane. **Brasil e Rússia: Do Confronto Ideológico à Parceria Estratégica.** Rev. Relações Internacionais no Mundo Atual, Curitiba, n. 9, p. 123-148, 2009-1. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/277/247>

OLIVEIRA, Henrique. A. **Os Blocos Asiáticos e o Relacionamento Brasil-Ásia.** São Paulo Perspec. vol.16 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2002

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo 2015", que aponta que o ápice da queda foi em 2012.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/05/fome-cai-82-no-brasil-destaca-relatorio-da-onu>>. Acesso em: Fevereiro, 2017.

PARTIDO COMUNISTA DE CUBA. **Estatutos del Partido Comunista de Cuba.** Disponível em: <http://www.pcc.cu/pdf/documentos/estatutos/estatutos6c.pdf>>. Acesso em: Fevereiro, 2017.

PARTIDO COMUNISTA DE CUBA. **Historia del Partido Comunista de Cuba.** Disponível em: http://www.pcc.cu/i_historia.php>. Acesso em: Fevereiro, 2017.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. **Estatuto de 2015.** Disponível em: http://static.psd.org.br/wp-content/uploads/2016/08/08135605/Estatuto-2015_12_final.pdf>. Acesso em: Fevereiro, 2017.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Carta de Princípios.** 1979. Disponível em: <http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/03/cartadepincipios.pdf>>. Acesso em: Fevereiro, 2017.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Manifesto do Partido.** Diário Oficial da União, 1980. Disponível em: <http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/04/manifestodefundacaopt.pdf>>. Acesso em: Fevereiro, 2017.

PECEQUILO, Cristina S. **A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical.** Rev. Bras. Polít. Int. 51 (2): 136-153 [2008]

RÉPUBLICAINS. **Synthèse Du Projet d'Alternance des Républicains pour 2017.** Disponível em: https://d3n8a8pro7vhm.cloudfront.net/republicains/pages/59/attachments/original/1468248398/Projet_2017_synthese.pdf?1468248398>. Acesso em: Fevereiro, 2017.

RIBEIRO, Cláudio. **Autonomia e Universalismo como condicionantes da política externa brasileira.** Brasília a. 43 n. 171 jul./set. 2006

ROMÃO, Manoel J. S.; CARMO, Solange N.; SANTOS, Carlos A. **Administração Pública Governo PT: Uma análise econômica dos governos Lula e Dilma**. Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP. Governador Valadares, 2012. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/manoelromao/governo-luladilma-uma-anlise-economica-do-periodo>>. Acesso em: Fevereiro, 2017.

ROSAS, João C; FERREIRA, Ana R. **Left and Right: Critical Junctures** IN: Left and Right: The Great Dichotomy Revisited: Cambridge Scholars Publishing. Newcastle upon Tyne, 2013. Disponível em: <<http://www.cambridgescholars.com/download/sample/59392>>. Acesso em: Fevereiro, 2017.

SANTANA, Carlos. **Política externa em perspectiva: um balanço sobre a diplomacia dos presidentes Collor, Itamar, Cardoso e Lula**. Carta Internacional. Nov. 2006

SATO, Eitii. **Introdução à política externa e às concepções diplomáticas do Brasil moderno**. IN: Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950) / José Vicente de Sá Pimentel (organizador). – Brasília : FUNAG, 2013

SAVIGNY, Heather; MARASEN, Lee. **Doing Political Science and International Relations Theories in Action**. Palgrave Macmillan, Hampshire. 2011

SILVA, André L. **Acomodação estratégica? As relações entre o Brasil e os Estados Unidos durante o governo Lula (2003-2010)**. 3º Encontro Nacional ABRI 2011. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000100020&script=sci_arttext>. Acesso em: Fevereiro, 2017.

SILVA, André L. R. **Do Otimismo Liberal À Globalização Assimétrica: A Política Externa Do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

SILVA, Daniel P. R. **A política externa do governo Lula: entre a ideologia e o pragmatismo**. PUC Minas – Conjuntura Internacional – 2010. Disponível em: <http://www4.pucminas.br/imagdb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20100416121707.pdf?PHPSESSID=a9fb81f4b734f6bd2d2cea5773246869>. Acesso em: Fevereiro, 2017.

SILVA, Guilherme; GONÇALVES, Williams. **Dicionário de Relações Internacionais**. MANOLE, 2010

SILVA, Karine de Souza. **A Parceria Estratégica Entre o Brasil e a União Europeia**. In: Desafios para a construção de uma agenda comum entre Brasil e Europa Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2011. Disponível em: <http://www.academia.edu/4131079/AS_RELAC3%87%C3%95ES_ENTRE_BRASIL_E_EUROPA_DURANTE_O_SEGUNDO_GOVERNO_LULA_A_APOSTA_NA_ASSOCIAC3%87%C3%83O_ESTRAT3%89GICA>. Acesso em: Fevereiro, 2017.

SISTEMA CONSULAR INTEGRADO (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES). **Sistema de Atos Internacionais Bilaterais**. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil>. Acesso em: Fevereiro, 2017.

SOUTO MAIOR, Luiz. **Desafios de uma política externa assertiva**. RBPI, v.1, n.46, p.12-34, 2003.

THE WORLD BANK. **Brazilian Gross Product in US Dollars 2003-2010**. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD?end=2010&locations=BR&start=2003>>. Acesso em: Fevereiro, 2017.

THORSTENSEN, Vera; RAMOS, Daniel; NOGUEIRA, Thiago; GIANESELLA, Fernanda. **Brasil e União Europeia na OMC: relações econômicas, disputas comerciais, crise financeira e câmbio**. Disponível em: <[http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16367/KAS%20\(VF\)-%20UE-Brasil-09-03-2013.pdf?sequence=1](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16367/KAS%20(VF)-%20UE-Brasil-09-03-2013.pdf?sequence=1)>. Acesso em: Fevereiro, 2017.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação**. Rev. Contexto Internacional. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 2, julho/dezembro 2007, p. 273-335.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo; CINTRA, Rodrigo. **Política Externa no Período FHC: a busca da autonomia pela integração**. Rev. Tempo Social, USP. São Paulo, 2003.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **De FHC a Lula: Uma década de Política Externa (1995-2005)**. Civitas. Porto Alegre v. 5 n. 2 jul.-dez. 2005 p. 381-397

ANEXOS

ANEXO A - Atos Internacionais Firmados no Governo Cardoso

República de Cuba

DATA DE ASSINATURA	ASSUNTO	TÍTULO DO ACORDO	Nº
19/11/2001	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Protocolo De Intenções Em Matéria De Trabalho E Emprego	1
04/12/2000	Saúde	Memorando De Entendimento Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Cuba Na Área De Transferência De Tecnologia Na Produção De Medicamentos	2
19/10/1999	Saúde	Protocolo De Intenções Sobre Cooperação Técnica Na Área De Saúde Da Família Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Cuba.	3
19/10/1999	Saúde	Ajuste Complementar Ao Acordo De Cooperação Científica, Técnica E Tecnológica Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Cuba Para Implementação Do Projeto "Fortalecimento Do Programa Nacional De DST/AIDS"	4
08/05/1996	Saúde	Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica em Matéria de Saúde Relativo ao Município de Angatuba.	5
08/05/1996	Saúde	Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica em Matéria de Saúde Relativo ao Município de Caxias.	6

República Bolivariana da Venezuela

DATA DE ASSINATURA	ASSUNTO	TÍTULO DO ACORDO	Nº
20/05/1996	Cooperação Técnica	Declaração De Brasília	1
04/07/1995	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar Ao Convênio Básico De Cooperação Técnica Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República Da Venezuela Para Cooperação Em Matéria De Planejamento	2
04/07/1995	Meio Ambiente	Ajuste Complementar Ao Convênio Básico De Cooperação Técnica Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República Da Venezuela Para Cooperação Na Região Amazônica E Do Orenoco	3

Estados Unidos da América

DATA DE ASSINATURA	ASSUNTO	TÍTULO DO ACORDO	Nº
18/04/2000	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Acordo Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Dos Estados Unidos Da América Sobre Salvaguardas Tecnológicas Relacionadas À Participação Dos Estados Unidos Da América Nos Lançamentos A Partir Do Centro De Lançamento De Alcântara	1
29/02/2000	Saúde	Ajuste Complementar Ao Acordo De Cooperação Em Ciência E Tecnologia Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Dos Estados Unidos Da América Para O Controle Biológico Do Mosquito <i>Aedes Aegypti</i>	2
15/12/1998	Meio Ambiente	Ajuste Complementar Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Dos Estados Unidos Da América Para Cooperação Na Área Da Missão De Medidas De Precipitação Tropical (Trmm) Do Experimento De Grande Escala Da Biosfera – Atmosfera Na Amazônia (Lba)	3
14/10/1997	Direito Penal	Acordo De Assistência Judiciária Em Matéria Penal Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E Governo Dos Estados Unidos Da América	4
12/04/1995	Saúde	Ajuste Complementar Ao Acordo De Cooperação Técnica No Campo Da Saúde Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Dos Estados Unidos Da América	5
23/03/1995	Comércio	Termos De Referência Conselho De Desenvolvimento Empresarial Brasil – Estados Unidos	6

Mercado Comum do Sul – MERCOSUL

DATA DE ASSINATURA	ASSUNTO	TÍTULO DO ACORDO	Nº
22/06/2001	Meio Ambiente	Acuerdo Marco Sobre Medio Ambiente Del Mercosur	1
20/12/2001	Direito Penal	Acuerdo Sobre Asistencia Jurídica Mutua En Asuntos Penales Entre El Mercosur, La República De Bolivia Y La República De Chile	2
29/06/2000	Comércio	Acuerdo De Alcance Parcial Para La Facilitación De Comercio, Concertado Entre La República Argentina, La República Federativa Del Brasil, La República Del Paraguay Y La República Oriental Del Uruguay”, “Acuerdo De Recife”.	3
29/06/2000	Comércio	Relanzamiento Del Mercosur Incentivos A Las	4

		Inversiones, A La Producción Y A La Exportación, Ncluyendo Zonas Francas, Admisión Temporaria Y Otros Regímenes Especiales	
19/06/1997	Cooperação Jurídica	Acuerdo Complementario Al Protocolo De Cooperación Y Asistencia Jurisdiccional En Materia Civil, Comercial, Laboral Y Administrativa	5
25/06/1996	Direito Penal	Protocolo De Asistencia Jurídica Mutua En Asuntos Penales	6
15/12/1995	Cooperação Técnica	Acuerdo Marco Interregional De Cooperación Entre El Mercado Común Del Sur Y La Comunidad Europea	7

República da Índia

DATA DE ASSINATURA	ASSUNTO	TÍTULO DO ACORDO	Nº
05/05/1998	Saúde	Ajuste Complementar Ao Acordo Sobre Cooperação Nos Campos Da Ciência E Tecnologia Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República Da Índia Na Área De Saúde E Medicina	1
17/01/1996	Meio Ambiente	Agenda Comum Para O Meio Ambiente	2

República Popular da China

DATA DE ASSINATURA	ASSUNTO	TÍTULO DO ACORDO	Nº
22/06/1999	Direitos Humanos	Declaração Conjunta de Direitos Humanos	1
01/12/1998	Cooperação Financeira & Econômica	Ajuste Complementar Ao Acordo De Cooperação Econômica E Tecnológica Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República Popular Da China	2
13/12/1995	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Ajuste Complementar Ao Acordo De Cooperação Científica E Tecnológica E Ao Acordo De Cooperação Econômica E Tecnológica Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República Popular Da China Na Área De Intercâmbio De Especialistas Para Cooperação Técnica	3

República Francesa

DATA DE ASSINATURA	ASSUNTO	TÍTULO DO ACORDO	Nº
05/04/2001	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Memorando De Entendimento Entre O Ministro Da Ciência E Tecnologia Da República Federativa Do Brasil E O Ministro Da Pesquisa Da República Francesa Sobre Cooperação Científica E Tecnológica Em Áreas Prioritárias	1

28/05/1996	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Acordo-Quadro De Cooperação Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República Francesa	2
------------	--	---	---

Reino da Espanha

DATA DE ASSINATURA	ASSUNTO	TÍTULO DO ACORDO	Nº
07/11/1996	Direito Penal	Tratado Sobre Transferência De Presos Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Reino Da Espanha	1

União Européia

DATA DE ASSINATURA	ASSUNTO	TÍTULO DO ACORDO	Nº
15/12/1995	Cooperação	Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação entre a Comunidade Européia e os seus Estados-Membros e o Mercosul e os seus Estados-Partes.	1

República de Angola

DATA DE ASSINATURA	ASSUNTO	TÍTULO DO ACORDO	Nº
14/11/2000	Cooperação Técnica	Protocolo De Intenções Entre O Governo Da República De Angola E O Governo Da República Federativa Do Brasil Para A Cooperação Técnica No Domínio Da Segurança E Da Ordem Pública	1
25/11/1996	Cooperação Económica	Ata Da Cerimônia De Entrega Da Contribuição Do Governo Da República Federativa Do Brasil Ao Programa De Reabilitação Comunitária E Reconciliação Nacional Do Governo Da República De Angola	2

República de Moçambique

DATA DE ASSINATURA	ASSUNTO	TÍTULO DO ACORDO	Nº
20/07/2001	Saúde	Ajuste Complementar Ao Acordo Geral De Cooperação Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Moçambique Para Implementação Do Projeto “Apoio Ao Programa Nacional De Controle Às DST/SIDA”	1
20/07/2001	Direitos Humanos	Protocolo De Intenções Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Moçambique Sobre Cooperação Técnica No Domínio Da Mulher E Da Ação Social	2

ANEXO B - Atos Internacionais Firmados no Governo Lula da Silva

República de Cuba

DATA DE ASSINATURA	ASSUNTO	TÍTULO DO ACORDO	Nº
12/08/2010	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto “Apoio à Declaração do Patrimônio Geológico e Mineiro da República de Cuba”	1
12/08/2010	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto “Apoio ao Processo de Diversificação Integral Agrícola e Industrial do Setor Açucareiro Cubano – Caprinovinocultura”	2
12/08/2010	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do Centro de Tecnologia e Qualidade do Ministério da Sideromecânica de Cuba – Fase II”	3
12/08/2010	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto “Organização e Conservação de Provas, Amostras e Materiais Documentais Relacionados com as Investigações Geológicas para o Desenvolvimento de uma Litoteca em Cuba”	4
12/08/2010	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto “Transferência de Técnicas Avançadas para o Beneficiamento de Sementes e Avaliação de Substratos Orgânicos Utilizados na Produção de Mudanças de Flores e Plantas Ornamentais de Cuba”	5
24/02/2010	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto “Limites Permissíveis de Metais Pesados na Agricultura Cubana – Transferência e Adequação da Experiência e Elaboração da Legislação Brasileira”	6
24/02/2010	Saúde	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do CECMED e da ANVISA na Área de Vigilância Sanitária”	7
24/02/2010	Saúde	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional dos Laboratórios Nacionais de Vigilância Sanitária do Brasil e de Cuba”	8

24/02/2010	Saúde	Protocolo Complementar ao Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba na Área da Saúde	9
04/05/2009	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para implementação do Projeto “Capacitação na Utilização de Derivados de Crédito como Instrumentos Financeiros de Controle de Risco Creditício”	10
04/05/2009	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para implementação do Projeto Modelo Conceitual de Estrutura do Banco de Dados Geológicos da República de Cuba.	11
04/05/2009	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do Centro de Tecnologia e Qualidade do Ministério da Indústria Sidero-Mecânica de Cuba”	12
26/11/2008	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto “Diplomado em Banca Comercial - Fase V”	13
15/01/2008	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do Centro para o Controle Estatal de Qualidade dos Medicamentos e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária na Área de Vigilância Sanitária de Medicamentos”	14
15/01/2008	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional das Assessorias Internacionais do Ministério da Saúde do Brasil e do Ministério de Saúde Pública de Cuba”	15
15/01/2008	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto Suporte Técnico e Extensão Institucional do Sistema de Informação de Águas Subterrâneas (SIAGAS) em Cuba	16
13/12/2007	Saúde	Ajuste Complementar Ao Acordo De Cooperação Científica, Técnica E Tecnológica Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Cuba Para Implementação Do Projeto "Apoio Técnico Para Implementação De Bancos De Leite Humano Em Cuba"	17
13/12/2007	Saúde	Ajuste Complementar Ao Acordo De Cooperação Científica, Técnica E Tecnológica Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Cuba Para Implementação Do Projeto "Controle De Qualidade De Produtos De Risco Submetidos À Vigilância Sanitária"	18
13/07/2007	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Ajuste Complementar Ao Acordo De Cooperação Científica, Técnica E Tecnológica Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Cuba Para Implementação Do Projeto "Transferência De Técnicas	19

		Avançadas Para Determinação De Metais Pesados Em Solos, Fertilizantes, Compostos Orgânicos E Plantas Hortícolas De Cuba – Controle De Qualidade"	
13/07/2007	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Ajuste Complementar Ao Acordo De Cooperação Científica, Técnica E Tecnológica Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Cuba Para Implementação Do Projeto "Aplicação De Modelos Econométricos – Fase II"	20
13/07/2007	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Ajuste Complementar Ao Acordo De Cooperação Científica, Técnica E Tecnológica Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Cuba Para Implementação Do Projeto "Diplomado Em Banca Comercial-Fase IV"	21
13/07/2007	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Ajuste Complementar Ao Acordo De Cooperação Científica, Técnica E Tecnológica Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Cuba Para Implementação Do Projeto "Transferência De Metodologias Para A Combinação De Resistência A Isolados De Begomovirus, Tospovirus E Nemátodos Em Genótipos De Tomate Com Qualidade Agrônômica Desejável"	22
27/10/2006	Saúde	Ajuste Complementar Ao Acordo De Cooperação Científica, Técnica E Tecnológica Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Cuba Para Implementação Do Projeto "Fortalecimento Da Odontologia No Brasil E Em Cuba – Fase I"	23
27/10/2006	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar Ao Acordo De Cooperação Científica, Técnica E Tecnológica Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Cuba Para Implementação Do Projeto "Capacitação Para O Uso De Tecnologia Sig Na Análise E Edição De Cartografia Geológica Digital Em Cuba	24
27/05/2005	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Ajuste Complementar Ao Acordo De Cooperação Científica, Técnica E Tecnológica Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Cuba Para Implementação Do Projeto Aplicação De Modelos Econométricos	25
29/10/2004	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Ajuste Complementar Ao Acordo De Cooperação Científica, Técnica E Tecnológica Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Cuba Para Implementação Do Projeto Capacitação Para A Aplicação De Geostatística Na Exploração Mineira De Cuba	26
29/10/2004	Saúde	Ajuste Complementar Ao Acordo De Cooperação Científica, Técnica E Tecnológica Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Cuba Para Implementação Do Projeto Fortalecimento Do Programa Nacional De Dst/Aids De Cuba – Fase II	27
29/10/2004	Meio Ambiente	Ajuste Complementar Ao Acordo De Cooperação Científica, Técnica E Tecnológica Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Cuba Para Implementação Do Projeto Avaliação E Diagnóstico Sobre A Degradação Ambiental Da Mina "El Cobre" De Cuba	28
26/09/2003	Meio Ambiente	Protocolo De Entendimento Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Cuba Em Matéria De Meio Ambiente	29

26/09/2003	Saúde	Memorandum De Entendimento Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Cuba Para A Troca De Experiência Em Saúde Bucal	30
26/09/2003	Saúde	Memorando De Entendimento Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da Republica De Cuba Na Área Da Saúde	31
27/08/2003	Cooperação Técnica	Termo De Cooperação Técnica Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Cuba Na Área De Micro E Pequena Empresa	32
08/11/2002	Saúde	Ajuste Complementar Ao Acordo De Cooperação Científica, Técnica E Tecnológica Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Cuba Para Implementação Do Projeto Fortalecimento Do Programa Nacional De Dst/Aids De Cuba – Fase II	33
24/09/2002	Direito Penal	Acordo De Cooperação Judicial Em Matéria Penal Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Cuba	34

República Bolivariana da Venezuela

DATA DE ASSINATURA	ASSUNTO	TÍTULO DO ACORDO	Nº
06/08/2010	Saúde	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Implementação de Planos de Erradicação da Febre Aftosa	1
06/08/2010	Cooperação Técnica	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Criação de Quatro Centros Técnicos Produtivos Florentinos nos Estados Bolívar, Delta Amacuro, Anzoátegui e Monagas, na Venezuela	2
06/08/2010	Direitos Humanos	Primeiro Plano de Ação Social entre Brasil – Venezuela	3
06/08/2010	Saúde	Ata de Compromisso entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para o Financiamento do Projeto de Saneamento e Desenvolvimento Integral da Bacia do Rio Tuy	4
06/08/2010	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Implementação do Projeto “Cooperação Técnica entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Instituto Nacional de Estatística da Venezuela”	5
28/04/2010	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar Ao Convênio Básico De Cooperação Técnica Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Darepública	6

		Bolivariana Da Venezuela Para Implementação Do Projeto "Apoio Ao Plano De Desenvolvimento Sustentável Para Favelas De Caracas	
30/10/2009	Comércio	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Cooperação no Setor Alimentar e nos Setores de Investimento e Comercialização de Alimentos	7
26/05/2009	Cooperação Financeira & Econômica	Carta de Intención entre el Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República Bolivariana de Venezuela para el Financiamiento de Proyectos Binacionales Venezolano-Brasileños (Carta de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para o Financiamento de Projetos Binacionais Venezuelano-Brasileiros)	8
26/05/2009	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela em Matéria de Moradia e Habitação	9
27/06/2008	Cooperação Técnica	Memorando De Entendimento Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República Bolivariana De Venezuela Para O Desenvolvimento De Um Centro Binacional Em Santa Elena De Uairén	10
27/06/2008	Cooperação Financeira & Econômica	Memorando De Entendimento Entre O Ministério De Desenvolvimento, Indústria E Comércio Exterior Da República Federativa Do Brasil E O Ministério Do Poder Popular Para A Economia Comunal Da República Bolivariana Da Venezuela	11
27/06/2008	Meio Ambiente	Memorando De Entendimento Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República Bolivariana De Venezuela Sobre Cooperação Ambiental	12
27/06/2008	Direito Penal	Acordo Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República Bolivariana Da Venezuela Sobre Transferência De Pessoas Condenadas	13
26/03/2008	Saúde	Memorando De Entendimento Em Matéria De Segurança E Soberania Alimentares Entre Os Governos Da República Federativa Do Brasil E Da República Bolivariana Da Venezuela	14
13/12/2007	Saúde	Ajuste Complementar Ao Convênio Básico De Cooperação Técnica, Para Implementação Do Projeto "Fortalecimento Da Vigilância E Controle Dos Resíduos E Contaminantes Nos Alimentos Da Venezuela", Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República Bolivariana Da Venezuela	15

13/12/2007	Saúde	Ajuste Complementar Ao Convênio Básico De Cooperação Técnica, Para Implementação Do Projeto "Capacitação Dos Recursos Humanos Do Serviço Autônomo Da Controladoria Sanitária Da República Bolivariana Da Venezuela Em Vigilância E Controle Dos Produtos De Uso E Consumo Humano", Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República Bolivariana Da Venezuela	16
13/12/2007	Saúde	Ajuste Complementar Ao Convênio Básico De Cooperação Técnica, Para Implementação Do Projeto "Apoio Técnico Para Implantação E Implementação De Bancos De Leite Humano Na Venezuela", Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República Da Venezuela	17
13/12/2007	Saúde	Ajuste Complementar Ao Convênio Básico De Cooperação Técnica, Para Implementação Do Projeto "Desenvolvimento Institucional Do Instituto De Altos Estudos Em Saúde Doutor Arnoldo Gabaldon", Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República Bolivariana Da Venezuela	18
14/02/2005	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Memorando De Entendimento Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República Bolivariana Da Venezuela No Campo Da Cooperação Científica E Tecnológica	19

Estados Unidos da América

DATA DE ASSINATURA	ASSUNTO	TÍTULO DO ACORDO	Nº
-/04/2010	Cooperação Financeira & Econômica	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre um fundo de Assistência Técnica e Fortalecimento da Capacitação relativo ao Contencioso do Algodão (WT/DS267) na Organização Mundial do Comércio	1
03/03/2010	Meio Ambiente	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cooperação em Mudança do Clima	2
03/03/2010	Cooperação Técnica	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre a Implementação de Atividades de Cooperação Técnica em Terceiros Países	3
03/03/2010	Direitos Humanos	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para o Avanço da Condição da Mulher	4
13/03/2008	Direitos	Plano De Ação Conjunto Entre O Governo Da	5

	Humanos	República Federativa Do Brasil E O Governo Dos Estados Unidos Da América Para A Eliminação Da Discriminação Étnico-Racial E A Promoção Da Igualdade	
09/03/2007	Cooperação Técnica/Energia	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América Para Avançar a Cooperação em Bicombustíveis	6
20/07/2006	Meio Ambiente	Ajuste Complementar Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Dos Estados Unidos Da América Para Cooperação Na Área De Pesquisa Científica Ambiental No Experimento De Grande Escala Da Biosfera-Atmosfera Na Amazônia (Lba)	7

Mercado Comum do Sul – MERCOSUL

DATA DE ASSINATURA	ASSUNTO	TÍTULO DO ACORDO	Nº
02/08/2010	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Fondo Para La Convergencia Estructural Del Mercosur Proyecto "Pymes Exportadoras De Bienes De Capital, Plantas Llave En Mano Y Servicios De Ingeniería"	1
02/08/2010	Cooperação Técnica	Fondo Para La Convergencia Estructural Del Mercosur Proyecto "Ampliación Del Sistema De Saneamiento De Ponta Porã - MS"	2
02/08/2010	Direitos Humanos	Estructura Del Instituto De Políticas Públicas De Derechos Humanos	3
16/12/2010	Cooperação Técnica	Fondo Para La Convergencia Estructural Del Mercosur Proyecto "Obras De Ingeniería Del Sistema De Saneamiento De La Ciudad De São Borja-Rs"	4
23/07/2009	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Fondo Para La Convergencia Estructural Del Mercosur Proyecto "Desarrollo Tecnológico, Innovación Y Evaluación De La Conformidad - Detiec"	5
23/07/2009	Direitos Humanos	Instituto De Políticas Públicas De Derechos Humanos	6
30/06/2008	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Programa Marco De Ciencia, Tecnología E Innovación Del Mercosur Para El Período 2008-2012	7
30/06/2008	Direitos Humanos	Fondo Para La Convergencia Estructural Del Mercosur Aprobación Del Proyecto: "Mercosur Yporã-Promoción De Acceso Al Agua Potable Y Saneamiento Básico En Comunidades En Situación De Pobreza Y Extrema Pobreza	8
30/06/2008	Direitos Humanos	Acuerdo Entre Los Estados Partes Del Mercosur Y Estados Asociados Sobre Cooperación Regional Para La Protección De Los Derechos De Niños, Niñas Y	9

		Adolescentes En Situación De Vulnerabilidad	
18/01/2007	Direitos Humanos	Observatorio De La Democracia Del Mercosur	10
28/06/2007	Comércio	Transacciones Comerciales en Monedas Locales - 2007	11
17/12/2007	Direitos Humanos	Fondo para la Convergencia Estructural del MERCOSUR - Aprobación del Proyecto "Construcción y Mejoramiento de Sistemas de Agua potable y Saneamiento Básico en Pequeñas Comunidades Rurales e Indígenas del País"	12
17/12/2007	Comércio	Condiciones De Acceso En El Comercio Bilateral Brasil-Uruguay Para Productos Provenientes De La Zona Franca De Manaus Y De Las Zonas Francas De Colonia Y Nueva Palmira	13
15/12/2006	Comércio	Transacciones Comerciales en Monedas Locales - 2006	14
19/06/2005	Direitos Humanos	Protocolo De Asunción Sobre Compromiso Con La Promoción Y Protección De Los Derechos Humanos Del Mercosur	15
07/07/2004	Cooperação Técnica	Acuerdo Por Notas Reversales Entre El Mercosur Y La República Federal De Alemania Sobre El Fomento De La Gestión Ambiental Y De Producción Más Limpia En Pequeñas Y Medianas Empresas	16
08/07/2004	Direitos Humanos	Creación Del Centro Mercosur De Promoción Del Estado De Derecho	17
08/07/2004	Meio Ambiente	Acuerdo Sobre El Proyecto De Fomento De La Gestión Ambiental Y De Producción Más Limpia En Pequeñas Y Medianas Empresas	18
08/07/2004	Meio Ambiente	Protocolo Adicional Al Acuerdo Marco Sobre Medio Ambiente Del Mercosur En Materia De Cooperación Y Asistencia Ante Emergencias Ambientales	19
05/12/2002	Direito Penal	Acuerdo Complementario Al Acuerdo De Asistencia Jurídica Mutua En Asuntos Penales Entre Los Estados Partes Del Mercosur Y La República De Bolivia Y La República De Chile	20

República Islámica do Irã

DATA DE ASSINATURA	ASSUNTO	TÍTULO DO ACORDO	Nº
17/05/2010	Meio Ambiente	Memorando De Entendimento Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República Islâmica Do Irã Sobre Cooperação Na Área De Meio Ambiente	1
16/05/2010	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Irã para Cooperação em Geologia, Mineração e Industrias de Transformação Mineral	2
23/11/2009	Cooperação Científica,	Memorando de Entendimento entre o Ministério da Ciência e Tecnologia da República Federativa do	3

	Técnica e Tecnológica	Brasil e a Vice-presidência de Ciência e Tecnologia da República Islâmica do Irã para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação	
23/11/2009	Cooperação Financeira & Econômica	Memorando de Entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior da República Federativa do Brasil e o Ministério do Comércio da República Islâmica do Irã	4
23/11/2009	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Memorando de Entendimento para Cooperação Bilateral entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério da Energia da República Islâmica do Irã	5

República da Índia

DATA DE ASSINATURA	ASSUNTO	TITULO DO ACORDO	Nº
18/02/2008	Direitos Humanos	Memorando De Entendimento Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República Da Índia Sobre A Luta Contra A Fome E A Pobreza	1
12/09/2006	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Acordo Entre A República Federativa Do Brasil E A República Da Índia Em Cooperação Científica E Tecnológica	2

República Popular da China

DATA DE ASSINATURA	ASSUNTO	TITULO DO ACORDO	Nº
19/05/2009	Direito Civil	Tratado Entre A República Federativa Do Brasil E A República Popular Da China Sobre Auxílio Judicial Em Matéria Civil E Comercial	1
13/10/2005	Meio Ambiente	Memorando De Entendimento Entre O Ministério Do Meio Ambiente Da República Federativa Do Brasil E A Administração Estatal Da Silvicultura Da República Popular Da China Sobre Cooperação Em Conservação Da Biodiversidade Florestal	2
17/08/2005	Meio Ambiente	Memorando De Entendimento Sobre Cooperação Na Área De Proteção Ambiental Entre O Ministério Do Meio Ambiente Da República Federativa Do Brasil E A Administração Estatal De Proteção Ambiental Da República Popular Da China	3
12/11/2004	Cooperação Financeira & Econômica	Memorando De Entendimento Entre A República Federativa Do Brasil E A República Popular Da China Sobre Cooperação Em Matéria De Comércio E Investimento	4
12/11/2004	Direitos Humanos	Acordo De Cooperação Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República Popular Da China Para O Combate À Criminalidade Organizada Transnacional E Outras Modalidades Delituosas	5

24/05/2004	Saúde	Ajuste Complementar Sobre Saúde E Ciências Médicas Ao Acordo De Cooperação Científica E Tecnológica Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República Popular Da China	6
24/05/2004	Saúde	Ajuste Complementar Sobre Vigilância De Medicamentos E Produtos Relacionados À Saúde Ao Acordo De Cooperação Científica E Tecnológica Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República Popular Da China	7
24/05/2004	Direito Penal	Tratado Entre A República Federativa Do Brasil E A República Popular Da China Sobre Assistência Judiciária Mútua Em Matéria Penal	8

República Francesa

DATA DE ASSINATURA	ASSUNTO	TITULO DO ACORDO	Nº
23/12/2008	Meio Ambiente	Protocolo Adicional Ao Acordo De Cooperação Técnica E Científica Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República Francesa Para Criação Do Centro Franco-Brasileiro Da Biodiversidade Amazônica	1
23/12/2008	Meio Ambiente	Protocolo De Cooperação Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República Francesa Para O Desenvolvimento Sustentável Do Bioma Amazônico, Tanto Do Lado Brasileiro Como Do Lado Francês	2
25/05/2006	Cooperação Técnica	Protocolo De Cooperação Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República Francesa Para A Promoção Da Inovação Tecnológica	3
15/07/2005	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Protocolo De Intenções Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República Francesa Referente À Cooperação Na Área Das Tecnologias Avançadas E De Suas Aplicações	4

Reino da Espanha

DATA DE ASSINATURA	ASSUNTO	TITULO DO ACORDO	Nº
04/08/2009	Cooperação Técnica	Memorando De Entendimento Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Do Reino Da Espanha Para A Realização De Atividades De Cooperação Técnica Com Terceiros Países	1
07/02/2008	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Plano De Ação Em Ciência E Tecnologia Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Do Reino Da Espanha	2

22/05/2006	Direito Penal	Acordo De Cooperação E Auxílio Jurídico Em Matéria Penal Entre A República Federativa Do Brasil E O Reino Da Espanha	3
24/01/2005	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Ajuste Complementar, por troca de Notas, entre o Brasil e a Espanha ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, de 13/04/89, para o Estabelecimento de um Programa de Capacitação Profissional Brasil - Espanha - América Latina	4
24/01/2005	Meio Ambiente	Memorando De Entendimento Entre O Ministerio Das Relações Exteriores Da República Federativa Do Brasil E O Ministério Do Meio Ambiente Do Reino Da Espanha Sobre Cooperação Na Área De Mudança Do Clima Para O Desenvolvimento E Execução De Projetos No Âmbito Do Mecanismo De Desenvolvimento Limpo Do Protocolo De Quioto	5

União Européia

DATA DE ASSINATURA	ASSUNTO	TITULO DO ACORDO	Nº
2011	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	II Plano de Ação Conjunta Brasil-União Europeia (2012-2014)	1
2007	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	I Plano de Ação Conjunta Brasil-União Europeia (2008-2011)	2
19/01/2004	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	O Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Européia	3

República de Angola

DATA DE ASSINATURA	ASSUNTO	TITULO DO ACORDO	Nº
23/06/2010	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do "Projeto Piloto em Doença Falciforme"	1
09/11/2007	Cooperação Técnica	Memorando De Entendimento Para Cooperação Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Angola Com Vistas Ao Fortalecimento Da Administração Pública De Angola	2
18/10/2007	Saúde	Ajuste Complementar Ao Acordo De Cooperação Econômica, Científica E Técnica Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da	3

		República De Angola Para Implementação Do Projeto "Apoio Ao Programa De Prevenção E Controle Da Malária"	
09/07/2007	Saúde	Ajuste Complementar Ao Acordo De Cooperação Cultural E Científica Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Angola Na Área De "Formação De Docentes Em Saúde Pública Em Angola"	4
09/07/2007	Saúde	Ajuste Complementar Ao Acordo De Cooperação Econômica, Científica E Técnica Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Angola Para Implementação Do Projeto "Capacitação Do Sistema De Saúde Da República De Angola"	5
26/05/2006	Meio Ambiente	Ajuste Complementar Ao Acordo De Cooperação Econômica, Científica E Técnica Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Angola Para Implementação Do Projeto "Fortalecimento Da Educação Ambiental Em Angola"	6
03/05/2005	Direito Penal	Acordo Entre O Governo Da República Do Brasil E O Governo Da República De Angola Sobre Transferência De Pessoas Condenadas	7
03/05/2005	Direito Penal	Acordo Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Angola Sobre Auxílio Jurídico Mútuo Em Matéria Penal	8
03/05/2005	Cooperação Técnica	Protocolo De Intenções Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Angola Sobre Cooperação Técnica Na Área De Administração Pública	9
03/11/2003	Cooperação Técnica	Protocolo De Cooperação Técnica Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Angola Para Apoio Ao Instituto De Formação Da Administração Local (Ifal)	10
03/11/2003	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Programa De Trabalho Em Matéria De Cooperação Científica E Tecnológica Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Angola	11
03/11/2003	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Ajuste Complementar Ao Acordo De Cooperação Econômica, Científica E Técnica Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Angola Para As Áreas Do Trabalho Emprego E Formação Profissional	12

República de Moçambique

DATA DE ASSINATURA	ASSUNTO	TITULO DO ACORDO	Nº
09/11/2010	Cooperação Científica,	Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa	1

	Técnica e Tecnológica	do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Incremento da Capacidade de Pesquisa e de Difusão Tecnológica para o Desenvolvimento Agrícola do Corredor de Nacala, Moçambique	
09/11/2010	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Implantação de Banco de Leite Humano e de Centro de Lactação em Moçambique	2
09/11/2010	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Apoio à Requalificação do Bairro Chamanculo “C” no Âmbito da Estratégia Global de Reordenamento e Urbanização dos Assentamentos Informais do Município de Maputo	3
09/11/2010	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Apoio à Implantação do Centro de Tele-Saúde, da Biblioteca e do Programa de Ensino à Distância em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente de Moçambique	4
05/10/2010	Saúde	Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Apoio ao Sistema de Atendimento Oral de Moçambique – Implementação de Laboratório de Referência em Prótese Dentária em Maputo	5
05/10/2010	Saúde	Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento da Política Nacional de Saúde Oral em Moçambique: Pesquisa em Saúde Oral - Maputo	6
05/10/2010	Saúde	Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Implantação de Projeto Piloto de Terapia Comunitária em Moçambique, como Recurso de Promoção da Saúde	7
05/10/2010	Saúde	Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Fortalecimento das Ações de Prevenção e Controle do Câncer em	8

		Moçambique	
12/05/2010	Cooperação Técnica	Programa Executivo do Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Moçambique – Fase II”	9
12/05/2010	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique para a Implementação do Projeto “Suporte Técnico à Plataforma de Inovação Agropecuária de Moçambique”	10
21/07/2009	Cooperação Técnica	Programa Executivo Do Acordo Geral De Cooperação Entre A República Federativa Do Brasil E A República De Moçambique Para Implementação Do Projeto "Implantação De Centro De Formação Profissional Brasil-Moçambique"	11
21/07/2009	Meio Ambiente	Programa Executivo Do Acordo Geral De Cooperação Entre A República Federativa Do Brasil E A República De Moçambique Para O Projeto "Reabilitação Do Cefloma – Centro Florestal De Machipanda"	12
08/05/2009	Cooperação Técnica	Programa Executivo Do Acordo Geral De Cooperação Entre A República Federativa Do Brasil E A República De Moçambique E Para O Projeto "Apoio À Implementação Do Sistema Nacional De Arquivos De Estado"	13
06/05/2009	Cooperação Técnica	Programa Executivo Do Acordo Geral De Cooperação Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Moçambique Para O Projeto "Apoio Ao Desenvolvimento Gerencial Estratégico Do Governo De Moçambique"	14
16/10/2008	Saúde	Ajuste Complementar Ao Acordo Geral De Cooperação Entre A República Federativa Do Brasil E A República De Moçambique Para A Implementação Do Projeto "Programa De Educação Alimentar E Nutricional — Cozinha Brasil-Moçambique"	15
04/09/2008	Cooperação Econômica	Ajuste Complementar Ao Acordo Geral De Cooperação Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Moçambique Para Implementação Do Projeto "Fortalecimento Institucional E Técnico Do Instituto Nacional De Normalização E Qualidade De Moçambique"	16
04/09/2008	Saúde	Ajuste Complementar Ao Acordo Geral De Cooperação Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Moçambique Para Implementação Do Projeto "Capacitação Em Produção De Medicamentos Anti-	17

		Retrovirais E Outros Medicamentos"	
04/09/2008	Saúde	Ajuste Complementar Ao Acordo Geral De Cooperação Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Moçambique Para Implementação Do Projeto "Fortalecimento Institucional Do Órgão Regulador De Medicamentos De Moçambique Como Agente Regulador Do Setor Farmacêutico"	18
02/07/2008	Meio Ambiente	Ajuste Complementar Ao Acordo Geral De Cooperação Entre Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Moçambique Para A Implementação Do Projeto "Capacitação Técnica Em Ciências Florestais"	19
09/07/2007	Meio Ambiente	Ajuste Complementar Ao Acordo Geral De Cooperação Entre A República Federativa Do Brasil E A República De Moçambique Para Implementação Do Projeto "Fortalecimento Da Educação, Ambiental Em Moçambique"	20
06/07/2007	Saúde	Ajuste Complementar Ao Acordo Geral De Cooperação Técnica Entre A República Federativa Do Brasil E A República De Moçambique Para Implementação Do Projeto "Fortalecimento Das Ações De Alimentação E Nutrição"	21
06/07/2007	Direito Penal	Acordo Sobre Transferência De Pessoas Condenadas Entre A República Federativa Do Brasil E A República De Moçambique	22
23/04/2007	Saúde	Ajuste Complementar Ao Acordo Geral De Cooperação Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Moçambique Para Implementação Do Projeto "Fortalecimento Do Instituto Nacional De Saúde De Moçambique"	23
08/12/2006	Direitos Humanos	Protocolo De Intenções Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Moçambique Para Intercâmbio E Cooperação Técnica Na Área De Inclusão E Promoção Dos Direitos Juvenis	24
31/08/2004	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Protocolo De Intenções Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Moçambique Sobre Cooperação Técnica Na Área De Formação De Pessoal Especializado Em Prisões	25
31/08/2004	Direitos Humanos	Protocolo De Intenções Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Moçambique Na Área Do Combate À Discriminação E Promoção Da Igualdade Racial	26
31/08/2004	Direitos Humanos	Ajuste Complementar Ao Acordo De Cooperação Cultural Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Moçambique Sobre Cooperação Na Área Da	27

		Comunicação Social	
05/11/2003	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Programa de Trabalho em matéria de Cooperação Científica e Tecnológica entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique	28
05/11/2003	Meio Ambiente	Memorando De Entendimento Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Moçambique Em Matéria De Meio Ambiente	29
05/11/2003	Saúde	Ajuste Complementar Ao Acordo Geral De Cooperação Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Moçambique Para Implementação Do Projeto Pci-Ntwanano No Âmbito Do Programa De Cooperação Internacional Do Ministério Da Saúde Do Brasil	30
02/05/2003	Saúde	Memorandum De Entendimento Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Moçambique No Âmbito Do Programa De Cooperação Internacional Do Ministério Da Saúde Do Brasil	31